

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

PRISCILLA RODRIGUES SIMÕES

**A NOÇÃO DE TRABALHO REPRESENTADA PELA
IMAGEM E INTERPRETADA PELA PALAVRA**

**PORTO ALEGRE
2007**

PRISCILLA RODRIGUES SIMÕES

**A NOÇÃO DE TRABALHO REPRESENTADA PELA
IMAGEM E INTERPRETADA PELA PALAVRA**

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR(A): PROF(a). DR(a). FREDIA INDURSKY

**PORTO ALEGRE
2007**

DEDICATÓRIA

Dedico não só este trabalho, mas tudo o que faço na minha vida à construção de um mundo mais belo, justo, fraterno, igualitário, do qual possamos sentir, realmente, orgulho de fazer parte. Espero, portanto, que este trabalho - uma pequena parte de minha ínfima parte nesta construção - auxilie o mundo a perceber a si mesmo como um mundo grande, e plural.

Mundo grande

Não, meu coração não é maior que o mundo.
É muito menor.
Nele não cabem nem as minhas dores.
Por isso gosto tanto de me contar.
Por isso me dispo,
por isso me grito,
por isso freqüento os jornais, me exponho
cruamente nas livrarias: preciso de todos.

Sim, meu coração é muito pequeno.
Só agora vejo que nele não cabem os
homens.
Os homens estão cá fora, estão na rua.
A rua é enorme. Maior, muito maior do
que eu esperava.
Mas também na rua não cabe todos os
homens.
A rua é menor que o mundo.
O mundo é grande.

Tu sabes como é grande o mundo.
Conheces os navios que levam petróleo e
livros,
carne e algodão.
Viste as diferentes cores dos homens,
as diferentes dores dos homens,
sabes como é difícil sofrer tudo isso,
amontoar tudo isso
num só peito de homem... sem que ele
estale.

Fecha os olhos e esquece.
Escuta a água nos vidros,
tão calma. Não anuncia nada.
Entretanto escorre nas mãos,
tão calma! Vai inundando tudo...

Renascerão as cidades submersas?
Os homens submersos-voltarão?
Meu coração não sabe.
Estúpido, ridículo e frágil é meu coração.
Só agora descubro
como é triste ignorar certas coisas.
(Na solidão de indivíduo
desaprendi a linguagem
com que homens se comunicam).

Outrora escutei os anjos,
as sonatas, os poemas, as confissões
patéticas.
Nunca escutei voz de gente.
Em verdade sou muito pobre.

Outrora viajei
países imaginários, fáceis de habitar,
ilhas sem problemas, não obstante
exaustivas e convocando ao suicídio.

Meus amigos foram às ilhas.
Ilhas perdem o homem.
Entretanto alguns se salvaram e
trouxeram a notícia
que o mundo, o grande mundo está
crescendo todos os dias,
entre o fogo e o amor.

Então, meu coração também pode crescer.
Entre o amor e o fogo,
entre a vida e o fogo,
meu coração cresce dez metros e explode.
-ó, vida futura! Nós te criaremos.

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer a muitas pessoas pela realização desta dissertação, pois, com certeza, todos aqueles que estiveram, de uma forma ou de outra, acompanhando minha caminhada auxiliaram neste processo de estudo, compreensão, interpretação e análise desse mundo grande que nos cerca.

Agradeço à UFRGS e ao Programa de Pós-graduação em Letras pela oportunidade de aperfeiçoamento profissional e pessoal que este mestrado me proporcionou. Agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro e pela oportunidade de realizar um estágio nesta instituição de tanto prestígio. Também agradeço à turma na qual realizei o estágio, pela sua compreensão e participação que possibilitaram o sucesso do mesmo, tornando-o mais do que uma obrigação, um momento de troca intensa e prazerosa de conhecimento.

Agradeço, especialmente, a minha orientadora, Dr.^a Freda Indursky, pela acolhida, compreensão, dedicação, responsabilidade, e pela igualdade com a qual me tratou desde o momento em que ingressei neste programa de pós-graduação, pelo carinho, pelas respostas às dúvidas que me afligiam. Isso tudo sem contar o imenso conhecimento que ela compartilhou comigo e que me impediu, muitas vezes, de seguir o caminho errado. Além de ser minha orientadora de escrita, foi minha orientadora de estágio auxiliando em minha formação docente e dando muito de si para meu crescimento enquanto ser social.

Agradeço imensamente a todos os grandes mestres da FURG, UFRGS, e, inclusive, do Ensino Básico e Médio com os quais pude ter contato até hoje e que me ensinaram que a relação de ensino-aprendizagem inclui muito mais do que conhecimento teórico. Inclui respeito, amor, dedicação, responsabilidade e, sempre, uma alta dose de polêmica, de questionamento e dúvida. Ressalto aqui a professora Dr.^a Solange Mittmann que, na FURG, foi minha primeira orientadora no estudo da Teoria do Discurso, sem o qual eu nunca teria chegado até aqui. Agradeço aos alunos da FURG que me auxiliaram na construção do *corpus* de análise desta pesquisa, e, também, à professora Dr.^a Maria Cristina Freitas Teixeira e ao professor Dr. Oscar Brisolaro que me cederam o espaço de suas aulas para que a atividade de interpretação do *recorte fílmico* fosse realizada.

Agradeço também a alguns colegas que foram, antes de tudo, grandes amigos ao longo de toda a graduação: Helton, Sylvia, Adriel, Marcela, Angela Meili, que nossos ideais nunca se percam em meio à rotina, à injustiça do mundo, ao desinteresse de muitos, ao embrutecimento das emoções que nos fazem sentir que, além de existir, vivemos.

Agradeço aos meus pais pela indicação do caminho a ser seguido e pela cobrança que sempre fizeram questão de ter quanto aos estudos, pois isso me ensinou a ser uma pessoa organizada, disciplinada e responsável com relação a tudo o que faço. Cabe aqui também agradecer a meus padrinhos que muito me ensinaram sobre as palavras: ética, bom-senso, respeito, dedicação e otimismo. E outros familiares que me deram força e coragem para chegar até aqui, através do empréstimo de livros, indicações de leituras, e questionamentos que demonstram o interesse daqueles que se preocupam com nosso sucesso.

Agradeço ao meu companheiro, amigo e crítico que, além de ser minha base emocional, é meu maior interlocutor tanto das discussões teóricas quanto da minha prática de estudante, analista e professora. Certamente, nossas longas conversas e buscas de respostas às indagações que nos incomodam fazem parte das condições de produção deste trabalho. Agradeço a minha filha, por ser a razão de minha dedicação e motivo de minha vontade de construir um mundo melhor, mais igualitário e, sobretudo, humano.

Enfim, agradeço a todos aqueles que acreditam em mim e me dão força para seguir lutando, crescendo, aprendendo, sofrendo e atuando em prol da difusão de uma visão crítica, responsável e baseada, sempre, no fim social de nossa existência.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo refletir sobre o fato de que toda a materialidade simbólica produz sentido juntamente com as *condições de produção*, e, por isso, se inscreve na *ordem do discurso*. Considerando que o sentido não pode ser dado *aprioristicamente*, mas na relação entre *sujeito, língua e história*, buscamos realizar uma atividade de interpretação da noção de *trabalho*, representada por um *recorte fílmico* formulado a partir de um arquivo pré-existente. No procedimento de análise do *corpus experimental* formulamos *recortes discursivos* de acordo com as *posições sujeito* que emergiram do trabalho de interpretação das imagens. A heterogeneidade dos saberes que subjazem a essas tomadas de posição aponta para o retorno de dizeres silenciados no seio do discurso hegemônico da ideologia dominante, através dos *processos interdiscursivos* e do trabalho da *memória discursiva*. Concluímos, portanto, que a interpelação do sujeito pela ideologia não se dá de forma plena e que a emersão do desejo inconsciente faz com que um discurso torne-se outro e venha a provocar o surgimento de novas relações entre o sujeito do discurso e a *forma-sujeito* que regula os saberes da ideologia dominante.

Palavras-chave: Interdiscurso. Discurso. Imagem. Interpretação

ABSTRACT

This research aims mainly at reflecting about the fact that every symbolic materiality produce meaning along with its *conditions of production*, and, thereby, it inscribes itself in the *order of discourse*. Considering that meaning can not be given in advance, but within the relation among *subject, language, and history*, we have accomplished an activity of making sense of the notion of *work*, represented through a *film excerpt* based on a pre-existing file. Proceeding to the examination of the *experimental corpus*, we have generated *discursive excerpt* according to *subject position* that emerged from the task of image interpretation. Heterogeneity of knowledge that lay on taking these positions points toward the return of silenced speech in the vein of the dominant ideology hegemonic discourse, through *interdiscursive processes* and the work of *discursive memory*. In conclusion, subject interpretation through ideology is not completely accomplished, and unconscious desire emersion turns a discourse into another, generating new relations between the subject of discourse and the *subject-form* which regulates the knowledge of dominant ideology.

Key-words: Interdiscourse. Discourse. Image. Interpretation

SUMÁRIO

1 APRESENTANDO A DISCUSSÃO	11
1.1 O despertar da teoria	13
1.2 O quadro epistemológico da Análise de Discurso	15
1.3 Construindo um efeito de fechamento do capítulo	17
2 O TRABALHO À LUZ DA FILOSOFIA E DA SOCIOLOGIA	19
2.1 <i>Trabalho</i> , valor e propriedade em Locke	19
2.2 O estado natural do homem e a propriedade em Rousseau	21
2.3 Divisão do <i>trabalho</i> e aparecimento das classes sociais	26
2.4 <i>Trabalho</i> e capitalismo em Engels, Marx e Lukács	28
2.5 Radicalização: o fim do <i>trabalho</i>	32
2.6 A reelaboração da noção de <i>trabalho</i>	35
2.7 Finalizando o debate com a Filosofia e a Sociologia	36
3 CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO DA PESQUISA	40
3.1 <i>Língua: o conceito-chave do deslocamento</i>	40
3.2 <i>Formação ideológica (FI) e formação discursiva (FD)</i>	44
3.2.1 FD e FI na abordagem do discurso fílmico	49
3.3 <i>Sujeito e sentido</i>	50
3.3.1 Sujeito, sentido e imagem	56
3.4 <i>Interdiscurso: pré-construído e discurso transversal</i>	57
3.4.1 Interdiscurso e imagem	58
3.5 <i>Heterogeneidade</i>	59
3.5.1 A heterogeneidade do discurso fílmico	60
3.6 <i>Memória Discursiva</i>	62
3.6.1 Memória discursiva e discurso imagético	64

3.7 <i>Discurso: o objeto</i>	68
3.7.1 A aproximação: discurso e imagem	69
3.8 <i>O texto verbal e o não-verbal na Semiótica e na AD</i>	73
3.8.1 O texto na semiótica	73
3.8.2 O texto na teoria do discurso	75
3.8.3 O texto na AD e na semiótica: retomada	76
3.8.4 O texto e o discurso cinematográfico	77
3.9 <i>Leitura e interpretação na teoria do discurso</i>	80
3.9.1 Leitura, interpretação e discurso imagético	85
3.10 <i>Paráfrase e polissemia</i>	90
3.10.1 Paráfrase, polissemia e discurso imagético	93
3.11 <i>Autoria e discurso</i>	95
3.11.1 Autoria e imagem	98
3.12 <i>Costurando a elaboração do aparato teórico</i>	99
4 METODOLOGIA DE ANÁLISE	104
4.1 Objeto de análise	104
4.1.1 A construção do objeto de análise	106
4.1.2 O trabalho de interpretação do recorte fílmico	108
4.2 Segmento e recorte	110
4.3 <i>Corpus</i> discursivo	111
5 MOMENTO ANALÍTICO	115
5.1 Plena identificação com a FD capitalista	118
5.1.2 Algumas considerações sobre a plena-identificação	122
5.2 Contra-identificação com a FD capitalista	124
5.2.1 A reificação do homem	125
5.2.1.1 Sobre o bloco discursivo 1	128
5.2.2 O sujeito do desejo	129
5.2.2.1 Costurando o bloco discursivo 2	133
5.2.3 A contra-identificação como lugar de singularidade	134

5.3 O sujeito do vacilo	134
5.3.1 Enunciado dividido: o sujeito que vacila	139
5.4 Leitura parafrástica	140
5.4.1 Leitura parafrástica: a literalidade do sentido	142
5.5 Leitura polissêmica	144
5.5.1 Leitura polissêmica: deslizamentos de sentido	149
5.6 Construindo uma leitura global sobre as análises	150
5.7 Quadro síntese das análises	155
6 FINALIZANDO A DISCUSSÃO	156
REFERÊNCIAS	161
ANEXO A – Recorte fílmico dos documentários Powaqqatsi e Koyaanisqatsi	167

1 APRESENTANDO A DISCUSSÃO

Diante das formas simbólicas que, na era da multimídia, “falam aos nossos olhos”, e nos impelem silenciosamente a interpretar, preocupamo-nos em estudar a materialidade imagética e sua interpretação. Foi a partir do conhecimento dos documentários *Koyaanisqatsi* (1983) e *Powaqqatsi* (1988), de Godfrey Reggio¹, que começamos a postular questões acerca do discurso não-verbal, visto que estas produções cinematográficas são compostas, exclusivamente, de imagens acompanhadas de uma trilha sonora minimalista, composta por Philip Glass, para cada cena. Não existem falas e nem qualquer palavra ao longo dos filmes, essa forma de tratar de vários assuntos de forma muda nos chamou a atenção, e surgiu então a curiosidade: como outras pessoas significariam aquele material? Talvez uma pesquisa sobre a interpretação do mesmo tivesse algo a dizer sobre a produção de sentidos a partir de materialidades simbólicas não-lingüísticas, esse foi o pensamento inicial que guiou esta pesquisa.

Nosso procedimento inicial foi delimitar um tema para observação, já que seriam infinitas as temáticas proporcionadas pelas três horas de material que os documentários nos disponibilizavam. Partindo de um questionamento a respeito das formas tomadas pelo *trabalho* inserido na concepção capitalista de evolução social que temos na atualidade, pensamos: como outros sujeitos concebem o sistema capitalista de produção? Buscando descobrir isso, selecionamos cenas representativas de formas de *trabalho* distintas e elaboramos um *recorte fílmico* a fim de apresentá-lo a alguns grupos de alunos, e solicitamos que escrevessem sua interpretação a respeito do que haviam assistido.

A seguir, vamos expor a estruturação dos capítulos que constituem a presente dissertação. No passo inicial, fazemos uma breve apresentação do momento histórico no qual a teoria do discurso foi fundada. No segundo tópico deste primeiro capítulo, tratamos da constituição heterogênea da teoria do discurso, devido ao fato de a mesma mobilizar conceitos provenientes do *materialismo histórico*; da *lingüística*; e da *teoria do discurso* propriamente dita. Outra área do conhecimento que também irá auxiliar na produção de conceitos para a teoria do discurso é a *psicanálise*, devido às preocupações de Pêcheux com a subjetividade envolvida tanto no processo de produção quanto no de interpretação do objeto discursivo.

¹ “Godfrey Reggio, a exemplo dos cineastas russos como Serguei Eisenstein e Dziga Vertov, que inovaram no processo de montagem, rompe a forma clássica dos documentários de narrador e depoimentos, criando um filme sem história ou diálogos, apenas com imagens do fotógrafo Ron Fricke e a trilha sonora do compositor Philip Glass.” Disponível em: < http://lunik9.blogspot.com/2007_06_01_archive.html > Acesso em: 11 de set. 2007.

O segundo capítulo desta dissertação é resultado de uma pesquisa teórica baseada na noção que buscamos observar, o *trabalho humano*². Acreditamos ser imprescindível buscar os teóricos que refletiram sobre *trabalho* para construir uma espécie de *arquivo* sobre os sentidos já construídos até o momento sobre esta noção. Nesta pesquisa visitamos Locke, Rousseau e Ponce que nos apresentaram as noções de *trabalho*, *valor*, *propriedade*, *divisão do trabalho* e *classes sociais*. Também buscamos Lukács, Marx e Engels, no intuito de definir teoricamente o *regime capitalista* juntamente com a própria noção de *trabalho*. Algumas discussões contemporâneas acerca do *trabalho* estão aqui apresentadas, como a proposta de *fim do trabalho* feita pelo grupo alemão Krisis, e a reelaboração da noção de *trabalho* de Marx a partir do “*trabalho associado*”, ou seja, cooperativista.

O terceiro capítulo traz a mobilização das noções teóricas da Teoria do Discurso implicadas na construção desta pesquisa para o trabalho com a materialidade não-verbal. Entre alguns dos conceitos cruciais da AD apresentados nesse capítulo estão o de *discurso* em sua relação com a *materialidade fílmica*, e o de *texto verbal e não-verbal*. Essas são algumas das noções que constituem a discussão teórica proposta por esta pesquisa, qual seja: a observação da *materialidade fílmica* tomada como discurso e sua interpretação. Neste terceiro capítulo também trabalhamos a relação entre *sujeito* e *sentido*, e podemos adiantar que, ao propor a relação *imagem, som, sujeito e sentido*, esta pesquisa auxilia na reflexão sobre as diferentes materialidades simbólicas. As noções de *paráfrase* e *polissemia* também serão abordadas para compreendermos as diferentes direções tomadas pela interpretação da *materialidade fílmica*. Vale ressaltar que buscamos, através dos conceitos mobilizados para a construção do nosso dispositivo teórico, estabelecer relações entre estes conceitos e a *materialidade fílmica*, no intuito de perceber as particularidades da mesma ao ser tomada enquanto processo discursivo.

No quarto capítulo apresentamos a metodologia de pesquisa utilizada para construção e análise de nosso *corpus imagético* e de nosso *corpus experimental*. Para isso, foram mobilizados os conceitos de *dispositivo de análise*; *arquivo*; *corpus discursivo*; *segmento* e *recorte* no intuito de delinear o objeto desta pesquisa e de compreendermos a especificidade da Teoria do Discurso no tratamento destes conceitos quando estudamos uma materialidade não-verbal.

² Esta temática foi construída através do recorte e posterior montagem de um grupo de imagens e sons extraídos de dois documentários: POWAAQATSI e KOYAANISQATSI de autoria de Godfrey Reggio. Não vamos estender esta explicação, pois ela será retomada em momento apropriado.

No quinto capítulo, apresentamos a análise do nosso *corpus experimental*, resultado das interpretações do *corpus imagético*.

1.1 O despertar da teoria

A teoria da Análise de Discurso (AD) surge na França, na década de 60, e tem, segundo Malidier (1994), uma dupla fundação por Dubois e por Pêcheux, os quais trabalham, independentemente, na elaboração dessa teoria. O contexto científico das ciências humanas da época era favorável ao desenvolvimento da nova teoria, visto que com o estruturalismo, a lingüística recebe *status* de ciência piloto chegando, inclusive, a transferir “todo um conjunto de conceitos lingüísticos para quase todos os domínios das ciências humanas e ‘sociais’” (HENRY, 1997, p. 27), como foi feito por Lévi-Strauss ou Roland Barthes, por exemplo.

A teoria de Análise de Discurso reformula o conceito saussuriano de *língua*, pois há uma peculiaridade que diferencia esta teoria da lingüística da época, qual seja: a percepção de uma relação entre a *língua* e seu exterior, constatação que afasta o conceito de língua como *sistema*, estrutura fechada sobre si mesma, conferindo-lhe uma mobilidade que só pode ser observada quando concebemos a *língua* enquanto prática de linguagem, ou seja, quando questionamos as diferentes formas que ela tem de significar. Dessa forma, passa-se de uma concepção de autonomia absoluta da *língua*, da lingüística; para uma concepção de autonomia relativa, visto que ela deve receber a intervenção de fatores externos para se chegar ao *efeito de sentido* de determinado discurso. Assim, o que temos na Teoria do Discurso é uma concepção de *língua* como um meio através do qual se chega ao funcionamento do objeto discursivo, e, também, como um lugar de incompletude, pois os sentidos não estão dados nas suas relações internas, mas sim em sua relação com a exterioridade.

Portanto, torna-se necessário elaborar conceitos que relacionem o objeto discurso aos acontecimentos sociais, à sua historicidade, à memória que dele deriva. Nesse trabalho de elaboração dos conceitos teórico-metodológicos da AD, os estudiosos buscaram o “método dito harrisiano de extensão da análise distribucional além da frase” (MALDIDIER, 1994, p. 21), pois para Pêcheux “a deslinearização permite perceber os traços dos processos discursivos” (Ibid.). Mais tarde, chegar-se-ia à conclusão de que este método apresentava limitações que impediam o desenvolvimento da teoria do discurso.

A instituição da AD, para Pêcheux, “é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências sociais” (Ibid., p. 19). Assim, esta seria uma “disciplina transversal” (Ibid., p. 20) que objetiva a articulação da questão do discurso às questões do sujeito e da ideologia, o que demonstra que não é possível propor a filiação de Pêcheux a uma forma de pensamento estruturalista, visto que seu objetivo era o de fundar uma disciplina autônoma “recusando uma relação de aplicação (da lingüística a um outro domínio) e uma integração pura e simples à lingüística” (MALDIDIER, 1994, p. 20).

A partir das dicotomias saussurianas, os lingüistas deveriam se dedicar ao estudo das formas da *língua*, mas não dos sentidos delas derivados; assim como deveriam estudar a *língua* sem relacioná-la ao seu exterior. Nessa perspectiva, fatores cruciais para Pêcheux, como as condições de produção (noção diretamente relacionada ao caráter social e histórico do discurso), a relação de forças e as relações de sentido não poderiam ser estudadas. É por isso que Pêcheux busca, a partir das definições saussurianas, formular outra concepção de *língua*: opaca, e não transparente; passível de equívoco, e não perfeita; lacunar, e não completa e fechada em si mesma.

Quando a Análise de Discurso surge na França, ela está voltada para o estudo do discurso político e, segundo Maldidier, ela tem um “objetivo político: a arma científica da lingüística oferece meios novos para abordar a política” (MALDIDIER, 1994, p. 18). Com este objetivo, seriam aliados conceitos lingüísticos, marxistas e psicanalíticos em sua formulação buscando conhecer, através da linguagem, a estrutura da esfera social:

Relacionando um estado dado das condições de produção do discurso, M. Pêcheux fornecia, simultaneamente, uma definição de discurso, sempre determinada e apreendida dentro de uma relação com a história, e um princípio de construção do *corpus* discursivo. (Ibid., p. 20)

Quanto ao *corpus discursivo*, Maldidier diz que “ele só reproduz o fechamento estrutural do texto para tentar apreender a relação com um exterior” (Ibid.), visto que essa teoria busca trabalhar com uma noção de texto heterogêneo, ou seja, que é construído a partir de elementos diversos e, por isso, não pode ser considerado como uma unidade fechada. A autora ainda acrescenta que sendo o discurso construído a partir dessa relação com a história, e no interior de determinado estado social, ele “não se confunde nem com a evidência de dados empíricos, nem com o texto” (Ibid.). Isso significa que a teoria do discurso representa um significativo deslocamento do objeto de análise de forma que este não pode ser pensado, apenas, a partir do campo da lingüística. Assim, a Análise de Discurso seria uma “interpretação althusseriana do materialismo histórico” (MALDIDIER, 1994, p. 19), pois, além de considerar as configurações das estruturas sociais através da história e da memória

discursiva, a teoria busca compreender o papel da ideologia e do inconsciente através da noção de *formações imaginárias*, para analisar os discursos.

Há, ainda, uma importante peculiaridade da AD que só pode ser conhecida se nos perguntarmos, tal como o fez Paul Henry: o que é para Pêcheux um instrumento científico? Pergunta à qual Henry também responde dizendo-nos que:

... o ponto de vista de Pêcheux é (...) aquele da história da ciência e das técnicas científicas. Ele segue de perto Bachelard e Canguilhem. Mas ele acrescenta a estes teóricos elementos oriundos de uma análise marxista sobre as conseqüências da divisão do trabalho (em particular, da separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual), e sobre as conseqüências do caráter contraditório da combinação das forças produtivas e das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes. (HENRY, 1997, p. 15).

Esta afirmação, creditada a Pêcheux por Henry, nos apresenta, de certa forma, a temática desta pesquisa, a qual trata do *trabalho* humano. Ora, se Pêcheux demonstra interesse pela questão já há tanto tempo, por que não trazê-la à discussão através da interpretação que os sujeitos podem produzir da noção de *trabalho*, de *trabalho manual e intelectual*, da *divisão do trabalho* nos dias de hoje? Podemos dizer que nosso interesse em empreender esta pesquisa se deu no mesmo sentido do questionamento produzido por Pêcheux, ou seja, focando a divisão do trabalho, a contradição existente entre as forças produtivas e as relações de produção na sociedade capitalista brasileira dividida em classes.

1.2. O quadro epistemológico da Análise de Discurso

Após essa breve introdução histórica da Análise de Discurso trataremos, agora, de outro tópico importante para que se compreenda o que vem a ser este campo do conhecimento, o seu quadro epistemológico interdisciplinar. Desde sua fundação, essa teoria articula noções oriundas do *materialismo histórico*, da *lingüística* e da *teoria do discurso*, propriamente dita, assim como transversalmente da *psicanálise*. Mobilizando, de cada um desses campos, concepções que se relacionam com o objeto de estudo desta teoria, o discurso.

Temos, primeiramente, o *materialismo histórico* que tem como ponto principal uma concepção de história materialista que explica as formações de idéias a partir “*do elo existente entre a estrutura social e política e a produção*” (MARX; ENGELS, 1845-1846, p. 6), já que para estes autores “*A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram*

transmitidas pelas gerações precedentes” (Ibid., p. 21). Nesta perspectiva, a história é construída com base na divisão do trabalho, na luta de classes, na divisão existente na sociedade. A noção de *história* se faz importante na teoria do discurso, pois, a partir de uma concepção discursiva, a linguagem só é linguagem porque produz sentido, e este só é possível porque se inscreve na história. Disso depreende-se que para existir sentido é necessário que pré-exista algum sentido.

O *materialismo histórico* possibilitou a Althusser, através da releitura de Marx, formular a noção de *interpelação* do sujeito pelo Sujeito da ciência, da religião, do Estado na obra *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970), noção que diz respeito à submissão do sujeito e que também será produtiva para o trabalho com o discurso. Outra importante noção oriunda do materialismo histórico, mobilizada por Althusser, é a concepção de *ideologia*, visto que, não sendo um ato de pensamento de um indivíduo solitário, a *ideologia* “é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1992, p. 85). Esta noção de ideologia apresenta a inexistência de uma realidade empírica, e, ao mesmo tempo, a existência de uma relação reflexiva de representações. Na perspectiva da teoria do discurso, portanto, a realidade é uma “ilusão” criada por nós e refratada pela ideologia, sendo, também, diretamente relacionada ao lugar social. Como foi postulado por Althusser, e trabalhado por Pêcheux, não há prática social senão *através de e sob uma ideologia*; e não há ideologia senão *através do sujeito e para o sujeito*, visto que todo o sujeito é interpelado pela ideologia.

A *lingüística* é a segunda área de conhecimento que constitui o campo epistemológico da Análise de Discurso, pois Pêcheux recupera a noção saussuriana de *língua* que, uma vez ressignificada, vai lhe permitir pensar os mecanismos sintáticos e os processos de enunciação. Para analisar os discursos, é necessário identificar marcas que podem derivar de qualquer nível: fonológico, morfológico, ou sintático. O estudo das marcas lingüísticas revela que a organização da estrutura de um texto também é um fator constitutivo da significação, a escolha lexical, a flexão verbal, a pontuação, são elementos que devem ser percebidos quando se deseja chegar a um nível profundo de leitura, já que o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. Mas não devemos esquecer que o fator diferencial da Análise de Discurso, em relação a outras teorias que estudam o texto, é considerar não somente os itens lingüísticos no processo de produção do sentido de um texto, e sim, relacioná-los aos fatores externos: *interdiscurso, condições de produção, memória discursiva*³ e todas as particularidades que

³ Noções estas que serão retomadas em momento apropriado.

cada uma dessas noções inclui no trabalho com o objeto discursivo. Isso decorre do fato da não-coincidência entre signo e sentido, pois, para a Análise de Discurso, essa relação não é estável e nem unívoca, mas desestabilizada ao considerarmos fatores externos à língua para a constituição dos efeitos de sentido.

O terceiro campo epistemológico que forma a Análise de Discurso é a *teoria do discurso*, que é a “teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 164). Na constituição desta teoria articulam-se conceitos provenientes do *materialismo histórico* para pensar a constituição do discurso pela ideologia e pela historicidade; e, também, conceitos da *lingüística* para trabalhar com os dados lingüísticos analisados. Essa teoria produz, portanto, o corpo teórico e metodológico para que a Análise de Discurso possa trabalhar com seu objeto: o discurso.

Essas três regiões são “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 164). Assim, a principal contribuição da psicanálise para a Teoria do Discurso foi o conceito de *inconsciente* que possibilitou a inclusão da subjetividade no estudo da língua. Além disso, a noção de *Outro constitutivo* também auxiliou na compreensão do processo de assujeitamento do sujeito à ideologia, e de sua fragmentação. *A falta*, *o real*, *o simbólico* e *o imaginário* também foram mobilizados pela AD a partir da teoria psicanalítica, visto que Pêcheux concebe um sujeito social dotado de inconsciente e, por isso, capaz de produzir falhas, equívocos em seu discurso.

1.3 Construindo um efeito de fechamento do capítulo

A história da fundação da Análise de Discurso apresenta esta teoria como uma forma de análise lingüístico-histórica do discurso político, construída a partir de releituras de conceitos provenientes do *materialismo histórico*, da *lingüística* e da *psicanálise*. Segundo os autores aqui estudados, Pêcheux interessava-se pela questão da leitura e sua divisão social, pelo caráter material da história, pelas condições de produção do discurso.

Com base nisso, podemos dizer que nossa pesquisa retoma algumas preocupações provenientes do *materialismo histórico* e que são compartilhadas por Pêcheux. A afirmação de que a história está diretamente relacionada com os modos de produção, e o fato de produzirmos representações imaginárias sobre tudo o que interpretamos, ou seja, de que a realidade é uma “ilusão” criada por nós e refratada pela ideologia, nos permitem abordar a

temática do *trabalho* humano percebendo-a como um *constructo*, e não como uma realidade dada à *priori*.

No próximo capítulo, trataremos detalhadamente da noção de *trabalho* a partir do estudo da Filosofia e da Sociologia.

2 O TRABALHO À LUZ DA FILOSOFIA E DA SOCIOLOGIA

Na presente pesquisa, o objeto empírico consiste em uma seleção de cenas recortadas de dois documentários cinematográficos - *Koyaanisqatsi* (1983) e *Powaqqatsi* (1988) de Godfrey Reggio. Ambos tratam de temas variados e, por isso, optamos por selecionar apenas as cenas que se relacionavam à temática que buscamos estudar para compor nosso *corpus empírico*, o *trabalho humano*. Noção já bastante discutida no campo da Filosofia e da Sociologia, e foco de poucos estudos no âmbito da teoria do discurso. Assim, para melhor analisar as interpretações que colhemos, acreditamos ser importante examinar a noção de *trabalho* tal como ela é estudada por essas áreas do conhecimento. Buscamos, para tanto, alguns teóricos interessados na problemática do *trabalho*.

A noção de *trabalho*, em nosso entender, é bastante profícua em termos de discussão sobre os rumos tomados pela sociedade capitalista, constituída historicamente por sujeitos sociais, assujeitados à ideologia e interpelados pelo inconsciente. É isso que justifica nossa busca de compreensão da noção de *trabalho* no interior dessas relações sociais. Sendo assim, não será possível deixar de passar por algumas considerações sobre o elemento mais importante do processo de produção, ou seja, o trabalhador, pois é ele que, na maioria das vezes, sofrerá as conseqüências das transformações da concepção de *trabalho*.

Desta forma, é pela necessidade de incursão na ordem histórica e na instância ideológica, assim como pela possibilidade de construção de discursos diversos e posicionamentos também heterogêneos sobre o *trabalho* que colocamos esta pesquisa no seio da Análise de Discurso. Este elo será construído ao final do presente capítulo, quando pretendemos esclarecer as razões teóricas e metodológicas que nos levaram a realizar esse mergulho na Filosofia e na Sociologia do Trabalho.

2.1 *Trabalho*, valor e propriedade em Locke

John Locke⁴ foi o teórico que defendeu a teoria do liberalismo moderado. Ele acreditava que o homem tem direitos naturais anteriores à sociedade, os quais têm de ser por

⁴ John Locke nasceu em 1632 e morreu em 1704 e durante toda a sua vida participou das lutas pela entrega do poder à burguesia, classe a que pertencia, pois acreditava que todos os homens nascem iguais.

esta respeitados e protegidos, tais como: liberdade pessoal, propriedade e legítima defesa. Assim, ele demonstra no *Segundo Tratado Sobre o Governo*, que integra a obra *Dois Tratados Sobre o Governo*, de que forma o *trabalho* funda o direito à propriedade:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriedade dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho (...) tornando-o propriedade dele (...). Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou. (LOCKE, 1978, p. 45-46).

Desta citação depreende-se o conceito de *trabalho* sobre o qual o autor baseia seu discurso, qual seja: a transformação de um elemento da natureza pelas mãos do homem, de forma que o *trabalho* empregado nessa atividade fixa a propriedade de um homem sobre algo, e, por isso, nenhum outro homem pode se beneficiar dos frutos do *trabalho* de alguém.

Locke baseia-se no célebre trecho da Bíblia em que Deus expulsa Adão e Eva do Paraíso para justificar a existência da propriedade privada: “maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o teu pão com o suor de teu rosto...” (GÊNESE, 1995, p. 51). E afirma que:

Deus ordenava, e as necessidades obrigavam ao trabalho (...). Daí se vê que dominar ou cultivar a terra e ter domínio estão intimamente conjugados. Um deu direito a outro. Assim, Deus, mandando dominar, concedeu autoridade para a apropriação; e a condição da vida humana, que exige trabalho e material com que trabalhar, necessariamente introduziu a propriedade privada. (LOCKE, 1978, p. 48)

Essa concepção de propriedade, a partir da qual o homem só é proprietário daquilo que transforma a partir do seu esforço, ou seja, que ele só pode ter tanto quanto possa utilizar, continuaria vigorando até hoje, segundo o autor: “se a invenção do dinheiro e o tácito acordo dos homens, atribuindo um valor à terra, não tivessem introduzido (...) maiores posses e o direito a elas.” (Ibid., p. 49). Assim, foi a invenção da moeda, como forma de tornar duradouro o valor de objetos perecíveis tais como os alimentos, que possibilitou ao homem ampliar suas posses e acumulá-las, pois “onde não existe algo de duradouro e raro, de bastante valor para que se guarde, os homens não estarão em condições de ampliar as próprias posses de terra...” (LOCKE, 1978, p. 53).

Logo, é o surgimento da moeda que permite ao homem produzir objetos em excesso e trocá-los não só por outros produtos, mas também por “ouro e prata que podem [ser] guardados (...) uma vez que esses materiais não se deterioram nem se estragam nas mãos de

quem os possui.” (Ibid.). Desta forma, se antes não havia razão para o homem trabalhar mais do que o necessário para garantir sua sobrevivência, visto que acumular caças, frutos ou pescados seria sinônimo de desperdiçar bens naturais, esforço e tempo, devido à rápida deterioração desses produtos, com a invenção da moeda vende-se o que excede ao necessário para a subsistência e, com isso, o homem passa a acumular metais que têm um valor duradouro.

Quanto ao cálculo do valor de determinada propriedade, Locke o atribui ao trabalho:

...é na realidade, o trabalho que provoca a diferença de valor em tudo quanto existe. Considere qualquer um a diferença que existe entre um acre de terra plantado com fumo ou cana-de-açúcar (...) e um acre da mesma terra (...) sem qualquer cultura e verificará que o melhoramento devido ao trabalho constitui a maior parte do valor respectivo. (LOCKE, 1978, p. 51).

Através do exemplo dado pelo autor compreende-se facilmente porque o *trabalho* constitui a base do valor da terra ou de qualquer produto. Esse é o motivo pelo qual o vinho vale mais do que a água, ou a seda vale mais do que as folhas: é o esforço despendido na transformação desses produtos desde seu estado natural até o momento em que estão prontos para o uso. Assim, “pode verificar-se como o trabalho constitui a maior parte do valor de tudo quanto gozamos no mundo” (Ibid.) e de que forma ele pode ser o único a garantir o direito à propriedade privada.

Portanto, foi a valorização monetária do *trabalho* que possibilitou a instauração de uma nova ordem social na qual as pessoas passaram a ser caracterizadas pelo ofício que exerciam e pela quantidade de posses que, a partir dele, constituíam, e não somente pela posição social que ocupavam. Mais adiante, veremos que este fato proporcionou o surgimento de uma nova classe social que, não possuindo fortuna hereditária, pôde buscar sua ascensão através do *trabalho* e das riquezas com ele acumuladas.

2.2 O estado natural do homem e a propriedade em Rousseau

Rousseau⁵ caracterizou-se como “adverso à sociedade organizada nos moldes consagrados” (ROUSSEAU, 1945, p. 16), pois “realizava o panegírico do estado natural que teria existido anteriormente a qualquer espécie de civilização e no qual o homem, nascido

⁵ Jean-Jacques Rousseau nasce em 1712 e morre em 1778. Em 1750 escreve o *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*; em 1753 escreve o *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*; e em 1762 é editado em Amsterdã *O Contrato Social*, sua mais conhecida obra.

bom, não fora ainda estragado pela sociedade” (ROUSSEAU, 1945, p. 16). Devido a suas idéias que muito difundiram a tese do *bom selvagem* o autor não era visto com bons olhos pelos “privilegiados senhores da aristocracia” (Ibid.), principalmente porque defendia “uma tese que afirmava que os frutos da terra a todos pertenciam, porque a terra não era de ninguém” (Ibid.). Assim, Rousseau apresentava um pensamento contraventor para a sociedade da época em que viveu, e também uma visão bastante antecipada das conseqüências que esse modelo de sociedade poderia trazer, visto que ele “teve consciência de que a liberdade política está estreitamente ligada às condições de existência. Percebeu com clareza que a desigualdade dos direitos entre os cidadãos tem origem na desigualdade das riquezas” (ROUSSEAU, 1945, p. 18). Desigualdade essa que se tornou mais acentuada a partir do momento em que se convencionaram valores para o ouro e a prata, ou seja, desde que se iniciou o uso da moeda em troca de bens e serviços.

A segunda obra de Rousseau, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1753), traz algumas considerações importantes sobre o homem em seu estado natural. Nela o autor afirma que na vida em sociedade “a maioria dos males é fruto de nossa própria obra, e (...) seriam quase todos evitados se conservássemos a maneira simples, uniforme e solidária de viver, que nos foi prescrita pela Natureza.” (ROUSSEAU, 1945, p. 150). Assim, seria a vida em sociedade a causadora de males como as doenças, a má alimentação dos pobres, a miséria e “a extrema desigualdade na maneira de viver, o excesso de ociosidade por parte de uns, o excesso de trabalho de outros” (Ibid.). Disso depreende-se que o *trabalho*, desde o seu surgimento, não beneficia aqueles que o realizam, mas sim aqueles que com ele lucram e que são os mesmos que vivem em ociosidade.

Rousseau diz, também, que o homem “ao tornar-se sociável e escravo, transforma-se em fraco, medroso, abjeto; e sua maneira de vida, delicada e efeminada, acaba por enervar por seu turno a força e a coragem” (ROUSSEAU, 1945, p. 151). Sendo assim, o homem natural, que depende de sua força e coragem para sobreviver em meio à natureza, quando passa a fazer parte da sociedade transforma-se em escravo de outros homens que não são superiores a ele em termos de atributos necessários à vida natural; mas em termos de riqueza, o que torna a relação entre os homens muito diferenciada daquela existente antes da vida em sociedade. Nas palavras do autor:

Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a coser as vestes de pele com espinhos e arestas, a adornar-se de penas e conchas marinhas, a pintar o corpo com tintas de diversas cores, a aperfeiçoar e embelezar os arcos e as flechas, a talhar, com a ajuda de pedras

cortantes, algumas canoas de pescadores ou alguns grosseiros instrumentos musicais; numa palavra, *enquanto se dedicaram às obras que podiam ser feitas individualmente, às artes que não necessitavam de numerosas mãos, viveram livres, sãos, bons e felizes, tanto quanto o podiam ser por sua natureza*, e continuaram a desfrutar entre si de um comércio independente... (ROUSSEAU, 1945, p. 183)

Essa citação constitui um dos acréscimos que Rousseau vem dar à nossa pesquisa, e que diz respeito à conceituação da *perspectiva telúrica de trabalho* que coincide, perfeitamente, com a concepção de homem natural postulada pelo autor, pois numa perspectiva de trabalho artesanal o homem deve ter as características de autonomia e coragem, já que o único responsável pelo êxito de sua atividade laboriosa é ele mesmo, afora as condições que a Natureza lhe proporciona. Rousseau afirma ainda que:

... desde o instante em que um homem teve precisão da ajuda de outrem, desde que percebeu ser conveniente para um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se mudaram em campos risonhos que passaram a ser regados com o suor dos homens, e nos quais logo se viu a escravidão e se viu a miséria germinar e crescer com as colheitas.(Ibid.)

Depreendemos, então, que a liberdade do homem só existiu enquanto ele ainda se encontrava no seu estado natural, depois disso, com a vida em sociedade, a liberdade só existiu para os mais ricos. Para Rousseau, a “metalurgia e a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu essa revolução” (ROUSSEAU, 1945, p. 183). Portanto, foi a necessidade de ter quem trabalhasse o ferro e quem alimentasse os trabalhadores que levou o homem a desempenhar uma atividade em troca de sua subsistência, pois, não podendo cultivar seu alimento, ainda assim, poderia comprá-lo, tal como seu patrão havia comprado sua mão-de-obra para realizar o *trabalho* que não realizaria.

Rousseau diz também que “é impossível conceber a idéia da propriedade não nascendo da mão-de-obra; pois não vemos de que modo pode o homem apropriar-se do que não fez senão introduzindo aí o seu trabalho” (Ibid., p. 185). Aqui percebemos a coincidência entre o discurso de Rousseau e o de Locke sobre a origem da propriedade, e podemos dizer que, segundo os autores, seria propriedade do trabalhador tudo o que ele produz. No entanto, a maioria das formas de *trabalho* beneficia apenas os patrões, já que os modos de produção pertencem a eles. Assim, compreendemos que inexistente uma relação de propriedade entre o trabalhador e o fruto de seu *trabalho*, o que há é uma série de leis prescritas, exatamente, para permitir que um homem se beneficie do *trabalho* de outro.

Em sua mais conhecida obra, *O Contrato Social* (1762), o autor afirma que “o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que o

tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui” (p. 34). Assim, a partir de um acordo tácito, do qual nem todos são conhecedores ao aceitar, o homem passa a “agir por outros princípios” (Ibid., p. 34) que são aqueles ditados pela sociedade, passa a “consultar a razão” (Ibid.), ou seja, obedecer à lei. O autor ainda diz que a base de todo o sistema social é este *pacto fundamental* que:

... ao invés de destruir a igualdade natural, substitui, ao contrário, por uma igualdade moral e legítima a desigualdade física que a Natureza pode por entre os homens, fazendo com que estes, conquanto possam ser desiguais em força ou em talento, se tornem iguais por convenção e por direito. (ROUSSEAU, 1945, p. 37)

Apesar de essa afirmação parecer ingênua, ao demonstrar uma crença na igualdade entre os homens, a nota do autor que a ela corresponde demonstra seu verdadeiro ponto de vista a respeito do assunto:

Sob maus governos, essa igualdade é apenas aparente e ilusória; não serve senão para manter o pobre em sua miséria, e o rico em sua usurpação. *Na realidade, as leis são sempre úteis aos que possuem bens, e prejudiciais aos que nada têm; de onde se conclui que o estado social não é benéfico aos homens, enquanto não tiverem todos alguma coisa, e nenhum deles o tenha em excesso.* (Ibid., p. 136-grifo nosso)

Portanto, a modificação do estado natural do homem, a partir do estabelecimento das sociedades organizadas, só trouxe más conseqüências para os pobres; e benefícios para os ricos. A nova ordem social da propriedade, que prega a liberdade e igualdade entre os homens, mantém, entretanto, divisões de classes, e cria uma legislação em favor dos “mais fortes” (ROUSSEAU, 1945, p. 24). O autor especifica o sentido do termo *igualdade* ao dizer que “não se deve entender por essa palavra que os graus de poder e riqueza sejam absolutamente os mesmos” (Ibid., p. 60), ou seja, a igualdade entre os homens não anula a desigualdade de riqueza existente entre as classes constituintes das sociedades organizadas. Quanto à riqueza, o autor espera “que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar um outro, e nem tão pobre para ser constrangido a vender-se” (Ibid.), entretanto, no que consiste a relação de *trabalho* senão na venda e na compra da *força de trabalho*? E nem por isso esta relação foi considerada opulenta ou causadora de constrangimento por aqueles que a instituíram, ao contrário, até mesmo a Igreja justificou-a através de afirmações como “O trabalho dignifica o homem”.

Rousseau, com base em sua reflexão, afirma que “o homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo acredita-se o senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo que eles” (ROUSSEAU, 1945, p. 21). Disso depreende-se que não só a escravidão, mas todas as formas de relação social fazem com que o homem abra mão de sua

liberdade e de sua autonomia, pois na vida em sociedade uns dependem dos outros e, por isso, tanto escravo quanto senhor - de formas diferentes, é claro - estão subjugados a uma autoridade maior seja ela a lei, a religião ou o rei.

Quanto à ordem social, o autor diz que ela “é um direito sagrado que serve de alicerce a todos os outros. Esse direito, todavia, não vem da Natureza; está, pois, fundamentado sobre convenções.” (Ibid., p. 22). Assim, ele entende que a ordem social é algo exterior à natureza humana e, por isso, está baseada em convenções que constituem a base de “toda a autoridade legítima” (Ibid., p. 25) existente entre os homens. Uma das formas de relação de autoridade é o trabalho e, segundo Rousseau, “alienar é dar ou vender. Ora, um homem que se escraviza a outro não se dá, vende-se, pelo menos em troca da subsistência” (Ibid.). Sendo o *trabalho* assalariado, tal como se apresenta até os dias de hoje, um dos elementos constitutivos da ordem social, ele também é uma atividade exterior à natureza humana, pois, de acordo com essa ordem, cada homem seria responsável pela sua própria subsistência, enquanto na esfera do *trabalho* a subsistência de uns depende de outros.

Rousseau diz também que:

... *escravatura e direito* são contraditórias, excluem-se mutuamente. Seja de homem para homem, seja de um homem para um povo, este discurso será igualmente insensato: “Faço contigo um contrato, todo em teu prejuízo e todo em meu proveito, que eu observarei enquanto me aprouver, e que tu observarás enquanto me aprouver.” (ROUSSEAU, 1945, p. 28).

Ora, o que lembra este contrato criticado pelo autor senão a relação patrão/empregado na forma que vigora até os dias de hoje? Afinal, apesar da especialização da mão-de-obra trabalhadora, o primeiro continua em posição de vantagem com relação ao segundo - já que o lucro é uma riqueza acumulada. Dessa forma, percebe-se que a primeira forma de *trabalho* foi a escravidão, pois, a partir dela, convencionou-se que a sobrevivência de um homem dependeria de outro. Vale salientar, ainda, que o discurso considerado insensato pelo mesmo autor traduz, de forma bastante verossímil, a lógica capitalista atuante no mundo contemporâneo.

2.3 Divisão do *trabalho* e aparecimento das classes sociais

Aníbal Ponce⁶(1981) discute o surgimento das *classes sociais*, relacionando-o ao “escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada” (PONCE, 1981, p. 22). Não vamos nos deter ao segundo ponto trazido pelo autor, pois entendemos que a transformação da propriedade comum em privada já foi devidamente detalhada no estudo do trabalho de Locke, no primeiro tópico deste capítulo. Vamos partir da primeira afirmação do autor que concede ao “escasso rendimento do trabalho humano” (Ibid.) o surgimento das *classes sociais*.

Ponce diz que a “divisão da sociedade em ‘administradores’ e ‘executores’ não teria levado à formação das classes, tal como hoje as conhecemos, se outro processo paralelo não tivesse ocorrido” (p. 24). O autor refere-se às modificações introduzidas na técnica, tais como a domesticação dos animais e o seu emprego na agricultura como auxiliares do homem. Estas alterações resultaram em maior rendimento do *trabalho* humano e na possibilidade de as comunidades produzirem “mais do que o necessário para o seu próprio sustento” (Ibid.). Com isso, a produção excedente era destinada ao escambo, e, segundo o autor, a possibilidade de aumento da produção provoca a escravidão, ou seja, a troca da vida dos guerreiros - pertencentes aos povos vencidos na guerra - pela sua liberdade. Já que, a partir deste momento, não seria mais interessante sacrificar pessoas que poderiam se tornar trabalhadoras e auxiliar na expansão do poder de troca das tribos vencedoras.

Os produtos excedentes de uma tribo eram trocados por outros entre tribos distantes ou vizinhas pelos representantes da comunidade, os quais, logo, começaram a exigir que a função por eles exercida passasse a ser hereditária. Foi assim que as propriedades e rebanhos, que anteriormente pertenciam a toda a tribo, passaram a constituir propriedade das famílias que administravam e defendiam os interesses da mesma. Com isso, as famílias “*donas dos produtos* (...) passaram também a ser *donas dos homens*” (PONCE, 1981, p. 25), ou seja, a fórmula da desigualdade havia sido inventada, instaurando uma separação entre aqueles sujeitos que, não trabalhando, eram donos de toda a produção e aqueles que, trabalhando, recebiam talvez a décima parte do que produziam. Isso nos mostra que a desigualdade entre os homens instaurou-se antes do advento da moeda, e não com ela como sugeriam Locke e

⁶ Aníbal Ponce nasce em 1898 e morre em 1938, ele foi um teórico argentino que realizou muitos de seus estudos na área da educação e que, devido à sua militância socialista, incluiu aspectos relacionados às condições de existência das sociedades em seus trabalhos teóricos.

Rousseau, e também que há muito tempo a relação de propriedade era firmada pelo *trabalho*. No entanto, a simetria entre o trabalhador e o fruto do seu esforço existiu somente enquanto as tribos ocupavam-se apenas de sua própria subsistência, pois logo que uma nova forma de trabalho surgiu no interior dessas comunidades primitivas, o escambo, originou-se uma relação desigual entre os membros que as constituíam.

No início da Idade Média, o sistema de *trabalho escravo*, apesar de ter auxiliado no aumento da produção e ter sustentado toda economia do mundo antigo, começa a ser desconstruído. Com o crescimento da população, havia necessidade de aumentar o número de escravos que, depois do advento da moeda, tornaram-se produtos passíveis de compra e venda. Assim, a produção em grande escala já não rendia tanto, pois havia muitas pessoas para alimentar, conseqüentemente, o excedente tornou-se raro e a miséria cresceu de tal forma que no período feudal o “cultivo em pequena escala voltou a ser o único que compensava” (PONCE, 1981, p. 83). Isso porque “o escravo passou a produzir menos do que custava a sua manutenção e a partir desse momento ele desapareceu como um sistema de exploração em grande escala” (Ibid.).

Nesta época, além do *escravo*, havia o *colono* que não era propriamente um escravo, mas também não era livre já que estava preso à terra na qual trabalhava, e pela qual pagava uma quantia fixa anual ao senhor feudal. No entanto, havia também outra classe de trabalhadores que não era a dos servos, e nem dos colonos, era a classe dos:

... *vilões*, descendentes dos antigos colonos romanos, eram (...) livres ou francos. Não se vendiam, ofereciam-se. Quando queriam viver do fruto do seu trabalho, procuravam alguém que tivesse terras para explorar e lhe propunham o cultivo de um lote, em troca de alguma compensação. O pedido do trabalhador constituía um ato jurídico chamado *súplica* ou *precária*; o consentimento do proprietário constituía outro ato jurídico, chamado *concessão* ou *prestaria*. Em troca da concessão obtida, o vilão se comprometia a entregar ao senhor uma parte do fruto do seu trabalho e, além disso, a prestar certos serviços pessoais. (PONCE, 1981, p. 84).

Compreende-se, a partir disso, que o *trabalho* “remunerado” começou a existir antes mesmo da utilização da moeda, pois não tendo outro bem de valor o vilão pagava o “aluguel” da terra do senhor com parte de sua colheita. Caso esta não fosse boa, ele arcava com todos os prejuízos do mau plantio e ainda ficava devendo a parte referente ao pagamento do patrão. Neste caso, o vilão deveria renegociar a dívida com o proprietário da terra, e com base nisso é fácil perceber como este tipo de contrato de trabalho com o *vilão* rendia mais do que o trabalho escravo para o patrão. Em todo o caso este último era sempre o detentor não só da propriedade, mas também dos instrumentos necessários para a produção como, por exemplo, o moinho.

Os servos e vilões, ao contrário, não eram donos de nada e o único meio que tinham de prover seu sustento era trabalhar nas terras dos senhores e “dividir” com eles os bens produzidos. Neste tipo de contrato de trabalho o senhor feudal só tinha a lucrar, pois poderia cobrar o quanto quisesse pelo arrendamento de um lote das suas terras, e também poderia dispor do servo para a realização de outras tarefas como, por exemplo, a coleta de frutas e de lenhas. Vale ressaltar que, além de pagar ao senhor o aluguel da terra para prover seu sustento, os servos ou vilões ainda tinham de arcar com o pagamento de dízimos cobrados pela Igreja, de impostos do Estado e de taxas do Império.

Portanto, para os donos da terra era muito mais lucrativo firmar acordo com os vilões, ou servos, do que ter escravos, pois “era necessário um grande capital para adquirir e manter os escravos (...), ao passo que a servidão não requeria qualquer gasto; o *servo* custeava sua própria vida, e todas as vicissitudes do trabalho corriam por sua conta.” (Ibid, p. 85). Como pudemos perceber, desde as primeiras formas de economia, os trabalhadores vêm sendo prejudicados, enquanto os ociosos lucram e provém o seu sustento através do trabalho alheio. Aqui retornam sempre as perguntas: quando, em que momento, o trabalhador foi dono do que produziu? E de que forma o *trabalho* firma a propriedade de um trabalhador sobre aquilo que ele produziu?

2.4 *Trabalho* e capitalismo em Marx, Engels e Lukács

Marx e Engels afirmam que foi o surgimento da classe burguesa, em meio às mudanças ocasionadas pela Revolução Francesa (1789-1799) e pela Revolução Industrial no século XVIII, que trouxe consigo a racionalidade econômica, base do capitalismo:

A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus "superiores naturais" ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do "pagamento à vista". (MARX e ENGELS, 1848, p. 2)

A burguesia, portanto, foi o elemento essencial da divisão das classes em termos econômicos, pois trouxe consigo a mentalidade econômica que se colocou no lugar das tradições e da noção de *trabalho* como “um *modo de vida* regido por tradições” (GORZ, 2005, p. 24), visto que este era, anteriormente, o significado do *trabalho* para os camponeses

e tecelões, por exemplo. O surgimento do capitalismo, portanto, se dá juntamente com a legitimação da classe burguesa, assim podemos perceber claramente que, a partir desse momento histórico, a noção de *trabalho* sofre sua maior transformação. Transformação que permeou todas as esferas da sociabilidade, pois juntamente com as relações de trabalho modificaram-se valores éticos e morais que eram respeitados anteriormente, e o valor que se colocou em lugar de todos os outros foi o valor monetário. Gorz diz que “O que chamamos ‘trabalho’ é uma invenção da modernidade.” (GORZ, 2005, p. 21), invenção que se dá a partir do surgimento da burguesia.

Até aqui vimos que a concepção de *trabalho* assalariado surge com a classe burguesa e sua mentalidade capitalista, mas para entender um pouco mais sobre a noção que estamos investigando é necessário buscar outras acepções para o *trabalho*. Lessa (2002) retoma Lukács⁷ para explicar que:

(...) o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho. (LESSA, 2002, p. 27)

Nessa perspectiva, qualquer atividade de transformação da natureza pelo homem é considerada *trabalho*, ou seja, a pesca, a agricultura, a coleta de frutos, todas essas atividades são caracterizadas como *trabalho*, e não há necessidade de interferência da esfera monetária para que elas sejam assim caracterizadas. Nesse sentido é que o *trabalho* é percebido como categoria fundante do mundo dos homens, pois através dele é que os processos evolutivos podem ocorrer. Segundo Lessa, “Na acepção de ‘intercâmbio orgânico’ ‘eternamente necessário’ do homem com a natureza, o trabalho é uma categoria distinta do trabalho abstrato, produtor de mais-valia” (LESSA, 2002, p. 28). O autor retoma Marx e Engels ao dizer que:

(...) há uma clara distinção entre *trabalho abstrato* e *trabalho*: o primeiro é uma atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor da mais-valia. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em ‘coisas’ (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, ao contrário, é a atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É, portanto, a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens em níveis cada vez mais desenvolvidos de sociabilidade. (LESSA, 2002, p. 28)

⁷ György Lukács foi um pensador e crítico literário húngaro que nasce em 1885 e morre em 1971. Após a Revolução Russa seu pensamento voltou-se para a história e ele aderiu ao marxismo, tendo sido, inclusive, comissário do povo para a educação no governo de Bela Kun.

Ou seja, há uma noção de *trabalho* que representa um metabolismo do homem com a natureza, uma atividade realizada pelo sujeito de maneira a tornar a natureza sua parceira para a sobrevivência, transformando-a em elementos que possam suprir sua subsistência. Contudo, essa transformação da natureza deveria se dar apenas de acordo com as necessidades materiais mais imediatas de subsistência, pois, pelo fato de o homem estar em harmonia com a natureza, não deve super-explorá-la. Isto pode ser percebido pela seguinte definição de Marx:

(...) o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes força útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 1982, p. 202)

Esta concepção de *trabalho* ilustra de forma bastante clara as cenas - recortadas para compor nosso *recorte fílmico* - representativas do que chamamos *perspectiva telúrica de trabalho* em nossa pesquisa, em oposição à *perspectiva capitalista*. Sendo que esta última corresponde à outra aceção que caracteriza o *trabalho* como *abstrato*, uma forma que carrega em si a mentalidade capitalista, pois surge com ela; assim, é a extração do lucro do *trabalho* que gera a realidade do valor monetário de troca. Dessa forma, o *trabalho abstrato* diz respeito, exclusivamente, à atividade que tem por objetivo a reprodução da mais-valia, reduzindo-se, portanto, ao *trabalho* alienado capitalista. Ainda se faz importante salientar que esse é um tipo de trabalho *reificante*, onde o homem se transforma em meio de produção ou, ainda, em capital variável sob o domínio capitalista, perdendo assim qualquer tipo de autonomia sobre seu *trabalho*. Segundo Lessa, o *trabalho abstrato* é uma “forma historicamente particular de exploração do homem pelo homem” (LESSA, 2002, p. 34).

Marx (1967) afirma, também, que o *trabalho*, em oposição ao *trabalho abstrato*, é anterior a este último, e continuaria a ser importante mesmo quando ocorresse o fato de uma sociabilidade superar o capital. Assim, a concepção de *trabalho* como uma *categoria fundante* do mundo dos homens é inextinguível, já o *trabalho abstrato* pode ser superado em uma sociedade na qual possa haver cooperação entre os sujeitos trabalhadores de forma que eles dominem os meios de produção e participem de todo o processo produtivo diretamente, tendo, assim, acesso aos bens que produzem. Essa tese se encontra em Marx (1967) quando o autor postula que a superação do *trabalho abstrato* só pode ocorrer em uma sociedade de “produtores associados”.

Quanto à transformação dos sujeitos em coisas (reificação), ela se explica através da venda da *força de trabalho* do operário para o capitalista, no entanto:

A força de trabalho só pode figurar no mercado a título de mercadoria quando é colocada à venda por seu próprio possuidor (...) Esse trato só pode durar com a condição expressa de que o possuidor da força de trabalho não a venda senão por um tempo determinado. Porque se ele a vendesse como um todo, de uma só vez, vender-se-ia a si próprio e se transformaria, de homem livre, em escravo e, de possuidor de mercadoria, em mercadoria. (MARX, 1967, p. 30)

Marx percebeu isso nos primórdios do capitalismo, mas, até agora, não houve mudanças significativas nessa esfera do *trabalho*, pois o trabalhador ainda depende da compra de sua *força de trabalho* por um capitalista para sobreviver. Mas, como o autor também já ressaltara, esse tipo de negociação gera uma grande insegurança para o trabalhador, o qual, atualmente, tem dificuldade de encontrar um comprador para sua *força de trabalho*, visto que, com o crescimento populacional (principalmente dos países mais pobres), a oferta de mão-de-obra é muito maior do que a procura dos empregadores. Outra consequência disso é a diminuição do valor pago pela *força de trabalho*, pois já que ela é abundante o empregador pode lucrar mais com o temor da perda do emprego por parte do trabalhador, explorando-o ao máximo.

Offe diz que a racionalidade capitalista tem outras consequências maléficas à sociedade:

Marx e Weber concordam em que a racionalidade estratégica do cálculo capitalista é a força motriz dominante da racionalização ('formal') das sociedades capitalistas, com o que o trabalho é desvinculado de todos os critérios imediatos de referência doméstica ou de valor de uso, assim como do ritmo de fome e da satisfação. (OFFE, 1989, p. 15).

O que temos, então, é uma esfera produtiva completamente apartada das necessidades sociais de subsistência e preocupada única e exclusivamente, e não poderia ser diferente dada à própria lógica capitalista, com o lucro. Aspecto esse que terá reflexo na sociedade com muitas pessoas passando fome enquanto outras esbanjam luxos supérfluos. Até mesmo porque a preocupação do capitalismo sempre foi o lucro em detrimento do humano, e a maior prova disso está no fato da exploração que esse sistema faz de sua maior fonte de riqueza: o trabalhador. Como Marx (1967) explica, o *capital* é composto do *capital constante* e do *capital variável*, sendo que o *lucro* se dá pela *extração da mais valia* do trabalhador (*capital variável*), isto é, no processo produtivo e não durante a circulação das mercadorias.

Outro elemento que contribuiu decisivamente para a degradação do *trabalho* humano foi o advento da maquinaria, pois isso transformou o homem em mero acessório, em uma

simples peça que se integra às engrenagens de funcionamento das máquinas. Aliás, isso irá representar uma contradição do capitalismo muito bem descrita por Gorz:

Os agentes diretos da dominação maquínica da natureza e da *autopoièsis* da humanidade são uma classe proletária cujos indivíduos vêm suas faculdades ‘mirrando’ e ‘mutilando-se’, embrutecidos pelo trabalho, oprimidos pela hierarquia e dominados pela maquinaria a que servem. É essa contradição que se transforma no sentido e no motor da História: graças à racionalização capitalista, o trabalho deixa de ser atividade privada submetida às necessidades naturais; mas, no momento mesmo em que é despojado de seu caráter limitado e servil para tornar-se *poièsis*, afirmação de potência universal, ele também desumaniza aqueles que o realizam. Domínio triunfante sobre as necessidades naturais, ao mesmo tempo que submissão constrangedora aos instrumentos dessa dominação que era a submissão a natureza, o trabalho industrial apresenta, para Marx e para os grandes clássicos da economia, uma ambivalência que não se deve perder de vista. (GORZ, 2005, p. 28).

Dessa maneira, emerge soberano o *trabalho alienado capitalista*, tornando-se central para as sociedades contemporâneas e, também, um fator de infindáveis discussões, pois acabará por sobrepujar e desumanizar o responsável por ele, o trabalhador, e balizar toda a organização social, dada sua função primordial de elemento de redistribuição de renda.

2.5 Radicalização: o fim do *trabalho*

Assim, se há - e certamente há - uma ideologia dominante que sustenta a necessidade e positividade do *trabalho*, ela não é tão homogênea a ponto de impedir que novas perspectivas sejam produzidas acerca do que o *trabalho* representa na sociedade ocidental atual. O questionamento sobre a vida regida pelo *trabalho* e suas futuras conseqüências já se faz presente nas atuais discussões acerca da importância da preservação ambiental e da qualidade de vida. Já existe um grande número de pensadores como os integrantes do Grupo Krisis⁸: Robert Kurz, Roswitha Scholz, Claus Peter Ortlieb e Anselm Jappe que se debruçam sobre a impossibilidade do *trabalho*, ainda hoje, ser considerado como elemento central das sociedades.

O grupo preocupa-se, atualmente, com o consentimento às práticas capitalistas que, cada vez mais, se expandem por todo o globo, por isso, eles buscam discutir essa realidade

⁸ Grupo que nasceu no final dos anos 70 e é formado por filósofos e ensaístas, tais como os acima citados, que estavam insatisfeitos com o marxismo tradicional, e criaram uma revista intitulada *Crítica Marxista*.

que nos cerca a partir de suas características devastadoras, mas reais, e que foram, ao longo da história, silenciadas para que a consolidação da mentalidade capitalista pudesse se dar sem problemas, isto é, sem mostrar suas reais intenções. Intenções que atualmente já não são mais escondidas, pois nos anúncios publicitários, nas entrevistas de empregos, nos lançamentos de moda já está determinada a forma de divisão da sociedade entre aqueles que têm acesso a um emprego ou a um produto, e aqueles que nunca chegarão a obter os bens com os quais sonham ou, até mesmo, um emprego formal.

Segundo o Krisis: “Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho.” (KRISIS, 2003, p. 15), visto que “a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto” (Ibid.). O grupo defende esta posição devido ao desenvolvimento da microeletrônica que aponta uma tendência de total substituição da *força de trabalho* humana por máquinas inteligentes construídas através da técnica chamada de inteligência artificial. Técnica através da qual, inclusive, estudos de aquisição de linguagem são realizados para a criação de equipamentos com capacidade de aprendizado e raciocínio, uma possibilidade que “há poucas décadas só era imaginada como ficção científica” (Ibid.), mas que hoje tem se tornado realidade.

Outro fator negativo da *perspectiva capitalista de trabalho* apontado pelo grupo é a crescente degradação das bases naturais:

Todos os recursos do planeta são usurpados sem hesitação para a máquina capitalista do fim em si mesmo. Se esses recursos não são mobilizados de uma maneira rentável, eles ficam em ‘pousio’⁹, mesmo quando, ao lado, grandes populações morrem de fome (KRISIS, 2003, p. 20).

Realidade esta que no Brasil conhecemos amplamente devido à luta do *Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra* (MST) que, há décadas, tenta fazer com que recursos naturais sem uso (terras improdutivas, no caso) sejam destinados a famílias de agricultores que não têm um lugar onde possam realizar sua produção agrícola e/ou pecuária. Infelizmente, a sociedade brasileira não percebe que a atividade rural é de extrema importância para a produção dos alimentos que atendem às necessidades da sociedade em geral, isso sem pensar na esfera econômica que também se beneficia de pessoas empregadas e da circulação de capital.

Como percebemos com as denúncias do grupo Krisis, esta é uma realidade mundial, e não só brasileira, recursos naturais sem uso e a degradação desses devido a diversos fatores tais como: a poluição do ar ocasionada pelas indústrias de petróleo; o aumento da circulação de automóveis; a poluição dos mananciais hídricos e etc. O grupo ainda estabelece uma

⁹ A palavra “pousio” significa “em espera” no contexto em que foi utilizada.

explicação histórica que demonstra que o *trabalho abstrato* nunca foi inerente ao homem, mas sim imposto a ele de diversos modos. Dentre os fatores que influenciaram o nascimento do *absurdo fim em si mesmo* do *trabalho capitalista* estão os aparelhos do Estado absolutista que precisavam de capital “para financiar as primeiras máquinas militares modernas” (KRISIS, 2003, p. 47); a escravidão “em sentido literal, que nas economias de *plantation* de matérias-primas ultrapassou em dimensões a escravidão antiga, faz parte dos crimes fundadores do sistema produtor de mercadorias.” (Ibid., p. 49). O sistema escravista foi também o veículo através do qual se realizou a separação entre o homem branco, superior e inteligente, e o selvagem, primitivo e natural, e, por isso, inferior, tal como os seres do reino animal. Segundo o Krisis:

Esse raciocínio grotesco joga uma luz reveladora sobre o Iluminismo. O *ethos* repressivo do trabalho da modernidade, que se baseou, em sua versão protestante original, na misericórdia divina e, a partir do Iluminismo, na lei natural, foi mascarado como “missão para civilizar”. Cultura, nesse sentido, é submissão voluntária ao trabalho; e trabalho é masculino, branco e “ocidental”. O contrário, o não-humano, a natureza informe e sem cultura, é feminino, de cor e “exótico”, portanto, a ser colocado sob coerção. Numa palavra: o “universalismo” da sociedade do trabalho já é totalmente racista desde sua raiz. (KRISIS, 2003, p. 50)

Assim, longe de ser apenas uma forma de relação entre o homem e a natureza, o *trabalho*, para os “seres inferiores”, representa uma atividade sem sentido, pois o sentido está dado, exatamente, no benefício de outrem. No entanto, apesar da ideologia dominante apresentar apenas os elementos positivos do *trabalho*, tal como a ética protestante outrora o fez, houve, ao longo dos tempos, muitas revoltas por parte dos trabalhadores para com a imposição dessa realidade de exploração brutal promovida pelo sistema de produção da *mais-valia*.

Devido à aceitação plena da imposição da *categoria trabalho*, esses teóricos do Grupo Krisis questionam: por que essa categoria é ainda apontada como única forma de desenvolvimento das sociedades, se ela continua realizando a exploração do homem pelo homem? Se ela ainda continua marginalizando, excluindo e destruindo os povos e pessoas que não se enquadram na lógica capitalista de produção da *mais-valia*? E, ainda, como se pode pensar que todos estes fatores apontados sejam percebidos como evolução da humanidade? Nesse intuito, o Grupo Krisis tenta abrir os olhos das sociedades sobre os erros que, há séculos, vêm sendo cometidos e repetidos sempre e mais; e, por isso, suas teorizações se fazem importantes para a reflexão sobre a *categoria trabalho*.

2.6 A reelaboração da noção de *trabalho*

Depois de considerar as diversas modificações teóricas e estruturais da *categoria trabalho*, chegamos, agora, num ponto a partir do qual a problemática do *trabalho abstrato* pode ser superada, é a chamada utopia de Marx que nos conduz a contemplar uma sociedade guiada por trabalhadores associados que não visam, primeiramente, o lucro. Esta sociedade também não faz do *trabalho* uma atividade estranha ou totalmente prejudicial ao trabalhador, mas um meio de subsistência através do qual ele tem acesso aos bens que produz e, ao mesmo tempo, realiza uma atividade de que gosta e sabe fazer.

Segundo Marx (1848), a superação do capital só poderia se dar através de uma revolução realizada pela classe trabalhadora a partir da qual o sistema capitalista seria extinto, pois, de acordo com este teórico, um sistema não pode conviver com o outro. Isso aconteceria quando a exploração do homem pelo homem se transformasse em uma situação tão insuportável para o trabalhador que não haveria outra forma de sobreviver a não ser através da união entre os trabalhadores, os quais, sendo detentores dos meios de produção, assim como dos conhecimentos teóricos e práticos correspondentes a sua profissão, poderiam estabelecer um novo curso de desenvolvimento para a sociedade.

Entretanto, há um exemplo atual desse sistema, que, diferentemente do que fora postulado por Marx, convive com o sistema capitalista. Trata-se das cooperativas em que os trabalhadores não são empregados, mas sócios, detentores tanto da *força de trabalho* quanto dos *meios de produção*, sendo que o *lucro* é dividido entre todos. Essa possibilidade devolveria ao trabalhador seu ofício e o preço justo do mesmo, sendo que cada um deveria exercer uma atividade considerada importante para a coletividade, mas, principalmente, relevante para si mesmo.

Portanto, se, por um lado, existem teóricos que defendem a falência total do *sistema capitalista de produção*, por outro, temos, já há bastante tempo, a indicação de uma saída viável para a superação do *trabalho abstrato*, seja no interior do próprio *sistema capitalista*, seja após sua extinção. Isso indica que apenas quando todos tiverem o direito de escolher sua profissão, de estarem satisfeitos com o papel que desempenham na sociedade, poderemos ter o *trabalho* como uma categoria formadora de identidade e também valorativamente central, além de necessária e *fundante*, para a sociedade.

Com base nessas considerações, podemos inferir o aparecimento de uma nova forma de relação com a noção *trabalho*, pois, ao ser considerado como obrigação exercida em prol

de outrem, temos uma desvalorização do sujeito trabalhador; enquanto a consideração do *trabalho* como algo que perpassa a vida desse sujeito, de uma forma que lhe propicie benefícios para além do ganho financeiro - o qual já se mostra ineficiente em termos de qualidade de vida - temos que o *trabalho* passa a ter um caráter mais intelectualizado, mais prazeroso e menos alienante. Segundo De Masi (2000) - o teórico do *ócio criativo* - o “*capitalismo é baseado no egoísmo e na competitividade: isto é, sobre premissas brutais, não humanas. Portanto é impossível humanizá-lo*”¹⁰, ou seja, apenas quando surgisse um sistema de produção que visasse a outros interesses, tais como o desenvolvimento intelectual e o envolvimento emocional do trabalhador com seu ofício, poderia haver uma distribuição de renda justa e uma sociedade mais igualitária.

Por mais utópicas que essas soluções pareçam, devemos considerar que não poder imaginar uma saída para além do sistema de produção capitalista levaria a sociedade a ter de se conformar com a inevitável falência desse sistema, que já vem apresentando suas trágicas conseqüências: desemprego em massa e a conseqüente marginalização da classe do extralaborador. Marx e De Masi apontam a relevância do *trabalho* para o trabalhador como a única saída para que essa categoria possa ser, senão ultrapassada, transformada novamente, de certa forma, num modo de vida. Como sabemos, são poucas as pessoas que têm o privilégio de escolher sua profissão, entretanto, geralmente, estas são as mais realizadas profissionalmente, e, também, as que melhor desempenham sua atividade profissional. Logo, não podemos descartar essas utopias quando buscamos uma solução para o fim dessa vida centrada no *trabalho abstrato*, e na sua mais trágica conseqüência: a ditadura do consumo.

2.7 Finalizando o debate com a Filosofia e a Sociologia

Com este estudo da *categoria trabalho* no campo da Filosofia e da Sociologia, buscamos traçar um percurso que se inicia pelas teorizações de Locke sobre o surgimento da propriedade privada e da moeda, visto que o autor relaciona ambas com o *trabalho*. Este autor demonstrou-nos como o *trabalho* garante a propriedade de um trabalhador sobre aquilo que ele produz, e como apenas o *trabalho* é capaz de dar valor a determinado bem, de forma que a

¹⁰ Citação extraída de uma entrevista obtida na *Internet*, motivo pelo qual a datação da obra e a numeração da página não foram explicitadas.

introdução do ouro e da prata como equivalentes do esforço desempenhado por um trabalhador na produção de algo foi a única possibilidade de conservar duradouro o valor do bem negociado.

Rousseau foi o segundo autor trazido para a discussão sobre a noção de *trabalho* devido à sua caracterização do estado natural do homem, que serviu para ilustrar a *perspectiva telúrica de trabalho* em contraponto com a *concepção capitalista*. Além disso, o autor ainda trouxe interessantes considerações sobre a nova ordem social que se baseia no direito à propriedade privada e instaura a igualdade jurídica no lugar da desigualdade natural; igualdade essa que, segundo Rousseau, só serviu para os ricos e só fez mais miseráveis os pobres. Assim, na perspectiva do autor, a instituição da sociedade organizada serviu apenas para degradar as boas inclinações do homem selvagem e incentivá-lo a uma ambição devoradora, à concorrência e à rivalidade. O autor faz também importantes constatações sobre a dependência que esta nova ordem social instalou entre os homens e sobre as más conseqüências de um regime que privilegia os ricos em detrimento dos pobres.

Ponce, por sua vez, explica-nos como o escambo, a primeira forma de *trabalho* diferenciada a surgir entre as tribos selvagens, propiciou a *divisão do trabalho* e, por conseqüência, a *divisão das classes nas sociedades primitivas*. O autor mostra-nos também a *divisão das classes na Idade Média*, momento em que surge a classe dos *vilões*, ou trabalhadores livres, e em que o *trabalho escravo* deixa de ser lucrativo.

Para falar tanto da *perspectiva telúrica de trabalho* quanto da *capitalista*, buscamos os mais conhecidos teóricos que se preocuparam com a *categoria trabalho*: Marx e Engels. Esses autores estudaram as condições de *trabalho* nas sociedades primitivas e nas sociedades organizadas demonstrando-nos que o surgimento da classe burguesa foi o momento crucial para a instauração de um modelo de sociedade calcado em relações monetárias. Para dar continuidade ao estudo destes autores, buscamos alguns teóricos da atualidade que produzem releituras das postulações teóricas de Marx e Engels e demonstram ora a relevância de suas idéias, ora o quanto elas estavam ultrapassadas.

Lukács, seguidor de Marx, foi trazido à discussão através da sua *ontologia do trabalho*, que nos foi apresentada por Lessa, e tem como ponto central o fato de o *trabalho* em si (metabolismo homem/natureza) ser inextinguível, enquanto o *trabalho alienado*, sendo uma forma inventada pelo homem, deixaria de existir em algum momento, devido às suas próprias deficiências.

Também recorreremos a algumas teorizações radicais ora devido à severidade de suas críticas, como foi o caso do Grupo Krisis, ora devido à novidade de suas postulações, como

foi o caso de Domenico De Masi. Nesta verdadeira viagem em busca da *categoria trabalho* tentamos unir diferentes possibilidades teóricas de compreendê-la, no intuito de aprender um pouco mais sobre essa noção, e, sobretudo, dispor de teoria para balizar as análises realizadas nesta pesquisa, já que muitas das idéias apresentadas nas interpretações correspondem a diferentes formas de conceituação do *trabalho*.

Em uma retomada dos tópicos aqui abordados podemos dizer que a *categoria trabalho* recebe duas acepções distintas: a primeira aponta para a transformação da natureza pela ação do homem que consiste em uma *forma telúrica de trabalho* na qual o trabalhador, além de ser detentor dos *meios de produção*, usufrui daquilo que produz. E a segunda acepção corresponde à exploração do homem pelo homem no intuito de produzir a mais-valia, ou lucro. Como já dito anteriormente, a segunda acepção é uma criação do homem e o desenvolvimento da espécie humana não dependeria, necessariamente, da existência dela, enquanto a primeira apresenta o *trabalho* como uma condição inerente à evolução da nossa espécie, ou seja, uma faculdade nata do homem. No entanto, após a instalação do *sistema de produção capitalista*, juntamente com a consolidação da classe burguesa, não houve outra forma de produção que tenha tomado dimensões tão ampliadas quanto esta que nos acompanha até os dias de hoje.

Depois de estudar essas noções, buscamos elucidar a atual preocupação dos teóricos acerca da *categoria trabalho* que é o seu oposto: o desemprego que assola a grande maioria dos trabalhadores das sociedades capitalistas. Nesse ponto, o Grupo Krisis foi fundamental, pois apresentou uma série de fatores que nos levam a pensar de maneira aprofundada este momento do *trabalho*, pois como sistema inventado pelo homem ele também apresenta problemas que envolvem praticamente todas as sociedades do globo. Acreditamos que, como estudiosos ou como trabalhadores devemos estar atentos para as implicações que o desenvolvimento tecnológico e intelectual da sociedade traz para a esfera do *trabalho*.

Na teoria do discurso, há uma noção de natureza teórica e também metodológica que nos permite observar cada uma das formas de trabalho aqui apresentadas com relação à ideologia, qual seja: a noção de formação discursiva (FD). Através da delimitação de uma FD é possível perceber as formas de relação do sujeito do discurso com a ideologia dominante, através da sua identificação com os dizeres permitidos ou impedidos de serem inseridos na rede de saberes regulada pela Forma-sujeito de cada FD. Vale salientar que, com o estudo da *categoria trabalho*, procuramos estabelecer uma forma de explicitar, no momento analítico, a diferença existente entre os discursos que se inserem numa *perspectiva capitalista de trabalho* e os discursos que se inscrevem na *perspectiva telúrica de trabalho*. Isso porque entendemos

que a concepção de *trabalho* não é homogênea, existem formas diferenciadas de conceituar o *trabalho* de acordo com a perspectiva de observação adotada. Conseqüentemente, o sentido de *trabalho* para um operário não é o mesmo para um pescador, tal como os sentidos produzidos por capitalistas e empregados sobre esta mesma noção não coincidem, pois cada um desses sujeitos se inscreve em diferentes lugares sociais.

Considerando tudo o que precede, acreditamos poder dizer, juntamente com Pêcheux, que a heterogeneidade da formação ideológica é que permite a existência de discursos tão desiguais acerca da noção que aqui é contemplada: o *trabalho*. Considerando a instância histórica e a existência de uma memória discursiva, buscamos conhecer os efeitos de sentidos produzidos sobre a *categoria trabalho*, com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa que serão apresentados a seguir.

3. CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO DA PESQUISA

Através da harmonização entre as noções-chave da Análise de Discurso e a materialidade não-verbal, que constitui nosso objeto de pesquisa, propomos a construção de um dispositivo de análise baseado em autores que têm contribuído para a discussão sobre as distintas materialidades simbólicas através das quais o discurso pode ser observado, pois pensamos que a materialidade lingüística não é a única que dá acesso aos processos de produção de sentido; outras materialidades também o permitem.

Considerando o discurso como “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, 1997, p. 82), podemos remetê-lo à *materialidade fílmica/imagética*, por exemplo, pois sobre esta também é realizado um processo de produção de sentidos por parte daqueles que a observam. Dado que a imagem também significa na *ordem do discurso*, justificamos nossa escolha pela mesma como *corpus de arquivo* desta pesquisa. Tendo em vista que a consideração da *materialidade imagética* pressupõe alguns deslocamentos sobre algumas noções próprias à teoria do discurso, nas seções que se seguem buscamos entrelaçar a teoria à qual nos filiamos ao nosso objeto de pesquisa.

3.1. *Língua*: o conceito-chave do deslocamento

Iniciamos a discussão sobre a noção de *língua* com a qual a teoria do discurso trabalha, pois nosso *corpus experimental* - diferentemente de nosso *corpus de arquivo* que é constituído por imagem e som – constitui-se pela materialidade lingüística. Assim, não podemos perder de vista a distinção entre as materialidades discursivas que são observadas nesta pesquisa. Posteriormente, pretendemos centrar a atenção sobre a materialidade imagética, pois esta é a natureza de nosso objeto de pesquisa.

Tendo em vista o lugar de destaque conquistado pela Lingüística no campo das ciências sociais, a partir dos estudos realizados por Saussure, é essencial que se inicie este momento falando um pouco sobre este teórico que conferiu à Lingüística um estatuto de ciência, e à língua a possibilidade de se tornar um objeto de análise. Para ele, *língua* é um sistema de signos, uma estrutura passível de ser observada, descrita. Lemos no *Curso de Lingüística Geral*, que “Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de

natureza homogênea...” (SAUSSURE, 1971, p. 23), e, também, que “a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (Ibid., p.31). Definição que aponta para uma concepção de *língua* como sistema completo, fechado em si mesmo, sem lugar para variação, e dotado de autonomia absoluta. Assim, a caracterização da *língua* como sistema se dá devido à interdependência de seus elementos: *um signo é o que o outro não é*, reflexão básica que podemos depreender da teoria saussuriana do valor lingüístico.

Com base em Leandro Ferreira (1999), podemos dizer que a noção saussuriana de *sistema* foi muito importante para a Teoria do Discurso na medida em que, a partir dela, tornou-se possível desvincular a linguagem das evidências empíricas e do sujeito psicológico. Assim como a passagem do conceito de *função* da *língua*, de Saussure, para o de *funcionamento*, na AD, possibilitou o trabalho com elementos que ultrapassam o limite da *língua*, tais como o *interdiscurso* e a *historicidade*¹¹.

No *Curso* estudamos também que a *língua*: “... é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (SAUSSURE, 1971, p. 22). Ou seja, a *língua* é um sistema que atua na sociedade, porém não é um sistema que atua como os outros:

A língua constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços de outras instituições políticas, jurídicas etc. Para compreender sua natureza peculiar, cumpre fazer intervir uma nova ordem de fatos. A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas. (Ibid., p. 24).

Esta citação nos apresenta uma concepção de *língua* como *instituição social* peculiar, entretanto, ao diferenciar a *língua* de outras instituições sociais, o lingüista a impede de receber interferências do exterior em seu funcionamento.

Segundo Leandro Ferreira: “A definição saussuriana de língua afasta tudo o que for estranho a seu organismo, a seu sistema, eliminando, assim, todas as causas e determinações exteriores que podem afetá-la” (LEANDRO FERREIRA, 1999, p. 126), assim, há distinção entre a concepção de *língua* da AD e do estruturalismo. Neste, a *língua* é concebida como estrutura social, histórica, abstrata, e, por isso, a noção saussuriana de *contrato social* traz o elemento de idealização que a Teoria do Discurso não comporta, pois trabalha com o sujeito social incluso nas *condições de produção* do discurso.

A *língua*, para Saussure, é uma entidade homogênea, dotada de autonomia absoluta, formal, fechada, cristalizada (literal); assim, o que importa para o estruturalismo é a

¹¹ Noções que serão retomadas em momento apropriado.

organização interna da *língua*, suas oposições, suas regras. Já na concepção da AD a *língua* é heterogênea, dotada de uma autonomia relativa, é material (substância), é um objeto aberto à exterioridade, e ainda compreende a *alíngua*¹², ou seja, mantém relação com a dimensão do inconsciente. Ao pensar a *língua* como entidade lingüística e histórica, portanto discursiva, Pêcheux ultrapassa o estudo da “organização (regra e sistematicidade)” (ORLANDI, 1996, p. 47) e chega à “ordem (funcionamento, falha) da língua” (Ibid.). E pensar sobre a ordem da *língua*, significa perceber como a organização sintática produz sentidos, visto que a materialidade lingüística é a via de acesso para os processos de interpelação ideológica e inconsciente.

Ao definir *língua* como *sistema de signos* e como *instituição social*, Saussure está definindo, respectivamente, o que lhe é interior e o que lhe é exterior. Assim, cabe ao lingüista considerar o aspecto *interno* da *língua*, enquanto o aspecto *externo* o autor relega à Semiologia, ciência que deveria estudar os sistemas de signos não-lingüísticos. A diferenciação entre o que é *interno* e o que é *externo* à *língua* se apresentará de forma distinta na Teoria do Discurso, pois Pêcheux percebe que a exterioridade é constitutiva da *língua*, ou seja, não há uma divisão formal separando *interior* e *exterior*.

Desta forma, a AD diferencia-se da Lingüística quanto à sua concepção de *língua*. De acordo com Leandro Ferreira (1999), a *língua* é considerada uma estrutura que comporta tanto a regularidade quanto a irregularidade em seu interior, logo, podemos dizer que a regularidade está próxima da previsibilidade que caracteriza o discurso já-dito, o pré-construído; enquanto a irregularidade está próxima da imprevisibilidade que caracteriza o discurso novo. Na AD, portanto, a *língua* caracteriza-se pela presença da regularidade, pois na estrutura há organização, mas a irregularidade também é uma característica pertinente à noção de estrutura, visto que é a partir dela que podemos pensar a singularidade como a ruptura da regularidade. Isto por que esta estrutura não é fechada em si mesma, seus limites são passíveis de serem transpostos, ela comporta “furos” (LEANDRO FERREIRA, 1999, p. 127) que permitem o acontecimento, a quebra da regularidade, a irrupção do novo em meio ao pré-existente. Vale lembrar que *estrutura* e *acontecimento* não são noções estanques para a AD, pois é a partir de um deslocamento na estrutura que o acontecimento irrompe.

Na Psicanálise, Lacan, a partir da releitura de Freud e do estudo da teoria Lingüística Estrutural formulada por Saussure, diz que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1972-1973, p. 25). Desta forma, fica estabelecida a relação entre a

¹² Noção oriunda da Psicanálise, e que possibilita falar-se de uma língua que também serve para não-comunicar, que é intangível.

língua e o *inconsciente* na Psicanálise: a *língua* é o mecanismo que dá acesso ao *inconsciente*, pois é através da articulação lingüística que o sujeito deixa escapar aquilo que não é acessível nem mesmo a ele, ou seja, o *real da língua*. Lacan postulou que “o sujeito do desejo é a essência do homem” (Ibid., p. 105), afinal, o que move sua busca pela completude, pelo preenchimento do que falta, é a pulsão. O autor também diz que é a *fantasia* que dá sustentação ao desejo, logo, nessa relação com o desejo “a realidade só aparece como marginal” (Ibid.). Este desejo ao qual Lacan se refere é o “desejo do Outro” (Ibid., p. 111) e no campo do Outro está o significante, por isso, Lacan diz que o sujeito nasce do significante, de forma que a interpretação é o próprio desejo do sujeito, a fantasia por ele imaginada. Assim, “pelo efeito de fala, o sujeito se realiza sempre no Outro, mas aí já não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele só achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala” (Ibid., p. 178), já que é o significante que chama o sujeito a falar, a funcionar como sujeito determinado pela linguagem e pela fala.

A respeito disso Henry, a partir da sua leitura da teoria freudiana de interpretação dos sonhos, diz que “o desejo inconsciente é um certo real que se repete não apenas no sonho ou no sintoma, em tudo aquilo que traz a marca patente de *ponta do desejo*” (HENRY, 1992, p. 162). Disso, podemos depreender que na *língua* também é possível perceber a marca de *ponta do desejo* que é peculiar ao sujeito. Importante salientar que o lugar onde as marcas do desejo inconsciente podem ser localizadas é a sintaxe, o intradiscurso, lugar de formulação do discurso. O que ratifica o exposto acima sobre a articulação entre *língua* e *inconsciente*.

Esta articulação, produzida na teoria do discurso, traz uma *língua* caracterizada pela equivocidade, pelo impossível de simbolizar, de dizer, de representar. A *língua* é “*não-toda*” (MILNER, 1987, p. 19), pois “*tudo não se pode dizer*” (Ibid.), por isso, a questão da *língua* enquanto estrutura é importante na AD. A estrutura, na lingüística, caracteriza-se pela totalidade, regularidade, e fechamento; enquanto a AD insere na estrutura a exterioridade, através da não totalidade, da regularidade relativa e da abertura, o que possibilita a irrupção do acontecimento. O deslocamento da noção de *língua* como forma abstrata da Lingüística para a forma material da AD também é uma questão crucial, pois permite esta diferenciação entre a *língua transparente* e a *língua opaca*, esta última trabalhada pela AD.

Leandro Ferreira (2003) considera a leitura e a interpretação como possibilidades de produção de sentido, e não de mera repetição do já-dito, e rompe com a trilogia *transparência*, *univocidade* e *regularidade*, pois estas são características de uma concepção de *língua* e *sentido* que não permitem o trabalho com o exterior da língua. Tomando o primeiro termo, *transparência*, temos uma concepção de *língua* como expressão do

pensamento, de forma que haja uma simetria entre aquilo que é dito e o que é pensado. Possibilidade em que tanto o histórico quanto o ideológico são excluídos, por outras áreas do conhecimento, da reflexão sobre o que motiva ou o que produz os sentidos de um discurso.

Quanto à *univocidade*, relaciona-se a uma idéia de sentido único, de direção linear entre palavra (enunciado ou discurso) e referente, ou seja, as coisas do mundo são nomeadas, expressas, de uma forma que se apresenta como a única possibilidade de dizer. Nesse espaço normalizado não há lugar para a ambigüidade, o equívoco, ou a polissemia, fatores considerados constitutivos do discurso na AD.

Já a *regularidade* “é compatível com o primado de um mundo lógico reduzido” (LEANDRO-FERREIRA, 2003, p. 205) em que a *língua* é um *conjunto homogêneo*, e seus elementos estabelecem relações *previsíveis* e *ordenadas*. Aqui não são considerados os jogos que o sistema também possibilita, tais como o chiste, o implícito, a pressuposição que, apesar das tentativas de exclusão por parte das disciplinas logicistas, continuam significando a partir de torções no sistema ideal, rigidamente estrutural. Para a AD, a *língua* é considerada um sistema lacunar, passível de falhas, e no qual a exterioridade regularmente se insere, participando na produção dos efeitos de sentido, ou seja, no seu funcionamento.

Agora, vamos dar um passo em direção ao estudo de outros elementos que também constituem sentido, juntamente com a *língua*.

3.2. *Formações ideológicas (FI) e formações discursivas (FD)*

A discussão a respeito da noção de *ideologia* em AD inicia em Althusser (1992), o qual propõe que “a *ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*” (p. 93), pois “*só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos*” (Ibid.). Essa interpelação ocorre de forma inconsciente por mecanismos que fazem parte da organização social, os Aparelhos Ideológicos de Estado. Esses aparelhos produzem um conjunto de valores e crenças com os quais todos os sujeitos deveriam viver de acordo; e esta seria a realidade, a vida real de todos nós, na qual estão incluídos nossos deveres e direitos de cidadãos. Desta forma, todas as ações que julgamos ter origem em nossa força de vontade seriam, na verdade, imposições das representações ideológicas.

Em 1975 Pêcheux e Fuchs explicitam que seu interesse pelo materialismo histórico diz respeito, especialmente, à noção de “*superestrutura ideológica em sua ligação com o*

modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165). Assim, os autores trabalham sobre a questão da impossibilidade de se tratar da instância ideológica de forma isolada das questões por eles denominadas “*mundo das coisas, dos fatos econômicos*” (Ibid.), ou seja, a *ideologia* estaria presente em todas as esferas da sociedade e não circunscrita a mecanismos ou aparelhos determinados. Essa afirmação criticava o posicionamento de alguns autores marxistas da época que acreditavam que “*a ideologia (...) [seria] constituída pela ‘esfera das idéias’*” (Ibid.), pois queriam tratar a instância ideológica separada das relações sociais, modos de produção, posições de classe, enfim, fora do terreno da prática social.

A crítica de Pêcheux e Fuchs se baseava na noção de *interpelação*, inicialmente postulada por Althusser, pois a “modalidade particular do funcionamento da instância ideológica (...) consiste no que se convencionou chamar de *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). A partir desse processo de assujeitamento que ocorre de forma inconsciente, cada sujeito social seria “*conduzido*” (Ibid.) sob “a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (Ibid.). Logo, todo efeito de sentido produzido pelo sujeito irá remeter a uma ou outra dessas posições de classe, filiando-se à instância ideológica que interpela esse sujeito.

De acordo com Pêcheux (1988), é “a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão (...), evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (p. 160), ou seja, a *ideologia* opera na sociedade criando a ilusão de verdade dos fatos, o que só pode ser sustentado por uma concepção de *língua* que atrele o significado ao referente impedindo a reflexão sobre as dessimetrias que ocorrem entre o dito e os efeitos de sentido sobre ele produzidos.

Assim, Pêcheux propõe que “sob a transparência da linguagem” (1988, p.160) há aquilo que ele chama “*o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (Ibid.), este caráter material deve ser pensado a partir da relação entre *língua, sujeito e historicidade*. Estes três elementos constituem-se no âmbito do “*todo complexo das formações ideológicas*” (Ibid.) e essa proposição acarreta um distanciamento entre *sentido e língua*, apontando para determinação do sentido a partir das “*posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico*” (Ibid.), salientando que nesse processo estão representados o modo de produção dominante e a luta de classes. Dessa forma, o autor salienta que “*as palavras, expressões (...) mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as*

empregam” (PÊCHEUX, 1988, p. 160), posições estas que devem ser entendidas como lugares determinados na estrutura social.

Portanto, é assim que a *ideologia* produz seus efeitos: mascarando-se sob a literalidade da língua, sob a livre vontade do sujeito e sob a legitimação histórica. No entanto, as posições ideológicas “não são nem individuais, nem universais, mas são referentes a várias, ou mais diretamente a duas, posições de classes que estão em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 1971, p. 148), ou seja, ao refletir sobre a noção de *formação ideológica*, o autor ressalta que ela é constituída de um complexo de atitudes e representações que se organiza a partir de inúmeras *formações discursivas* que mantêm entre si relações diversas de antagonismo, de aliança, e, até mesmo, de dominação. Pêcheux diz ainda que:

... les formations idéologiques ainsi définies comportent nécessairement, comme une de leurs composantes, une ou plusieurs *formations discursives* interreliées, qui déterminent *ce qui peut et doit être dit* (...) à partir d’une position donnée dans une conjoncture donnée: le point essentiel ici est qu’il ne s’agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent. (PÊCHEUX, 1971, p. 148)

Assim, as *formações discursivas* (FD) representam diferentes formas de relação do sujeito com as *formações ideológicas*, visto que são as primeiras que regulam o que pode ou não ser dito a partir de uma conjuntura dada. O ponto essencial da noção de *formação discursiva*, de acordo com Pêcheux, é que ela não atua somente na natureza dos termos empregados, mas, sobretudo, na forma sintática da combinação desses termos. Note-se, por exemplo, o valor das conjunções, advérbios e adjetivos e suas funções diversas nos enunciados em que aparecem.

A formulação da noção de *formação discursiva* (FD) inicia em Foucault (1986) que a concebe como “o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados” (p. 124). Este autor, ao formular a noção de FD, pensa na organização do conhecimento humano, na disciplinarização dos campos dos saberes que se dá de forma linear, segmentando os domínios do saber. Para Pêcheux, o saber é um todo extremamente complexo que não pode ser segmentado e, por isso, ele diz que todos os saberes residem no *interdiscurso*, e só podem ser repartidos a partir da tomada de um ponto de vista ou outro, de uma *posição* que determina uma parte do saber - o qual consiste em um conjunto de possibilidades que podem, ou não, vir a atualizarem-se no *intradiscurso*.

Pêcheux não entende que a noção de FD seja produtiva apenas para a consideração do conhecimento e a utiliza para pensar a organização do político e da luta de classes, este é o primeiro deslocamento do autor em relação a Foucault. O segundo consiste na constatação da

ausência da noção de *ideologia* na teoria deste, pois as divisões do conhecimento não se produzem de forma neutra e, por isso, não podem ser pensadas como funcionamentos não sujeitos à determinação ideológica. Com isso, podemos dizer que é a partir da consideração da noção de *ideologia* em seu trabalho que Pêcheux teoriza a noção de *formação discursiva* para dar conta da repartição organização dos discursos com relação à instância ideológica.

O autor, então, concebe duas noções distintas para pensar o discursivo: a *formação ideológica* (FI); e a *formação discursiva* (FD), sendo que a principal distinção entre elas é o fato de que podemos ter várias FDs representando uma formação ideológica. Podemos também dizer que a noção de FI rompe com a possibilidade de existência de um sentido literal, dado à *priori*, às palavras, aos enunciados, ou a um texto (em sua forma verbal e não-verbal), pois o sentido produzido sempre será determinado a partir da *ideologia* que interpela o sujeito interpretante.

Assim, ao teorizar sobre a noção de FD, Pêcheux postula que é a partir da inserção de uma palavra ou enunciado em um domínio de saber determinado que esses receberão um sentido. Pêcheux caracteriza a FD como *o lugar em que as palavras recebem seu sentido*, ou seja, o sentido não existe à *priori*, ele é regulado a partir da *formação discursiva* na qual é produzido. Essa produção de sentido ocorre no interior da FD a partir da relação que determinada palavra mantém com outras que também habitam aquela FD; por isso, o autor afirma que o ponto mais importante a ser pensado, com relação ao sentido, é o das relações entre as palavras, e não da natureza de cada palavra em si.

Sendo a FD uma noção teórica postulada no intuito de organizar saberes, percebe-se que qualquer tentativa de torná-la um conceito fechado e regulado sistematicamente seria um equívoco, pois, como diz Foucault (1986), a FD é uma *distribuição de lacunas, de vazios* que podem ser ocupados por determinado enunciado, mas não o podem ser por qualquer enunciado devido às *condições de existência* que a regem. Assim, fica claro que a noção de FD tem por função a limitação, o recorte daqueles enunciados que podem ou não ocupar os vazios que existem no seu interior. Importante atentar para a primeira característica desta noção que se manteve ao longo dos tempos, qual seja: o aspecto lacunar da FD que, desde o início, confere uma mobilidade a esta noção, ou seja, um potencial de abrigar em si elementos heterogêneos.

No interior da *formação discursiva* temos o que Pêcheux (1988) denominou *forma-sujeito* da FD - e Courtine (1981), por sua vez, iria chamar *Sujeito universal* - responsável por permitir, ou não, que determinados efeitos de sentido se constituam no interior da FD. A “forma-sujeito (...) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela*

simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’” (PÊCHEUX, 1988, p. 167). Assim, a *forma-sujeito* regula as escolhas do sujeito do discurso quanto ao que pode, ou não, ser enunciado a partir da FD com a qual ele se identifica. Mas, como a FD tem um caráter heterogêneo, podem existir formas diferenciadas de relação do sujeito do discurso com a *forma-sujeito* da FD, por isso, além da *forma-sujeito*, há variadas *posições-sujeito* no interior da FD. Quando o sujeito do discurso identifica-se com uma das *posições-sujeito* da FD essa identificação é denominada *tomada de posição*.

Quanto à noção de *tomada de posição* (PÊCHEUX, 1988, p. 215) podemos dizer que ela representa diferentes modalidades de relação entre o *sujeito do discurso* e a *forma-sujeito* que regula os saberes de uma FD. A primeira modalidade remete a uma *identificação plena* entre o *sujeito do discurso* e a *forma-sujeito*; nessa modalidade, a tomada de posição do sujeito realiza o seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido” (Ibid.). Aqui é o lugar da repetição do mesmo, da paráfrase, da homogeneidade. A segunda modalidade, denominada *contra-identificação*, caracteriza um distanciamento entre a *forma-sujeito* e o *sujeito do discurso*, o qual, através de uma tomada de posição, se contrapõe ao Sujeito universal questionando, revoltando-se contra o saber da FD com que se identifica. Esta tensão ocorre no interior da Forma-sujeito, no âmbito da FD, instaurando aí a diferença, a contradição, resultando daí a heterogeneidade, a polissemia, a presença do discurso outro no interior da FD. A terceira modalidade trata da *desidentificação* do *sujeito do discurso* com a Forma-sujeito, decorrente de uma tomada de posição não-subjetiva, ocasionando uma ruptura do sujeito com uma FD e um deslocamento, para identificar-se com outra FD.

Em nossa pesquisa, a modalidade de *desidentificação* do sujeito com a Forma-sujeito da FD não será mobilizada, mas a *contra-identificação* será muito produtiva para dar conta do questionamento dos saberes da FD observada. Vamos ver agora como podemos mobilizar as noções de *formação ideológica* e *formação discursiva* para trabalhar com a materialidade imagética e o discurso fílmico.

3.2.1 FI e FD na abordagem do discurso fílmico

Pautadas nas teorizações de Pêcheux sobre as noções de *formação ideológica* e *formação discursiva*, pretendemos analisar o processo de constituição do *discurso fílmico*, visto que este também é construído de acordo com a disputa ideológica pela legitimação de determinadas possibilidades de sentido em detrimento de outras. Conseqüentemente, o gesto de interpretação produzido sobre este tipo de discurso também apresentará as determinações ideológicas que o sujeito interpretante, concebido no âmbito social como sujeito do discurso, sofre.

Se tomarmos as noções de *formação ideológica* e *formação discursiva* em relação ao saber e se pudermos conceber que o saber é constituído por dizeres, imagens, sons, e um conjunto muito complexo de materiais simbólicos, então, em nosso entender, tanto a FI quanto a FD podem ser mobilizadas na análise da materialidade não-verbal, pois a FD funcionaria como um conceito teórico-metodológico de repartição desses saberes constituídos por uma gama muito heterogênea e ampla de materialidades.

Assim, em nosso procedimento analítico, partimos do estabelecimento de uma formação discursiva do *trabalho*, representada no *recorte fílmico* por, no mínimo, duas *matrizes de sentido* distintas que possibilitam a produção de *efeitos de sentido* variados com relação ao *trabalho*, quais sejam: a *perspectiva telúrica* e a *capitalista*. Lembramos que, no capítulo dedicado à discussão do *trabalho* na Filosofia e Sociologia, estudamos alguns teóricos que têm postulado a dicotomia *trabalho x trabalho abstrato*. Essa dicotomia está representada pelas formas *telúrica* e *capitalista* de *trabalho* que compõem o *recorte fílmico*.

Com isso, temos o objetivo de observar as relações antagônicas de constituição da FD capitalista que a fazem ser heterogênea, cheia de lacunas e brechas para a inserção de discursos distintos provenientes de várias regiões do saber sobre o *trabalho* humano. Também pretendemos observar as formas de relação do sujeito do discurso com o atual sistema de produção capitalista, que é considerado aqui como FD dominante, tendo em vista que o *trabalho* é a engrenagem central da subsistência humana, do consumo de bens materiais necessários ou supérfluos, e da acumulação e reprodução de riquezas.

No próximo passo, vamos estudar a noção de *sujeito* para perceber como a AD o entende enquanto dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia.

3.3. *Sujeito e sentido*

Tendo como base Indursky (2000), podemos estabelecer um breve resumo das três fases de elaboração pelas quais a noção de *sujeito* passou em Pêcheux. Assim, temos que em 1969¹³, o autor formula sua primeira noção de *sujeito* como um *lugar determinado na estrutura de uma formação social*, ou seja, o *sujeito* aí “se encontra representado, isto é, presente, mas transformado (...) funciona nos processos discursivos como uma série de formações imaginárias” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). O *sujeito* da Análise de Discurso é, portanto, desde o início da teoria um *sujeito social*.

Já em 1975, o autor, juntamente com Catherine Fuchs, formula “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (Ibid., p. 164) acrescentando ao *sujeito social* a característica de ser *dotado de inconsciente* e fazendo com que esse *sujeito* atue sob duas ilusões: *ser a fonte de seu dizer e ser responsável pelo que diz* (Ibid., p. 177). Em obra seguinte, também de 1975, Pêcheux acrescenta que se trata da busca de “uma teoria não-subjetivista da subjetividade” (PÊCHEUX, 1988, p. 133) na qual são articulados *inconsciente* e *ideologia*. Segundo o autor “os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o *sujeito*, situam-no (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do *sujeito*” (Ibid.). Nesta perspectiva, não somos *sujeitos* autônomos que fazemos nossas escolhas de acordo com nossa vontade, a determinação da vontade é pura ilusão. Pêcheux, assim como Althusser já o fizera, propõe-se a trabalhar com a análise do funcionamento discursivo dessas categorias que proporcionam nosso *assujeitamento*: a *ideologia* e o *inconsciente*.

É pertinente situar a noção de *sujeito* juntamente com a de *sentido*, pois ambos se produzem como *efeitos* na teoria do discurso e são produzidos como *efeitos ideológicos*. Vejamos como Althusser introduz esta questão:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos *sujeitos* – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1992, p. 94).

Como se vê, não temos aqui um *sujeito* intencional que decide sobre seus atos de forma livre e individual, mas um *sujeito* constituído no corpo social, que age de acordo com a

¹³ Estamos usando a datação dos textos originais para manter a ordem cronológica em que foram escritos, mas após as citações estamos indicando a data da edição utilizada para a consulta.

ideologia que o determina. Vale lembrar que, embora Pêcheux concorde com Althusser quanto à noção de *sujeito social*, o *sujeito* de Althusser é o da *produção* e da *reprodução* diferentemente do *sujeito* de Pêcheux que compreende a *produção*; a *reprodução*; e, ainda, a *transformação*, sendo este último o ponto que os diferencia. Assim, o *sujeito* pechêutiano, apesar de ser determinado, também pode transformar, ou seja, também pode construir sentidos a partir daqueles que lhe são dados *à priori*.

Segundo Orlandi (2002), o *sujeito* do discurso tem essa peculiaridade de, ao mesmo tempo, ser “sujeito de” e estar “sujeito à” (Ibid., p. 49). Ao dizer que o sujeito é *sujeito de* a autora está se referindo ao desejo inconsciente que o constitui, e estar *sujeito à* representa a submissão desse *sujeito* à ideologia através de sua relação constitutiva com a *língua* e com a *história*, pois ele “é afetado por elas” (Ibid.) ao produzir sentidos. Isso mostra que nesta teoria não temos nem a hipertrofia do *sujeito*, caracterizada por concepções que consideram o *sujeito* centrado, inteiro, pleno, fechado; nem sua completa submissão, pois ele não é apenas reproduzidor de sentidos na medida em que também é capaz de alterar sentidos e produzir o novo.

Tendo em vista que *sujeito* e *sentido* constituem-se mutuamente, como já fora apontado por Lacan “*o sujeito se constitui pelos efeitos do significante*” (LACAN, 1998, p. 122), percebemos que este processo se dá de acordo com a interpelação ideológica, pois o sujeito é constituído pela língua. Assim, se as escolhas do *sujeito* se fazem de acordo com sua inserção em determinada formação ideológica, via formação discursiva, conseqüentemente seu discurso estará partindo de um viés da ideologia que o interpela. Pêcheux diz que a ideologia fornece as evidências de sentido único que mascaram “*o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160) fazendo com que o sujeito não perceba esse processo.

Pêcheux também se interessa pelo *primado da metáfora sobre o sentido*, isto equivale a dizer que certos sentidos que são constituídos de acordo com determinada interpelação/identificação, a partir de certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se outro e isso mostra que, de fato, “*não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas*” (PÊCHEUX, 1988, p. 301), pensamento ao qual Pêcheux acrescenta “*‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso*” (Ibid.). Esse estilhaço representa a fragmentação, a dispersão do sentido, que ocasiona uma ruptura com o sentido literal, fechado, cristalizado, e tem como conseqüência o lapso, ou seja, a deriva do sentido, que impede sua estabilização. Portanto, é possível pensar o *sentido* a partir dos processos que o constituem e o deslocam.

Outro teórico que também reflete sobre a relação entre *sujeito* e *sentido* é Henry quando diz que:

Enunciar que a apropriação do conceito (...) implica uma noção de forma-sujeito equivale a fazer do sentido um efeito ao mesmo tempo ideológico e subjetivo. Considerar assim o sentido indica que ele não pode estar relacionado com a forma-sujeito "indivíduo-sujeito", ser procurado nas palavras, no texto ou no discurso de um indivíduo, mas na relação desse texto (...) com outros textos, outras palavras, outros discursos, relação na qual esse sentido se constitui enquanto efeito ideológico. Ao mesmo tempo, essas relações com outros textos (...) não se dão com quaisquer textos... (HENRY, 1997, p. 139/140)

Relacionando a referência do *sentido* não ao indivíduo, ao texto ou às palavras, este autor nos direciona a um pensamento que considera a produção do sentido na relação entre textos, palavras e discursos mantida com outros textos, palavras ou discursos inseridos na mesma formação discursiva regulada pela Forma-sujeito. A partir disso, depreende-se a importância da formação ideológica e discursiva (FD) na produção e manutenção de determinados efeitos de sentido, assim como o motivo pelo qual o conceito de *sujeito* deve ser remetido ao exterior que o constitui e não a um indivíduo plenamente consciente do que diz.

Nesta perspectiva, apoiando-se em uma interpretação da primeira tópica freudiana, Pêcheux diz que o *sujeito* é afetado por dois tipos de esquecimento. O *esquecimento nº 1* "que dá conta do fato de que o *sujeito-falante* não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina" (PÊCHEUX, 1988, p. 173), este esquecimento se dá ao nível inconsciente e, a partir dele, o *sujeito* aceita determinada seqüência lingüística e recusa outra a fim de produzir determinados sentidos aceitáveis pela forma-sujeito que regula os dizeres possíveis no interior da FD. No entanto, ele acredita que seu enunciado é a única forma clara e evidente de dizer o que deseja. Também podemos acrescentar que o funcionamento deste esquecimento no discurso ocorre ao nível da constituição, ou seja, do interdiscurso.

Já o *esquecimento nº 2* é aquele "pelo qual todo *sujeito-falante* 'seleciona' no interior da formação discursiva que o domina (...) um enunciado, forma ou seqüência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada". (Ibid.), este se caracteriza pelo que o *sujeito* "quer dizer" e pelo que "não quer dizer", e opera em nível pré-consciente oferecendo ao *sujeito* a ilusão de que seu discurso reflete o conhecimento objetivo que ele tem da realidade, ou seja, de que é senhor de sua palavra, origem e fonte de sentido. Podemos dizer, ainda, que o funcionamento deste esquecimento se dá ao nível da formulação, ou seja, do intradiscurso, onde a sintaxe faz

sentido, pois ela é o dispositivo analítico que funciona como lugar de observação dos processos conscientes e inconscientes do *sujeito do discurso*. Logo, através do jogo sintático irrompe o equívoco, a falha, que apontam para o real da língua e para sua incompletude.

Lacan afirma que “o imaginário se baseia no reflexo do semelhante ao semelhante” (1985, p. 111). Pêcheux vai buscar na teoria do *imaginário* fundamento para descrever o funcionamento do discurso, e afirma que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Neste jogo dos imaginários, o sujeito é levado a acreditar que o que diz é seu, ou seja, que é senhor do seu próprio dizer, assim, ele é levado a ocupar o seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. A idéia de liberdade, portanto, trata-se de uma “ilusão” necessária para que o sujeito não perceba seu assujeitamento ideológico.

Não podemos esquecer que na AD, a superestrutura ideológica está ligada ao modo de produção dominante em uma formação social considerada, o que revela o caráter materialista desta teoria. Esta visão traz o deslocamento do *sujeito* para o processo de sua constituição no embate das práticas sociais reduzindo o protagonismo do agente da prática, pois, nesta teoria, segundo Althusser (1978), o *sujeito* não é o centro, nem a origem e nem o fim, três relações devem ser pensadas: as *relações de força*, que ocorrem na ordem social; as *relações de poder*, que ocorrem entre os agentes dessa mesma ordem; e as *relações de sentidos*, que se dão no discurso.

Claudine Haroche, em 1983, teoriza sobre o “*deslocamento que se produz entre a fase da ‘determinação do sujeito pela ordem religiosa’*” (HAROCHE, 1992, p. 158) e a determinação deste pelo Estado, que surge a partir da noção de *sujeito de direito*. A discussão sobre o *sujeito de direito* já havia sido iniciada por Pêcheux, em 1975, quando ele postula que:

... a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como “evidências naturais”. (PÊCHEUX, 1988, p. 148).

De onde se depreende que a noção de *sujeito de direito* se constitui em uma forma de produzir o apagamento da determinação à qual todo o indivíduo está submetido desde o seu nascimento. Assim, também se apagam as diferenças entre as classes sociais no que diz respeito aos direitos e deveres de todos os cidadãos, pois, segundo o Direito, todos são iguais perante a lei, ilusão esta que possibilita ao sujeito pensar que é livre para tomar as decisões

que lhe aprouver, desde que não cometa nenhum ato ilícito ou danoso à sociedade, ou seja, desde que não infrinja as leis existentes para proteger e assegurar a liberdade de todos os cidadãos.

Retomando a reflexão de Haroche temos que:

As modificações das estruturas econômicas do século X ao século XIII e as incidências ideológicas que elas puderam ter (...) sobre o Direito levam a pensar que a crise da Dupla Verdade está fundamentalmente ligada ao enfraquecimento da Igreja no sistema feudal e à escalada do jurídico-político, que se exprime em particular através das mudanças no processo jurídico. Estas vão se manifestar por um deslocamento das formas de assujeitamento do indivíduo ao poder e modificar sensivelmente o estatuto do sujeito e sua relação com o saber. (HAROCHE, 1992, p. 67).

Desta forma, a autora estabelece que as mudanças na estrutura econômica das sociedades ocasionadas por fatores tais como: o crescimento demográfico e a conseqüente migração de camponeses para a cidade, assim como o melhoramento das técnicas agrícolas e o desenvolvimento do comércio e, com ele, o aparecimento da moeda - que favorece o surgimento do trabalhador assalariado - acarretou num distanciamento do sujeito com relação aos dogmas religiosos e no assujeitamento deste ao aparelho jurídico.

Segundo a autora, este deslocamento é que vai produzir o *sujeito de direito* que tem “*direitos e deveres, um sujeito responsável por seus feitos e gestos*” (Ibid., p. 68), no entanto, no período feudal esta noção ainda não podia ser pensada, pois não era possível estabelecer uma relação de igualdade entre o vassalo e o senhor feudal. Logo, apenas com a concessão de um feudo, por parte do senhor, ao seu vassalo é que “*a sujeição pessoal vai dar lugar a uma sujeição econômica*” (Ibid., p. 69), pois, a partir disso, o camponês não é mais explorado apenas em seus serviços, mas através das dívidas que mantém para com o senhor feudal devido à compra de sua liberdade através de fundos emprestados pelo próprio senhor feudal. De acordo com Haroche, “*Compreende-se então todo o interesse que o senhor pode encontrar em conceder ao camponês sua ‘liberdade’, para conseguir, na verdade, ‘assujeitá-lo’ economicamente graças ao Direito, melhor do que poderia fazê-lo anteriormente só pelo viés da ordem religiosa.*” (HAROCHE, 1992, p. 69).

Percebemos, portanto, de que forma a dominação do sujeito pela religião dá lugar a “*uma concepção absolutamente nova de sujeito*” (Ibid.) que alia a “*obrigação econômica à liberdade jurídica*” (Ibid.), pois dá mais importância ao sujeito, suas intenções e suas motivações, ou seja, à sua vontade, entretanto, também cobra dele o cumprimento dos deveres impostos pela sociedade em que está inserido. Segundo Haroche, esta “*autonomização aparente*” (Ibid., p. 71) concedida ao sujeito pelo Direito está totalmente de acordo com as

novas necessidades sociais, pois a economia nascente na época prescinde da livre circulação de bens e de indivíduos para se desenvolver. Nesta perspectiva, é possível compreender o caráter ideológico desta concessão de “liberdade” aos sujeitos tidos como servos anteriormente.

A autora também realiza uma interessante retomada da palavra *sujeito* a partir do viés etimológico que nos leva a perceber que este termo surgiu para designar os servos:

... o sentido primeiro de “sujeito” (surgido no século XII) significa: “submetido à autoridade soberana”. “Sujeição” aparece igualmente na mesma época; no século XV, são derivadas as palavras “assujeitar” e depois “assujeitamento”. Bloch e Wartburg nos revelam também que o termo “sujeito”, significando no início “que é subordinado”, toma, a partir do século XVI, o sentido de “matéria, causa, motivo” e, enfim, de “pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões” (HAROCHE, 1992, p. 158).

Ou seja, desde o seu surgimento, o termo “sujeito” designa aquele que está submetido a uma autoridade que inicialmente era soberana, mas posteriormente se transferiu ao Direito, à palavra da lei. No século XVI o termo *sujeito* também é transformado comportando o sentido de “motivo de algo” (Ibid.), ou seja, o sujeito passa a valer pelo ofício que exerce, pela sua utilidade social. Foi com o fim do regime feudal que se deu a possibilidade (ou infelicidade?) dos sujeitos que não se inseriam na classe dominante (camponeses, artesãos, ex-escravos) vender sua força-de-trabalho, ou seja, serem valorizados pela atividade laboriosa que exerciam.

Vemos, portanto, que o termo “sujeito” conduz-nos à ambigüidade, pois recebe tanto o sentido de livre e responsável quanto passivo e submisso às determinações que ora são de ordem religiosa, ora de ordem jurídica. Isso nos leva a compreender “*esta ‘ficção’ de liberdade e de vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete.*” (HAROCHE, 1992, p. 178). Certamente, é sob esta mesma ilusão que todos nós nos consideramos sujeitos livres no interior da sociedade democrática.

Antes de concluir desejamos retomar aqui uma reflexão de Pêcheux, sobre “*esse ponto de realização impossível do assujeitamento ‘perfeito’, no interior do processo de trabalho imposto pelo modo de produção capitalista*” (1988, p. 306), através de uma passagem extraída “da narrativa autobiográfica de um militante intelectual empregado durante um ano em uma das indústrias Citröen; ele fala do trabalho em série” (Ibid):

E se a gente se dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação da morte. Mas a vida se

revolta e resiste. Algo no corpo, na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a “reconstrução”, o “escoamento”, a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. Tudo o que, em cada um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: “Eu não sou uma máquina!” (PÊCHEUX, 1988, p. 307)

Essa passagem, que se encontra na nota 22 do *Semântica e Discurso*, vem relacionada à discussão situada à página 301 sobre “o lapso, e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica)” (PÊCHEUX, 1988, p. 301) que se relacionam com “*essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que (...) colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio*” (Ibid.). Nesta perspectiva, há possibilidade de revolta do sujeito contra a determinação ideológica, no dizer do militante há uma contra-identificação com aquele lugar social, com o lugar de máquina, do qual o sujeito se diferencia por dar “um passo mais lento”, “um falso movimento”, pela possibilidade de falhar, por desejar não ser uma máquina.

Portanto, é o *desejo* de “uma outra ordem” que move o sujeito a questionar o lugar social que ocupa, a falta lhe constitui criando a possibilidade de fuga do assujeitamento para a produção de um efeito de sentido distinto daquele que está dado pela ideologia dominante, um efeito de sentido que causa desequilíbrio e que parte de um sujeito que vacila.

Vale agora percebermos como as noções de sentido e sujeito funcionam na observação da materialidade imagética.

3.3.1 Sujeito, sentido e imagem

Vimos que, em AD, o sujeito é *social*, dotado de inconsciente e *sujeito* à determinação ideológica. O conceito de sujeito não traz a autonomia, liberdade ou intencionalidade do sujeito falante, autor ou leitor. Como pudemos ver com Haroche, o próprio conceito de *sujeito de direito* refere-se ao indivíduo assujeitado ao Estado. A Teoria do Discurso, apesar de conceber a noção de assujeitamento ideológico, não trabalha apenas com um sujeito produtor

e reproduz de sentidos, pois também considera a existência de um sujeito *transformador* que rompe com a estabilidade do sentido dominante e faz emergir o novo.

De acordo com Henry, *sujeito* e *sentido* constituem-se mutuamente, mas isso não significa que o sentido está no sujeito, ele está na relação do discurso produzido pelo sujeito com outros discursos que vem da mesma FD com que o sujeito se identifica. Essa identificação do sujeito está presente no jogo dos imaginários, processo em que o sujeito atribui a si e ao seu interlocutor o lugar social que cada um ocupa em relação à sociedade em que estão inseridos. Considerando que há relações de força, poder e sentido implicadas no processo de produção dos discursos acreditamos que a representação dos *modos de produção*, contida no *recorte fílmico*, possa fazer emergir do sujeito um posicionamento com relação à formação ideológica dominante na atualidade, a capitalista.

Nesta pesquisa, a produção de sentidos se dá com base na *materialidade fílmica*, em lugar da *lingüística*, e, apesar da distinção de forma entre essas materialidades, a construção dos sentidos é, também, entrelaçada pelo desejo e pela ideologia, pois o sujeito interpretante é o mesmo. Assim, a interpretação da imagem é, também, atravessada por processos inconscientes de assujeitamento ideológico, e também pelo desejo do Outro, do impossível de ser alcançado. A imagem tem constituição heterogênea, relaciona formas, cores e sonoridade, elementos materiais que, unidos às condições de sua produção e leitura, podem suscitar ao sujeito a busca de elos com seu desejo, com sua identificação com determinada formação discursiva e, independentemente de sua verbalização, a produção de sentidos irá decorrer no intervalo constituído entre o sujeito autor do – *recorte fílmico* – e seu interlocutor – *sujeito do discurso interpretante*.

Passaremos, agora, à observação da noção de *interdiscurso* e suas modalidades particulares para perceber como se dá o retorno e a produção dos sentidos.

3.4 *Interdiscurso: pré-construído e discurso-transverso*

Segundo Pêcheux “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1988, p. 162). O autor chama *interdiscurso* a este ‘todo complexo com dominante’, considerado como lugar onde se alocam todas as possibilidades do dizer, nele os enunciados

não têm uma filiação ideológica, pois todas as formações discursivas coexistem no seu interior. A partir do interdiscurso, os enunciados são atualizados no *intradiscurso*, inscrevendo-se em determinada *rede de saberes* que se insere, por sua vez, em uma FD, ou seja, em uma matriz de sentido que determina a filiação ideológica do enunciado.

O *interdiscurso* é constituído por *pré-construídos* que podem emergir como *discursos-transversos*. Nas palavras de Pêcheux, o *pré-construído* corresponde ao lugar do já-dito; “*aquilo que todo mundo sabe*” (PÊCHEUX, 1988, p. 171), aos conteúdos de conhecimento universal; ao “*‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade*” (Ibid., p. 164).

Já o *discurso-transverso* se mostra como “exterior ao discurso considerado e o implícito que ele constitui é explícito alhures” (PÊCHEUX; FUCHS apud INDURSKY, 1997, p. 35), o *discurso transverso* está, portanto, implícito na formulação do sujeito, mas é afirmado em outro lugar, por isso, o funcionamento desta modalidade é a “internalização de enunciados oriundos de outros discursos” (INDURSKY, 1997, p. 213). Uma das formas mais simples de compreender o funcionamento do *discurso-transverso* é a negação, pois, ao negarmos um saber, estamos trazendo-o de forma transversa para a constituição do *intradiscurso*, logo, a refutação de um saber faz com que ele também constitua o sentido do que está sendo dito. De acordo com Courtine, o *discurso-transverso* é um “*modo de figuração do interdiscurso na formulação*” (1981, p. 36), pois os dizeres negados encontram-se no interdiscurso, visto que este é o lugar de constituição do dizer.

Em busca do funcionamento da noção de *interdiscurso* na interpretação da imagem, vamos estudar um pouco da relação entre esta noção e a materialidade imagética.

3.4.1 Interdiscurso e imagem

Considerando o *interdiscurso* como lugar de constituição dos enunciados, propomos, nesta pesquisa, um deslocamento relacionado às materialidades que o constituem. Assim, defendemos a hipótese de que o *interdiscurso* não é composto apenas por enunciados, pois, em seu interior, também estão as imagens, os sons, as cores, as formas, e outros materiais simbólicos que, tal como os enunciados, não apresentam nenhuma filiação ideológica enquanto são considerados ao nível de *interdiscurso*.

Sendo a FD um recorte de saberes do *interdiscurso*, a filiação ideológica dos materiais simbólicos se dá apenas no momento em que eles passam a constituir uma seqüência ou rede de saberes já estruturada, organizada, a partir de determinada FD. Nesta perspectiva, consideramos que a FD na qual nosso *recorte fílmico* se inscreve é constituída pelos saberes representantes da ideologia dominante relacionados com o *trabalho abstrato*, e também de formas variadas de relação do sujeito do discurso com o sentido dominante. Formas essas que estão todas virtualmente constituídas no interdiscurso.

Estendendo as modalidades do interdiscurso - o *pré-construído* e o *discurso-transverso* - ao nosso *recorte fílmico*, podemos dizer que elas estão presentes tanto em sua constituição quanto em sua interpretação. No que diz respeito à constituição do *recorte fílmico*, há cenas nele que representam discursos *já-ditos* que se inserem em uma rede de saberes pré-existente. Na interpretação da materialidade imagética os sujeitos do discurso podem retomar esses *pré-construídos* para produzirem seus discursos, de forma a manter o efeito de sentido dominante, alterá-lo, ou se opor a ele. Nessa construção de sentido também podem ser internalizados, no discurso do sujeito, *discursos outros* formulados em outras condições de produção. Essas tomadas de posição do sujeito quanto ao tema representado no *recorte fílmico* apresentarão as relações interdiscursivas mobilizadas na formulação das interpretações produzidas pelos espectadores.

Concebendo, portanto, uma noção de *interdiscurso* que abriga tanto a materialidade verbal quanto a não-verbal em seu interior, defendemos a hipótese de que todos os materiais simbólicos carregam marcas de uma constituição heterogênea. E é da constituição heterogênea do discurso que vamos tratar a seguir.

3.5 Heterogeneidade

Quanto à noção de *heterogeneidade*, podemos buscar as elaborações de Authier-Revuz que, em 1984, trabalha sobre as *heterogeneidades enunciativas*, quando a autora diz que a heterogeneidade pode ser encontrada de duas formas na teoria do discurso, sendo que uma forma não exclui a outra.

Há a *heterogeneidade constitutiva*, aquela que está presente em todos os discursos, visto que um discurso sempre retoma um *já-dito* do interdiscurso; no entanto ela é denegada, isto é, tem sua própria existência negada pelo sujeito do discurso. E a *heterogeneidade*

mostrada, a qual pode ainda dividir-se em *marcada* e *não marcada*. Ou seja, quando temos um termo, frase ou trecho aspadding, ou introduzido por palavras tais como: *segundo autor tal*, ou *de acordo com...*, estamos diante da *heterogeneidade mostrada marcada*, visto que é possível discernir o discurso do sujeito do discurso citado. Enquanto a *heterogeneidade mostrada e não marcada* permite-nos inferir a existência de um outro discurso, no entanto, não há delimitação formal entre o discurso do sujeito e o discurso outro. É o caso, por exemplo, dos ditos populares que se atravessam em nosso discurso, porém, é possível perceber que eles não têm sua origem no sujeito que profere o discurso - assim como nenhum discurso a tem.

Gallo (2001), por sua vez, propõe um nível discursivo de heterogeneidade, visto que na heterogeneidade constitutiva (proposta por Authier-Revuz) trabalha-se apenas com o nível inconsciente. Por isso, a autora inclui na reflexão sobre a heterogeneidade as noções de *formação discursiva* e de *pré-construído* e entende que a heterogeneidade no nível discursivo é permanente, sem ser denegada pelo sujeito, ao contrário, o sujeito conta com ela para fazer sentido, o sentido se faz nela. Gallo relaciona a heterogeneidade à noção de formação discursiva devido à concepção da AD de que as palavras, enunciados e discursos só recebem seu direcionamento de sentido no momento em que se inserem em determinada FD. Sendo assim, a *heterogeneidade discursiva* não é tão inacessível como a *heterogeneidade constitutiva*, nem mesmo proposital como seria a *heterogeneidade mostrada*, mas opera a partir da possibilidade de produção heterogênea do sentido.

Compreendidas as formas tomadas pela noção de *heterogeneidade*, vamos tentar estabelecer um elo entre a materialidade imagética e esta noção tão importante na consideração do objeto discursivo.

3.5.1 A heterogeneidade do discurso fílmico

No discurso cinematográfico, também podemos conceber essa noção de *heterogeneidade constitutiva*, devido ao caráter heterogêneo de todo o discurso, e se estamos tomando a imagem como discurso, pois tanto o texto verbal quanto o não-verbal significam na *ordem do discurso* (COURTINE, 1999), este caráter deve ser correlativo a ela. Souza reflete sobre esta questão da heterogeneidade da materialidade imagética ao dizer que o espectador, em seu processo de leitura da imagem, conta com elementos que não estão visíveis, mas

sugeridos, e é este espaço de interlocução do discurso imagético com outros discursos que: “*imprime também ao texto não-verbal o caráter de sua heterogeneidade*” (SOUZA, 2001, p. 75).

Quanto às noções de *heterogeneidade mostrada marcada e não marcada* podemos correlacioná-las a saberes que retornam através de imagens que compõem o *recorte fílmico* e que, por vezes, podem ser identificadas. Desta forma, podemos considerar como *heterogeneidade mostrada marcada*, por exemplo, o símbolo de uma marca famosa, tal como a da Coca-Cola, em uma seqüência na qual o tema principal não é esta imagem; enquanto a *heterogeneidade mostrada não marcada* daria conta de imagens não tão facilmente identificáveis com outros discursos, pois não são delimitadas formalmente, mas que, no entanto, apontam para determinada FD, seria o caso da conceituação do *trabalho abstrato* como trabalho escravo ou atividade mecânica.

Há um imenso número de saberes já construídos sobre o *trabalho*, por isso, além de ser heterogêneo enquanto objeto teórico, a formação discursiva que o delimita também abriga a diferença. A concepção de *heterogeneidade discursiva*, de Gallo, auxilia-nos a pensar nas interpretações do *recorte fílmico* que representam, exatamente, a possibilidade de produção de efeitos de sentido distintos daqueles pertencentes à ideologia dominante. Essa concepção de heterogeneidade dá conta dos deslizamentos de sentido que o processo de interpretação possibilita, já que neles o sujeito está contando com o caráter heterogêneo do material simbólico considerado para produzir sentido.

Desta forma, é possível conceber a *heterogeneidade da materialidade imagética* pensando no processo plural de sua constituição - imagem muda, em movimento, acelerada, acompanhada de melodia, em cores, elaborada em condições de produção determinadas - e no processo de interpretação realizado pelo seu observador que conta com outros discursos, outros materiais simbólicos, e condições de produção de leitura distintas para significá-la. E o que dizer da *memória*? Vamos descobrir a seguir.

3.6 Memória discursiva

A reflexão sobre a noção de *memória* inicia com Foucault, em 1986, momento em que este autor busca “*descrever a organização do campo de enunciados*” (FOUCAULT, 1986, p. 63) em que os discursos “*aparecem e circulam*” (Ibid.), pois ao analisar as *formações discursivas* este autor diz que todas as formulações vêm de “*domínios associados*” (Ibid., p. 134) de outras formulações que se repelem, refutam, transformam, negam, é o *já-dito* sobre o qual se produzem os *efeitos de memória* específicos. Nesse trabalho de “*configuração do campo enunciativo*” (Ibid., p. 64) Foucault estabelece que este campo compreende: “*formas de coexistência*” (Ibid.) que delimitam um “*campo de presença*” (Ibid.); um “*campo de concomitância*” (Ibid.); e um “*domínio de memória*” (Ibid.).

Apenas o *domínio de memória* interessa para nossa discussão. Segundo Foucault este domínio:

... trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica. (FOUCAULT, 1986, p. 65)

Assim, os enunciados contidos no *domínio de memória* preexistem àqueles que são formulados e através de novas formulações são transformados, ratificados ou rompidos a partir da instauração de novos dizeres. Courtine (1981) relacionou a noção de *domínio de memória* às questões de *materialidade social e ideológica* trabalhadas por Pêcheux na Teoria do Discurso, relacionando-as ao conceito de *campo enunciativo* postulado por Foucault. A partir disso, Courtine diz que a *memória discursiva* corresponde à existência histórica do enunciado que se insere em práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Logo, a *memória discursiva* não é a memória individual, psicológica, mas uma memória histórico-social.

Refletindo sobre a existência de uma FD como “*memória discursiva*” (COURTINE, 1981, p. 53) o autor diz que a caracterização dos “*efeitos de memória*” (Ibid.) dos discursos produzidos em uma conjuntura histórica são articulados em dois níveis de descrição que correspondem à pluralidade dos tempos históricos, assim:

les objets que nous avons appelés ‘énoncés’, dans la formation desquels se constitue le savoir propre à une FD existent dans le *temps long d’une mémoire*, alors que les ‘formulations’ sont prises dans le

temps court de l'actualité d'une énonciation. (COURTINE, 1981, p. 53).

Nessa perspectiva, os enunciados que constituem o domínio de saber de uma FD têm sua existência em relação aos “*temps long*” (Ibid.) de uma memória, enquanto aqueles enunciados atualizados no momento da formulação têm sua existência em relação aos “*temps court*” (Ibid.), pois seu local de atuação é a formulação do discurso. Assim, um enunciado não pode ser analisado apenas de acordo com a situação enunciativa em que aparece, mas também com relação à memória que pré-existe a ele, já que na memória se inserem todos os discursos já formulados e que podem ser atualizados a partir da construção de novos dizeres.

Aqui são compreendidas, também, as noções de *intradiscurso* e *interdiscurso*, pois a primeira relaciona-se ao eixo da *formulação*, ou seja, da atualidade; já a segunda corresponde ao eixo da *constituição* dos saberes, ou seja, da memória. Assim, é o retorno de uma “*formulação origem*” (Ibid.) na atualidade de uma “*conjuntura discursiva*” (Ibid.) que Courtine designa como “*efeito de memória*” (Ibid.). Podemos concluir, então, que esse efeito de memória ocorre em todas as formulações que retomam formulações anteriores, acrescentando que as últimas se encontram na memória discursiva, a memória de um dizer que, mesmo após ter sido discursivizado, ainda continua produzindo efeitos em formulações novas através de seu retorno enquanto *efeito de memória*.

Courtine e Haroche (1988) afirmam que a linguagem é o tecido da memória. Há uma memória inerente à linguagem e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico. Courtine diz, seguindo Foucault, que é o *domínio de memória* “*que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciator na formação dos enunciados ‘preconstruídos’, de que sua enunciação apropria-se*” (COURTINE, 1999, p. 18), ou seja, o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima (a memória) que se produz no *interdiscurso*, apropriando-se dessas palavras e mobilizando-as de diferentes maneiras na formulação de seus dizeres.

De acordo com Mariani (1998) a memória social é:

... um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. (MARIANI, 1998, p. 34)

Assim, se partirmos da definição de *memória discursiva* como as possibilidades do dizer que se atualizam no momento da enunciação, perceberemos que a “*escolha*” desses dizeres formulados depende do *processo histórico resultante de uma disputa de*

interpretações, como propõe Mariani. Essa “escolha” de discursos que serão ou não atualizados, portanto, é determinada exatamente pelo eco dessas disputas, por isso, teremos sempre aquelas possibilidades de dizer que retornam; e outras que não voltam a ser formuladas, pois foram silenciadas através de um efeito de esquecimento proporcionado pela derrota na *disputa de interpretações*. No entanto, os dizeres esquecidos, derrotados, podem retornar no interior daqueles saberes hegemônicos, ou até mesmo de forma isolada, instaurando novas formulações a partir das quais sentidos esquecidos voltam a se fazer presentes.

Para tentar compreender como se dá o funcionamento da memória com relação à imagem, vamos passar agora a esta aproximação.

3.6.1 Memória discursiva e discurso imagético

Concebendo a *memória discursiva* como o lugar em que os dizeres já formulados se inserem e de onde eles retornam na formulação do discurso, acreditamos ser possível pensar que a *memória discursiva* (assim como o interdiscurso) não é composta apenas de dizeres, mas também de imagens. Isso porque a imagem permeia nossas vidas desde a infância, sendo que algumas são divididas por todos os membros de uma nação, como as letras que compõem o alfabeto, por exemplo; enquanto outras são de ocorrência regional, como a bandeira do Estado; e outras, ainda, são conhecidas por uma pequena parcela de pessoas.

Assim, podemos pensar na concepção de uma *memória discursiva* constituída de saberes lingüísticos, imagéticos, sonoros, e etc, pois todas essas materialidades são formas discursivas que não se separam rigidamente umas das outras, de modo que muitos dizeres correlacionam-se a imagens, cores, formas. Seja na mídia impressa, cinematográfica ou audiovisual, sempre teremos a formulação de discursos a partir do processo de interpretação dessas materialidades, processo este que pode acionar a *memória discursiva*. O fato de que as materialidades discursivas são variadas e servem como base para a interpretação, justifica nossa tendência a abrigar tanto as materialidades lingüísticas quanto as imagéticas e sonoras na mesma concepção de *memória discursiva*. Até mesmo porque, de acordo com Orlandi, “os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc.” (1996, p. 12); estas materialidades não têm uma ocorrência

estaque no processo de interpretação, ao contrário, elas trabalham juntas na construção dos efeitos de sentidos.

Sendo compreendida como *o processo histórico resultante de uma disputa de interpretações* (MARIANI, 1998, p. 34), há mais um motivo para conceber de forma conjunta a memória do dizer e a memória da imagem, visto que ambas carregam memórias. Assim, a memória da imagem só pode ser concebida como o resultado deste processo histórico de disputa, pois tanto as imagens que são trazidas pelas mídias quanto aquelas que nelas não se inserem estão compreendidas nessa disputa pelos lugares que possam torná-las visíveis, ou seja, passíveis de serem interpretadas. Neste momento, cabe salientar que as imagens que constituem nosso *recorte fílmico* representam, de acordo com sua temática, formas distintas de *trabalho* e, através de sua linearização (em termos de apresentação cronológica) conduzem o olhar do espectador de uma perspectiva de trabalho arraigado à terra e aos recursos naturais até uma perspectiva de trabalho industrial; perspectivas essas que correspondem a interpretações distintas, a diferentes lugares na estrutura social, ou seja, na disputa pela produção e manutenção de sentidos.

Davallon, em 1983, nos seus estudos sobre os *objetos culturais*, postulou que eles abrem a possibilidade de um controle da *memória social*, privilegiando a imagem contemporânea como “operadora de memória” (DAVALLON, 1999, p. 24) o autor diz que há toda uma distância que separa a “realidade” (Ibid.) do “fato de significação” (Ibid.), ou seja, entre o acontecimento representado e o “real” (Ibid.). Isso significa que, quando passa a ser representado, um fato já não é mais exatamente como ocorreu, pois, mesmo estando apagados, os processos de edição, filmagem, sonorização, entre outros aos quais o fato representado é submetido, passam a fazer parte de sua constituição enquanto objeto simbólico.

O mesmo autor diz, também, que os *objetos culturais* (destinados a produzir um efeito simbólico: livros, filmes, arquitetura...) funcionam na produção da *memória social*, pois “para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão” (DAVALLON, 1999, p. 25). Desta forma, é a partir da consideração das interpretações produzidas com base no *recorte fílmico* que pretendemos descobrir como a imagem faz com que determinado fato saia do “domínio da insignificância” (Ibid.), evocando a *memória social*, para passar a constituir o discurso de um sujeito acerca de uma temática tal como o *trabalho*, no caso de nossa pesquisa.

Citando Halbwachs, Davallon caracteriza a memória como “*o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade*” (DAVALLON, 1999, p. 25), ou seja, a memória seria compartilhada entre os grupos sociais, não ultrapassando o limite dos mesmos; e é “*esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e, sobretudo, grupal*” (Ibid.) que especifica a memória coletiva. Halbwachs também opõe “*a memória coletiva à história, o ‘foco da tradição’ ao ‘quadro dos acontecimentos’, a ‘lembrança’ (corrente de pensamento contínua no seio do grupo social) ao ‘conhecimento’ (descontínuo e exterior ao próprio grupo)*”. Em compensação, a história resiste ao tempo; o que não pode a memória.” (Ibid., p. 26). Nesta perspectiva, a memória não é aquilo que, historicamente, se compôs a partir de arquivos institucionais como os dos acontecimentos mais importantes da humanidade, e nem mesmo aquilo que as pessoas lembram ou não, assim como esta acepção de memória não pode corresponder ao conhecimento construído pelas sociedades, pois a memória, diferentemente da história e do conhecimento humano, tanto pode retornar quanto ser esquecida. A memória trabalhada pela AD compreende muito mais do que aquilo que a história elege como fatos relevantes para determinada sociedade, mais do que o conhecimento humano pôde comprovar, ela integra os dizeres silenciados, as vozes esquecidas das minorias, e, por isso, ela tem a característica de ser lacunar.

Desta distinção entre memória coletiva e história se dá a compreensão de “*por que registrar ou ainda lembrar um acontecimento não é obrigatoriamente ipso facto um fato de memória social, ela nos introduz em uma problemática dos objetos culturais considerados como operadores de memória social.*” (DAVALLON, 1999, p. 26). Este é um ponto muito importante para o nosso trabalho, pois também acreditamos que os diferentes materiais simbólicos funcionam como “*operadores de memória social*” (Ibid.). Sendo assim, ao interpretar uma imagem, um quadro ou um texto verbal, o sujeito estará sempre mobilizando a *memória discursiva*, pois seu dizer sempre aponta para um *já-dito* que aguarda uma oportunidade de retornar, seja para ser ratificado ou refutado.

Exemplificando o funcionamento dos *objetos culturais* como *operadores de memória social*, Davallon diz que numa emissão televisionada que representa a posse de um Presidente da República temos um entrecruzamento da *história* e da *memória coletiva*, pois uma assegura a resistência ao tempo enquanto outra traz em si o poder de impressão, de vivacidade:

Assim, o acontecimento, como acontecimento “memorizado” poderá entrar na história (a memória do grupo poderá perdurar e se estender além dos limites físicos do grupo social que viveu o acontecimento); mas enquanto “histórico”, ele poderá se tornar, em compensação, elemento vivo de uma

memória coletiva. Esta última adquirirá então uma outra dimensão: aquela que, se podemos dizer, de uma memória societal. (DAVALLON, 1999, p. 26)

Logo, não é o fato histórico que fica na *memória coletiva*, mas o fato representado, registrado pela televisão, por exemplo. No entanto, pensando-se discursivamente a memória veremos que ela resiste ao tempo não só através da história, mas também através das reformulações, dos deslocamentos de sentidos proporcionados pelos objetos simbólicos a partir do trabalho de releitura e interpretação.

No caso de nosso *recorte fílmico*, elaborado através do discurso cinematográfico, a *memória* funciona no processo de atribuição de sentidos ao mesmo, o que poderá mobilizar *efeitos de memória* materialmente distintos, pois ao significar o sujeito espectador conta com saberes constituídos por materialidades verbais e não-verbais. Considerando a temática *trabalho*, será de acordo com a tomada de posição do sujeito do discurso, identificando-se ou não com a FD capitalista, que poderemos ter acesso aos saberes pré-construídos que estão na base de seu dizer. Neste jogo de memória poderemos ter a presença do discurso do trabalhador, do patrão, da história, do marxismo, da tecnologia, da ciência, entre outros relacionados à noção de *trabalho*, sendo mobilizados para a interpretação do material simbólico que elaboramos.

Pêcheux contribui ao debate sobre a *memória discursiva* dizendo que:

... uma memória não pode ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

De acordo com o exposto por Pêcheux, nada indica que a *memória*, pensada a partir da perspectiva discursiva, seja apenas relacionada ao dizer. A preocupação do teórico está mais próxima da questão da constituição da *memória* pelo exterior, ou seja, pela sua relação com o processo histórico social da luta de classes na qual a interpelação do sujeito pela ideologia produz seus efeitos.

Sobre a afirmação: "... *nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior*" (Ibid.), permitimo-nos um deslocamento para pensar, também, que toda a *memória* tem um *invólucro*, quer seja a *língua*, a *imagem* ou qualquer outra materialidade simbólica. Idéia que se aproxima da concepção de Davallon de que os *objetos culturais* têm a função de serem *operadores de memória*, e vale salientar que aqui estamos entendendo a denominação "objetos culturais" como diferentes materiais simbólicos.

Importante, também, ressaltar que a ideologia tem “*uma existência material*” (COURTINE, 1981, p. 34) e “*o discursivo é considerado como um desses aspectos materiais*” (Ibid.), ou seja, é o discursivo que garante a existência material da ideologia, pois é na *ordem do discurso* que a ideologia irá deixar suas marcas e, a partir disso, poder ser observada em seu funcionamento. Assim, já em Courtine (1981) estava dada a possibilidade de diversos tipos de materialidades serem concebidas como discurso e, com isso, nossa idéia de tratar a imagem enquanto discurso já está bastante sólida no que diz respeito às suas bases teóricas.

Tomamos como base, portanto, as concepções de *memória* de Davallon, Pêcheux, Courtine e Mariani para considerar a materialidade imagética como um elemento constitutivo da *memória discursiva* - assim como a materialidade verbal, a sonora, entre outras - pois aqui estamos tomando a imagem enquanto discurso devido à sua inserção no processo histórico social. A partir dessa posição, o exterior da *memória* deverá ser considerado com relação às determinações históricas, sociais e ideológicas que conduziram os escritos dos sujeitos-espectadores.

3.7 Discurso: o objeto

A noção de *discurso* é o que define o objeto da teoria da Análise de Discurso e dá lugar a uma nova disciplina. Pêcheux, na obra *Analyse Authomatique du Discours* que data de 1969, afirma que falar em discurso é falar em condições de produção, pois: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). De forma que “o objeto de uma sociologia do discurso seria, pois, o de verificar a ligação entre as relações de força (exteriores à situação do discurso) e as relações de sentido que se manifestam nessa situação” (Ibid., p. 87). Assim, segundo Pêcheux, o discurso é “*efeito de sentidos entre os pontos A e B*” (Ibid., p. 82), pois o sentido não está no locutor ou no interlocutor, mas no intervalo constituído entre eles na situação do discurso que compreende todo o jogo dos imaginários e da filiação ideológica dos sujeitos de discurso.

Ao diferenciar *texto* e *discurso*, Orlandi (1987) entende que o texto é a unidade de análise, enquanto o discurso é o conceito teórico e metodológico de explicitação desta análise,

o que significa que é através do texto que se chega ao discurso, visto que este é a conjugação da língua e da história por intermédio do efeito ideológico – que produz um efeito de realidade; e o texto é a materialidade que retém as marcas lingüístico-discursivas através das quais este processo pode ser observado. No entanto, se o *sentido* é constituído no espaço entre os interlocutores junto com as condições de produção, entendemos que ele extrapola a materialidade lingüística, já que não poder ser dado *a priori* por ela, ou melhor, não se constrói exclusivamente sobre ela. De acordo com Orlandi:

...o sentido tem uma materialidade própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria materialidade simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e a sua consistência significativa. (ORLANDI, 1995, p. 39)

Essa reflexão indica que há outras materialidades discursivas sobre as quais a produção de sentidos também pode se dar: a imagem, o som, o ritmo, a oralidade, os gestos, e etc. Vamos tentar estabelecer agora, e cada vez mais até o final desta escrita, uma relação entre discurso e imagem a partir do processo de significação.

3.7.1 A aproximação: discurso e imagem

Considerando que o *sentido* necessita de uma materialidade determinada para significar, propomos que o texto verbal não seja “a” unidade de análise do discurso, mas sim que ele seja *uma* das materialidades a partir das quais se tem acesso ao discurso, visto que a imagem também deve ser relacionada à história, a outros discursos, à memória coletiva, para que sobre ela se produzam sentidos. A imagem e o som também produzem uma impressão de realidade causada pelo efeito ideológico, pelo jogo dos imaginários, ilusão que se relaciona com a materialidade simbólica do discurso, e que irá influenciar no funcionamento do mesmo.

Courtine já em 1982, no texto *La Toque de Clementis*, trabalhava sobre a imagem considerando-a uma materialidade que aciona a *memória discursiva*, ao empreender uma análise sobre o desaparecimento de um personagem histórico de uma fotografia oficial que figurava “em cartazes, nos manuais e nos museus” (COURTINE, 1999, p. 15). Este ponto inicial nos dá a possibilidade de refletir sobre o funcionamento discursivo de outro tipo de

materialidade simbólica, o não-verbal, porque as diferentes materialidades simbólicas se produzem todas “na *ordem do discurso*” (COURTINE, 1999, p. 16).

Davallon também trabalha com a *imagem* enquanto “operador de memória” (1999, p. 27) e diz que esta “representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador)” (Ibid.). Assim, temos uma concepção de imagem que nos permite considerá-la como uma das materialidades que dá acesso ao plano discursivo, visto que se relaciona com o âmbito social.

Quanto ao espectador, o mesmo autor afirma: “*aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue toda pronta*” (DAVALLON, 1999, p. 28). Com base no que precede, podemos dizer que a partir da imagem o sujeito constrói sentidos, pois, tal como ocorre com o texto, uma *imagem* não carrega em si o sentido, este lhe será dado a partir do olhar do espectador que irá interpretar esta materialidade simbólica com base nos *já-ditos* que reconhece nela. Assim, a *imagem*, além de ser uma representação, conserva uma “eficácia simbólica” (Ibid.), pois:

... a imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação: dispositivo que tem a capacidade, por exemplo, de regular o tempo e as modalidades de recepção da imagem em seu conjunto ou a emergência da significação. E é um dispositivo, lembremos-nos, que por natureza é durável no tempo. (DAVALLON, 1999, p. 30)

Conseqüentemente, a *imagem* não pode ser tomada como mera ilustração de um fato histórico, pois ela também tem a função de significar e por ter uma forma particular de funcionamento pode, como o autor acima exemplificou, regular as modalidades de sua recepção, assim como o seu tempo de duração. Para darmos um exemplo de nosso *corpus* empírico podemos tomar a aceleração e/ou desaceleração das cenas que o compõem, visto que este recurso técnico visa ocasionar efeitos na recepção daquele material. Quanto à característica de ser durável no tempo, podemos dizer que esta é uma das peculiaridades da imagem, pois ela pode eternizar um fato a partir de sua representação, o que não significa que as interpretações produzidas a partir dela não se modifiquem ocasionando deslocamentos de sentidos referentes às distintas condições de produção em que estas leituras são realizadas.

Outro ponto importante trazido por Davallon é o de que quando observamos uma *imagem* não percebemos o processo de sua gênese, segundo o autor:

... a imagem teria assim capacidade para integrar os elementos que a compõem em uma totalidade. É porque compreenderíamos o sentido global antes de reconhecer a significação dos elementos; e atingiríamos primeiro o efeito dessa integração; estaríamos sob o charme desse efeito formal, estético; toda a imagem pareceria assim se apresentar como única origem dela mesma assim como de sua significação (...). Esse apagamento da

passagem dos componentes à totalidade tem por consequência essencial interditar que se reencontre a maneira como o efeito estético e significante é produzido. (DAVALLON, 1999, p. 30/31).

Seguindo o pensamento do autor, podemos pensar que a *imagem* é constituída por uma série de elementos, ela também carrega em si um *efeito de completude* que, entretanto, não pode ser considerado real, pois sua unidade é construída a partir do apagamento de uma série de componentes que também trabalham na sua constituição material e significativa. Podemos pensar que, se a constituição da imagem é heterogênea, ela não é a “única origem dela mesma” (Ibid.) e, nem mesmo, é dotada de um sentido determinado, pois se a tomamos como uma materialidade produzida na *ordem do discurso* - como diz Courtine -, efeitos de sentido diversos podem ser formulados de acordo com as condições de produção nas quais se dá sua interpretação. A imagem é um efeito estético de transparência enquanto o seu funcionamento é opaco, pois o espectador só tem acesso a sua totalidade - e os elementos que compõem essa totalidade não podem ser por ele acessados - logo, o sujeito espectador está sempre construindo sentidos com base no efeito estético da imagem e não na imagem em si.

No Brasil, Orlandi, em 1987, já ressaltava a constituição heterogênea da instância discursiva, pois:

A convivência com a música, a pintura, a fotografia, o cinema, com outras formas de utilização do som e da imagem (...) poderiam nos apontar para uma inserção no universo simbólico (...). Essas linguagens todas não são alternativas. Elas se articulam. (ORLANDI, 1987, p. 38).

Ou seja, a produção de sentido é um processo plural, constituído pela articulação das diferentes materialidades simbólicas, e não, exclusivamente, de uma ou outra delas, a materialidade não-verbal, além de significar na *ordem do discurso*, não significa de forma isolada, mas em relação com todas as outras materialidades simbólicas. Assim, o sentido de uma imagem não se constrói apenas a partir dos elementos que a compõem, mas também, de outras formas de discurso que com ela dialogam.

Segundo Tânia Clemente de Souza,

É a visibilidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal. A não co-relação com o verbal, porém, não descarta o fato de que a imagem pode ser lida. Propriedades como a representatividade, garantida pela referencialidade, sustentam, por um lado, a possibilidade de leitura da imagem e, por outro, reafirmam o seu *status* de linguagem. (SOUZA, 2001, p. 70)

Aqui Souza nos dá sustentação para pensar sobre as interpretações produzidas com base em nosso *recorte fílmico*, constituído por imagem e som, pois, devido a sua característica

de representatividade, de relação entre o objeto representado - no caso o *trabalho* - e sua existência real, a materialidade imagética também provoca produção de sentidos no interior de determinadas condições de produção. A autora explica ainda que:

Não porque, dadas essas propriedades, se diga que a imagem também informa, comunica, e sim porque - em sua especificidade - ela se constitui em texto, em discurso. E nesse ponto, sublinhamos que falar dos modos de significação implica falar também do trabalho de interpretação da imagem, procurando entender tanto como ela se constitui em discurso, quanto como ela vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos com textos verbais. (SOUZA, 2001, p. 70)

Essa constituição da imagem *em discurso* demonstra que as condições de produção de um discurso – verbal ou não-verbal – incluem a especificidade da materialidade observada, pois a distinção entre elas também é um elemento constitutivo do *trabalho de interpretação*, logo, ao observar os efeitos de sentido produzidos a partir da imagem podemos compreender seu funcionamento enquanto materialidade discursiva.

Considerando que a imagem não é completa, fechada, percebemos que sua natureza lacunar possibilita o estudo do equívoco, da falha, do impossível de ser expresso ou analisado; pois no processo de interpretação de uma imagem nos baseamos naquilo que vemos, mas também, inconscientemente, no que não está ali e significa por fazer parte de nossa “história de espectadores”, ou seja, por pertencer ao conjunto de discursos já-ditos (verbais ou não-verbais) que podem ser atualizados, através da *memória discursiva*, na formulação do dizer.

Cabe ressaltar a importância dos sujeitos envolvidos no processo de produção e interpretação dos discursos, visto que, por serem interpelados pela ideologia e pelo inconsciente, estes sujeitos fragmentados, assujeitados, inseridos em determinado lugar social, também colaboram para a análise do processo discursivo construído pela/na imagem. Isto por que, para se pensar o discurso, é necessário remeter a imagem à história e à ideologia, que deve ser entendida como o *processo de produzir* sentidos “A” ou “B”, e não os sentidos em si, haja vista que os sentidos não existem antes do atravessamento ideológico.

Os trabalhos de Courtine (1982), Davallon (1983), Orlandi (1988) e Souza (2001) demonstram-nos que a discussão sobre as diversas materialidades simbólicas que se produzem na *ordem do discurso* é frutífera. Com base nas reflexões desses autores, é válido dizer que, em AD, o *sentido*, tal como a memória, não é um “frasco sem invólucro” (PÊCHEUX, 1983, p. 56), mas sim, o resultado de uma prática social que pode ser representada através de distintas materialidades simbólicas. E, para trabalhar com qualquer materialidade enquanto *invólucro* do discurso é necessário ter em mente que esse objeto é constitutivamente

heterogêneo, pois é produto da união entre uma materialidade qualquer (desde que possa ser interpretada), o histórico, o ideológico e o desejo inconsciente.

3.8 O texto verbal e o não-verbal na Semiótica e na AD

Nesta seção, vamos estudar a concepção de *texto* vigente na Análise de Discurso, e, também, o *texto* concebido pela Semiótica. Já que esta área do conhecimento tem tratado, há bastante tempo, da problemática das distintas materialidades que podem constituir um texto, e por sua reflexão sobre o não-verbal ser anterior à da AD, acreditamos ser importante trazer para essa discussão seu conceito de *texto*. Interessa-nos, particularmente, o momento em que esta teoria postula que um texto pode ser manifestado tanto por materialidades lingüísticas quanto não-lingüísticas; e ainda seu modo de estudo que se baseia no *processo* de produção do sentido, e não apenas o seu *produto*. Assim, essa teoria ocupa-se antes da significação do que do significante em si, e este é um ponto essencial para o nosso trabalho.

3.8.1 O texto na Semiótica

Buscamos, no *Dicionário de Semiótica* de Greimas e Courtés, o termo *texto* e descobrimos que: “*uma forma semiótica pode ser manifestada por diferentes substâncias*” (1979, p. 460). E também que tanto o termo *texto* quanto o termo *discurso* “*podem ser empregados indiferentemente para designar o eixo sintagmático das semióticas não-lingüísticas: um ritual, um balé, podem ser considerados como textos ou discursos*” (Ibid.). A partir disso, podemos dizer que a imagem é uma substância não-lingüística que pode ser considerada como texto, fato que nos interessa devido à natureza de nosso *recorte fílmico* constituído de imagens e sons acerca do tema *trabalho*.

Umberto Eco (1984) afirma, quanto à noção de *texto*, que:

...Se podia ser obscura a noção de signo, também pode ser obscura a noção de texto. Creio que a noção de texto, do modo como foi elaborada nos últimos anos, seja notavelmente importante e nos permita entender alguns mecanismos da significação da comunicação de maneira muito mais ampla. (ECO, 1984, p. 4)

Importante salientar que ao se referir aos *últimos anos* o autor está indicando estar a par “das pesquisas sobre a filosofia da linguagem” (Ibid.), em um momento em que algumas teorias lingüísticas, como a enunciação, por exemplo, passam a considerar fatores antes tidos como externos à estrutura da língua incluídos no processo de produção do sentido. Eco considera que estes fatores tornam mais amplo o entendimento dos *mecanismos da significação*, ou seja, na Semiótica, a constituição heterogênea do material simbólico é um dos pontos fundamentais a serem considerados no trato com o sentido. O autor também fala sobre a impossibilidade de “*construir uma semiótica do texto sem relacioná-la a uma semiótica do signo*” (Ibid.), isto é, para pensar o *texto* deve-se lidar com níveis de significante e significado, forma e substância. Na verdade, pensando dessa forma, parece cada vez mais claro que a dupla face do signo pode ser considerada a partir de toda e qualquer materialidade simbólica, já que sua constituição se dá com base nesta mesma duplicidade.

Eco define o *texto* da seguinte forma:

Um texto nada mais é que aquele mecanismo que prescreve quais propriedades (...) devem ser narcotizadas e quais devem ser enfatizadas, de modo a se poderem dar amálgamas e, assim, estabelecer níveis de sentido ou isotopias no interior do texto. (ECO, 1984, p. 96).

Podemos, então, inferir que aqui está sendo defendida a idéia de que o texto dá ao leitor as coordenadas de sua significação. Importante salientar que com o uso do termo “amálgamas” Eco está se referindo ao *todo-texto*¹⁴, ou seja, para a sua constituição, ao mesmo tempo, verbal e não-verbal, ou seja, o autor nos apresenta as isotopias, unidades de forma e significação com as quais a Semiótica trabalha. Sendo assim, a forma do texto influencia o seu sentido, visto que:

A maneira pela qual o texto estabelece quais as propriedades que devem ser abandonadas e quais as propriedades que, ao contrário, devem ser consideradas, não faz parte da representação semântica dos termos, mas de algumas estratégias pelas quais o texto prescreve o tema do próprio texto, ou *topic*, e o conjunto de pressuposições pré-textuais e intertextuais que vão entrar em jogo e postas em função, a fim de que esta operação de narcotização e de ênfase seja possível e a coerência textual seja estabelecida... (ECO, 1984, p. 96).

Neste enunciado temos alguns elementos que permitem perceber o texto como o ponto de partida para diversos processos de significação, os quais irão se basear não apenas nos mecanismos internos do texto, pois as estratégias e o *conjunto de pressuposições pré-textuais e intertextuais*, aos quais Eco alude, fazem parte de um universo que extrapola os limites do

¹⁴ Esta é uma denominação utilizada na Semiótica para referir-se ao texto de forma a não apagar os elementos heterogêneos que o constituem.

texto para considerar as relações que este estabelece com outros textos e com outros saberes que o antecedem.

De acordo, ainda, com Eco “é no texto que se verifica a atribuição de sentido, e antes do texto os termos não têm sentido. Antes do texto, os termos já possuem todos os seus sentidos virtuais possíveis” (ECO, 1984, p. 96). Aqui podemos perceber a importância que o texto, nesta perspectiva teórica, em si carrega, ou seja, a possibilidade de direcionar o sentido, de dar uma configuração particular a ele, apesar de os termos que constituem o texto já possuírem *sentidos virtuais possíveis*. Isso nos permite dizer que, na Semiótica, o processo de construção do sentido de um texto conta com sentidos preexistentes, seja dos termos em si seja da temática (ou *topic*) da qual o texto trata.

3.8.2 O texto na teoria do discurso

Destacados os aspectos julgados essenciais sobre a noção de *texto* na Semiótica, retornamos, agora, à face discursiva dessa teorização. Orlandi (1996) estabelece a distinção entre *discurso* e *texto*, dizendo que o primeiro é tido como um conceito teórico e metodológico que deve ser mobilizado na análise dos textos, enquanto o *texto* é tido como um conceito analítico. Na prática de análise, o *texto* é remetido ao *discurso* para daí produzir sentido, ou seja, ao passar pelo olhar do analista, o *texto* é remetido a uma série de questões que tentarão situá-lo quanto às suas condições de produção, as quais compreendem os sujeitos e a situação, e também o aspecto histórico-social.

Orlandi (2002) considera as condições de produção de duas formas distintas: em *sentido estrito*, no qual “*temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato*” (p.30), contexto este considerado não como contexto lingüístico, mas sim como textual, isto é, aquele em que consideramos o texto em sua totalidade (relações intertextuais e interdiscursivas). E, em *sentido amplo*, “*as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico*” (Ibid.), ou seja, os elementos provenientes do exterior constitutivo.

Interessa perceber, numa análise discursiva, “*como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo*” (ORLANDI, 2002, p.69). Assim, a relação entre o sujeito social e o mundo concede a ele uma forma pronta de significar, proveniente das formações ideológicas compartilhadas pelos grupos sociais, que estará presente no imaginário que o sujeito produz sobre determinado

objeto. No entanto, os sentidos de uma palavra, um enunciado, não são os mesmos quando consideramos um grupo social ou outro, pois as distinções instituídas em nível social refletem nos discursos produzidos por estes sujeitos - também constituídos pelo/no social - e esse trabalho é considerado como historicidade do sentido em Análise de Discurso, pois se o sujeito é capaz de significar, este processo não se dá fora das determinações históricas e ideológicas que o interpelam.

A partir dessas relações temos, de acordo com Orlandi, que o “*texto é a unidade complexa de significação*, consideradas as condições de sua realização. É, então, uma unidade de análise não formal, mas *pragmática*” (ORLANDI, 1983, p. 159), ou seja, o texto não é o lugar de análise de relações puramente lingüísticas, pois é produzido a partir de determinadas condições de produção. O texto é considerado, também, como a materialidade do discurso, isto é, o lugar de observação das relações entre língua, sujeito, interdiscurso, e ideologia.

3.8.3 O texto na AD e na Semiótica: retomada

Após essas considerações sobre a perspectiva de *texto* na teoria do discurso é necessário fazer a retomada de alguns aspectos da Semiótica para percebermos melhor a especificidade de cada uma dessas disciplinas no trabalho com a noção de *texto*. O primeiro deles, que acreditamos ser produtivo ressaltar aqui, é que, na Semiótica, tanto a materialidade verbal quanto a não-verbal são consideradas *textos*. No entanto, a aproximação dessas materialidades não significa o abandono da estrutura textual enquanto centro da busca de relações não-textuais, pois, segundo Eco, “o texto prescreve o tema do próprio texto, ou *topic*, e o conjunto de pressuposições pré-textuais e intertextuais que vão entrar em jogo e postas em função” (ECO, 1984, p. 96).

Assim, podemos inferir que na Semiótica a ideologia é considerada um mecanismo consciente, utilizado pelo autor de acordo com a leitura que ele deseja que seu texto suscite. E, apesar de se referir à importância de fatores externos ao texto para a construção de seu sentido, Eco aborda esses fatores a partir de uma perspectiva de onisciência e intencionalidade do autor, desconsiderando a interpelação ideológica da qual também o autor é alvo, e desconsiderando, ainda, que o confronto existente entre o *leitor virtual* e o *leitor real*, tomando aqui os termos de Orlandi, é que vai constituir simultaneamente “sujeitos e sentidos” (ORLANDI, 1988, p. 10).

Como vimos até aqui, o texto, na Teoria do Discurso, é um objeto de análise de relações interdiscursivas, as quais incluem o trabalho de *memória* e *esquecimento* de saberes que se inserem, ou não, no nível da formulação do discurso; as já referidas noções dão conta da complexidade das relações que devem ser consideradas pelo analista no momento de sua leitura sobre o objeto que estuda, seja ele um texto verbal ou não-verbal.

E, sendo o sujeito social “obrigado” a interpretar aquelas materialidades que o cercam, nos dispomos a realizar um trabalho de análise sobre o processo de produção de sentidos a partir da materialidade fílmica, que podemos denominar, mais especificamente, de discurso cinematográfico.

3.8.4 O texto e o discurso cinematográfico

Na teoria do discurso, o texto não é visto como uma unidade completa, pois sua natureza é *intervalar*. Orlandi nos ensina que mesmo o “*sentido é intervalar. Não está em um interlocutor, não está no outro: está no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) pelos/nos dois interlocutores.*” (ORLANDI, 1987, p. 160). Sendo assim, por ser construído pelos interlocutores, o sentido também não é dado pelo texto em si, nem mesmo as palavras significam isoladamente, mas sim de acordo com sua inserção em determinada *formação discursiva*.

Considerando essa constituição heterogênea do texto, Orlandi diz que:

Todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição etc); quanto às posições do sujeito. Além disso, podemos considerar essas diferenças em função das formações discursivas: em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante. (ORLANDI, 2002, p. 70).

Neste ponto podemos estabelecer relações com nosso objeto de análise devido à consideração dessas modalidades distintas de heterogeneidade. Primeiramente, temos que a materialidade simbólica de nosso texto é imagética, o que nos faz considerá-la de forma particular. Tânia Clemente de Souza diz, com relação à imagem, que: “*em sua especificidade – ela se constitui em texto, em discurso*” (SOUZA, 2001, p. 70), então, “*falar dos modos de significação implica falar também do trabalho de interpretação da imagem, procurando*

entender (...) como ela se constitui em discurso...” (Ibid.). Portanto, assim como devemos remeter o texto verbal às suas condições de produção para produzirmos sentido sobre ele, com o texto não-verbal ocorre o mesmo processo: é na interpretação que vamos perceber a inserção de uma imagem em determinada rede discursiva de saberes, em uma formação discursiva.

Indursky (2001), partindo da noção pechêutiana de texto enquanto *efeito*, diz que um texto é produzido através de um trabalho de *textualização* realizado pelo sujeito-autor e que resulta num efeito de homogeneidade, ou seja, de unidade de sentido. Nesse trabalho de *textualização* também se realiza o apagamento das marcas do *discurso outro* e de sua proveniência da exterioridade, assim como de sua inserção na organização da estrutura textual. Portanto, é sobre este *efeito-texto*, isto é, sobre essa ilusão de homogeneidade e transparência que o leitor irá construir sua interpretação, re-significando o texto de referência para fazer surgir um novo *efeito-texto*, este construído a partir de relações intertextuais e interdiscursivas diversas daquelas mobilizadas pelo autor do texto de referência.

Assim, quando um sujeito-autor produz um texto não-verbal, objetivando a construção de determinado *efeito de sentido*, ele irá produzir o apagamento dos *discursos outros* que também constituem seu texto. Quando estamos diante de uma imagem a percebemos como um todo, e mesmo que este seja constituído de diferentes cores e formas que nos são visualmente acessíveis, sempre haverá uma série de determinações que não somos capazes de perceber, pois fazem parte das condições de produção do texto, acessíveis apenas ao sujeito-autor.

Outro ponto a partir do qual a imagem pode ser pensada é a relação entre *intertextualidade* e *interdiscurso* – noções aproximadas e distinguidas por Indursky (2001) -, visto que essas são duas formas de relação com a exterioridade que constituem o texto tornando-o um espaço discursivo heterogêneo. Retomando Souza (2001), podemos dizer que o sujeito espectador, ao produzir sua interpretação acerca de uma imagem de referência, acaba produzindo outras imagens e, para isso, ele conta com *pré-construídos*, *discursos transversos* e com a *memória discursiva*, assim como com as condições de produção nas quais sua interpretação é realizada.

Percebendo a imagem também como espaço heterogêneo em que a exterioridade se insere, podemos mobilizar as noções de *intertextualidade* e *interdiscurso* para o trabalho com o discurso cinematográfico. Assim, a *intertextualidade* da imagem se configura pela possibilidade de releitura de uma imagem por outra, de forma que este processo possa ser identificado como uma retomada; já a *interdiscursividade* da imagem relaciona-se à *memória*

discursiva que nos dá a possibilidade de reconhecer discursos provenientes do interdiscurso na representação simbólica produzida pela imagem. De acordo com Indursky: “*é possível pensar o texto como um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações com o contexto, com outros textos e com outros discursos*” (2001, p. 29), ou seja, o sentido de uma materialidade simbólica decorre da relação da mesma com uma série de textos, contextos e discursos que pré-existem a ela, e também trabalham na sua constituição enquanto espaço discursivo heterogêneo. Considerando a imagem teremos, também, a produção dos sentidos sendo constituída por outras imagens já conhecidas pelo sujeito interpretante; outros contextos históricos, geográficos e ideológicos aos quais determinada imagem pode ser referida; assim como por outros discursos de materialidades simbólicas verbais e não-verbais. Todos os discursos já-ditos, lidos, vistos, ouvidos, imaginados, desejados pelo sujeito que interpreta servirão de condições de produção para a leitura de uma imagem.

As *relações contextuais* “*remetem o texto para o contexto socioeconômico, político, cultural e histórico em que é produzido, determinando as condições de sua produção*” (Ibid.). No caso de nosso objeto, podemos perceber as *relações contextuais* a partir do momento histórico em que as cenas foram produzidas, a década de 80, quando o desenvolvimento tecnológico industrial começava a ter conseqüências desastrosas para a massa de operários que vinham sendo substituídos pelas máquinas; para o meio-ambiente devido à emissão de gases danosos e poluição de mananciais hídricos; e, também, quanto às determinações políticas, socioeconômicas e culturais envolvidas no processo de sua constituição, como, por exemplo, o fato do autor dos documentários estar inserido em uma sociedade capitalista regida por valores ditados pelo mercado, sendo que esta sociedade (EUA) é a principal mantenedora e ditadora das regras deste mesmo mercado.

As *relações textuais* “*relacionam um texto com outros textos*” (INDURSKY, 2001, p. 29.), é a *intertextualidade* que “*aponta não apenas para o efeito de origem, quando trabalha com a noção de discurso fundador, mas aponta igualmente para outros textos que se inscrevem na mesma matriz de sentido*” (Ibid.). Essas relações podem ser apreendidas no *recorte fílmico* através daqueles discursos que podem ser remetidos a outros que os antecedem em trabalhos distintos daquele, como, por exemplo, o clássico: *Tempos Modernos*¹⁵ concebido e protagonizado por Charles Chaplin que retrata as atividades repetitivas do trabalhador industrial.

¹⁵ No dia 05 de fevereiro de 1936, no Rivoli Theatre, de Nova Iorque, *Tempos Modernos* teve sua estréia.

Já as *relações interdiscursivas* que “*aproximam o texto de outros discursos, remetendo-o a redes de formulações tais que já não é possível distinguir o que foi produzido no texto e o que é proveniente do interdiscurso*” (Ibid.) podem ser remetidas à temática do *recorte fílmico*, ou seja, o *trabalho humano* que será significado de acordo com a tomada de posição dos sujeitos do discurso no interior da formação discursiva capitalista.

Parece-nos que, neste momento, a aproximação entre as materialidades verbal e não-verbal encontra-se bastante clara, ambas têm constituição heterogênea; apresentam relações intertextuais e interdiscursivas; seu sentido é afetado pelas condições de sua produção, e de sua interpretação; e, apesar de se constituírem de materialidades distintas, ambas significam na *ordem do discurso*. Vamos agora abordar o processo de interpretação dessas materialidades.

3.9 *Leitura e interpretação na teoria do discurso*

A AD trabalha com o pressuposto de que o sentido não se origina no sujeito, mas se forma por um trabalho da *rede de memória*, constituída por historicidade, processos inconscientes e ideológicos de assujeitamento, assim como pela língua junto com suas determinações sociais. Pêcheux (1988) afirma que as palavras, expressões, proposições recebem sentidos nas *formações discursivas* (FD) em que se inscrevem, ou seja, não estão dotadas de sentido *à priori*. Considerando que a FD é constituída na relação com o interdiscurso, representando no dizer as formações ideológicas, vejamos como Orlandi explica esse processo na *interpretação*:

...o gesto de interpretação materializa a inscrição do sujeito em uma formação discursiva, isto é, constitui-se em uma posição. O sentido é sempre sentido para, e não sentido em si. A ambigüidade inscrita na própria noção de assujeitamento – sujeito a e sujeito de – tem relação com a produção dos sentidos no jogo entre formações discursivas que repartem o sentido, que trabalham a divisão da interpretação. (ORLANDI, 1996, p. 95)

Assim, a interpretação do sujeito social reflete sua determinação ideológica, seu lugar social, e sua filiação a uma FD, através da tomada de posição. Dessa subjetivação resultam marcas discursivas que nos permitem perceber a constituição do sentido como um processo do qual o sujeito é, ao mesmo tempo, alvo e agente. Alvo da determinação inconsciente e agente,

pois produz sentidos; porém, além disso, há o trabalho da memória, dos dizeres pré-construídos e dos discursos transversos que também constituem a interpretação.

Pêcheux afirma que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1990, p. 53). Com base nisso, Orlandi (1996) postula a noção de *opacidade* da língua ao considerar que o sentido se dá “*em relação à*”, ou seja, não está dado *à priori*, já que ele sempre pode ser outro. Até mesmo porque sujeito e sentido não são naturais, mas historicamente determinados, o que afasta as possibilidades de existência de verdade única; de relação direta entre referente e sentido; de sujeito intencional. Pêcheux também afirma que os enunciados são “como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (Ibid.), assim, é o processo de interpretação que possibilita a emersão de efeitos de sentido distintos. Nesta perspectiva, Orlandi diz que “*não há sentido sem interpretação*” (ORLANDI, 1996, p. 21), aspecto decorrente da noção de *opacidade* da língua que nega o princípio da literalidade.

No trabalho com o discurso, devem ser consideradas relações entre a produção de sentido e suas determinações sociais. Pêcheux, no texto *Lire L'archive aujourd'hui* de 1980, trabalha com a noção de divisão social do trabalho de leitura do arquivo – noção que Orlandi estende à interpretação - na qual se estabelece uma diferenciação entre aqueles que podem produzir interpretações, ou seja, cientistas e autoridades renomadas; e aqueles que devem, somente, reproduzir as interpretações previamente realizadas. Desta forma, temos a evidência de que há mecanismos de controle do sentido, os quais têm sua existência no corpo social. Althusser citou a família, a Igreja, a escola, entre outros aparelhos ideológicos, como responsáveis por este controle em seu trabalho intitulado *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Haroche afirma, quanto a este controle, que:

O Estado funda sua legitimidade e sua autoridade sobre o cidadão, levando-o a interiorizar a idéia de coerção ao mesmo tempo em que faz com que ele tome consciência de sua autonomia. (...) A subordinação fica menos visível porque se sustenta na idéia de um sujeito livre e não determinado quanto a suas escolhas. (HAROCHE, 1992 apud ORLANDI, 1996, p. 90).

Dessa forma, a ilusão de autonomia trabalha para sustentar o processo de interpelação ideológica que se dá de forma inconsciente, ou seja, é inacessível àquele que o sofre. Mas, se há aparelhos ideológicos para submeter os sujeitos, certamente o trabalho de interpretação também passa pela determinação destes. Como isso acontece? Orlandi nos responde da seguinte forma:

... na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido, sua historicidade, evitando o corpo das palavras e do sujeito (cf. E. Orlandi, 1987) regravando a relação com a interpretação, ao mesmo tempo em que faz o sujeito responsável, fonte de seus sentidos. (ORLANDI, 1996, p. 92)

Orlandi (1996) afirma, também, que a injunção à interpretação tem sua forma e suas condições, e a forma dessa injunção é que faz com que a relação entre a interpretação e o sujeito não seja a mesma hoje como foi, por exemplo, na Idade Média quando a determinação se exercia de fora para dentro, pois se inscrevia na ordem religiosa. Já na interpelação, modalidade atual de injunção, não há separação entre interioridade e exterioridade embora, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói sua dupla ilusão: a de ser a origem de seu dizer e a da literalidade, ou seja, relação direta, termo-a-termo, entre pensamento e mundo.

Sendo assim, é pelo esquecimento daquilo que o constitui que o sujeito acredita ser livre para interpretar. No entanto, sendo dotado de inconsciente e ideologicamente interpelado, ele reproduz as determinações externas na constituição de seu dizer, e interpreta a partir de *pré-construídos* e *discursos transversos* que indicam sua filiação ideológica. O gesto de interpretação vem também carregado de *efeitos de memória* que são sempre negados, como se o sentido surgisse ali mesmo. De acordo, ainda, com Orlandi (1996), a interpretação parece ser transparente, mas não o é; ela está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem, já que não há sentido sem interpretação. Os sentidos não são evidentes, embora pareçam ser, pois eles jogam com o equívoco, a incompletude e com o desejo do sujeito.

Orlandi diz ainda que a constituição do sentido de um texto se dá a partir da “representação do leitor no processo de leitura” (1987, p. 185), pois no momento da leitura o leitor está estabelecendo com o texto um processo de interação do qual a ideologia é um elemento constitutivo. Nesse processo de interação:

A tensão, o confronto existente é aquele que podemos observar quando perguntamos pelo interlocutor do texto. Há um interlocutor que é constituído no próprio ato da escrita. Assim, na medida em que o interlocutor (o leitor real) já encontra um outro, um leitor constituído (o leitor virtual) no texto, começa o debate. (ORLANDI, 1987, p. 185).

Aqui Orlandi traz as concepções de *leitor virtual* e *leitor real* para diferenciar essas duas posições, a primeira é produzida no momento de formulação do texto e remete à noção de *formações imaginárias*, tal como é postulada na teoria do discurso. Assim, o *leitor virtual* é “aquele que o autor imagina (destina) para seu texto” (ORLANDI, 1987, p. 186). Já o *leitor real* remete àquele que realiza sua interpretação sobre o texto que lê, construindo-a através de

uma interação que inclui, além do texto, o seu autor e o leitor virtual concebido no momento da escrita.

Vale dizer que o *leitor real* tanto “pode ser um ‘cúmplice’ quanto um (...) ‘adversário’” (Ibid.) do autor. A partir disso, percebemos que os leitores *virtual* e *real* podem não coincidir, pois a percepção do autor quanto ao seu *leitor virtual* está limitada às condições de produção de seu texto, o que o impede de conceber um leitor exato; deixando espaço para esse *debate* ao qual Orlandi se refere, e que irá, na verdade, produzir um efeito de sentido atrelado às condições de produção da leitura, responsáveis pelo maior ou menor distanciamento entre o *leitor virtual* e o *leitor real*, pois, de acordo com elas, a leitura pode variar um pouco, ou muito, com relação àquela imaginada pelo autor no momento da construção de seu texto.

Leandro Ferreira ressalta que:

A leitura é um processo de desvelamento e de construção de sentidos por um sujeito determinado, circunscrito a determinadas condições sócio-históricas. Portanto, por sua própria natureza e especificidade constitutiva, a leitura tende a ser múltipla, a ser plural, a ser ambígua. Mas não será nunca “qualquer uma”. (LEANDRO-FERREIRA, 2003, p. 208)

Aqui a autora nos leva a refletir sobre a leitura como possibilidade de produção de sentidos, no entanto esta leitura não será qualquer uma, mas sim aquela permitida pela FD com a qual o sujeito identifica-se. Partindo das relações que um texto mantém com o seu exterior constitutivo, podemos dizer que são elas que irão determinar o curso das interpretações produzidas pelo sujeito leitor. Assim, na Teoria do Discurso, temos um leitor que também produz um texto a partir daquele que lhe foi dado a interpretar.

Orlandi, em 1987, postula as noções de *história de leituras do texto* e *histórias de leituras do leitor*, que devem ser consideradas a partir de dois fatores comuns: a “*sedimentação de sentidos*” (ORLANDI, 1987, p. 42) que se relaciona diretamente à noção de memória como o retorno de saberes já-ditos; e “a *intertextualidade*” (Ibid.), ou seja, relação de um texto com outros textos. Quanto à história de leituras do texto a autora diz que: “*Para um mesmo texto, leituras possíveis em certas épocas não o foram em outras, e leituras que não são possíveis hoje serão no futuro*” (Ibid., p. 41), isto porque as leituras são determinadas pelas condições de sua produção e pela intertextualidade. Com relação à história de leituras do leitor, Orlandi afirma: “*O conjunto de leituras feitas configuram, em parte, a compreensibilidade [capacidade de leitura] de cada leitor específico*” (ORLANDI, 1987, p. 43), pois essas leituras prévias podem aumentar ou restringir a interpretação de um texto, fazendo emergir o *efeito de memória* na constituição dos sentidos.

Nesta perspectiva, não só as *histórias de leitura do leitor* vão constituir sua interpretação, mas também as condições de produção desta. Indursky (2001) salienta a diferença das histórias de leitura de cada leitor, fator que também irá gerar processos distintos de produção de sentido, já que:

O reconhecimento da interdiscursividade vai depender das histórias de leitura do sujeito leitor, assim como das condições de produção da leitura. E, em decorrência do fato de que cada leitor tem uma história de leitura distinta, cada um pode mobilizar uma interdiscursividade distinta daquela do sujeito autor, através de relações também distintas. Produzindo novas interpretações, novos efeitos de memória, e é esse trabalho discursivo de atribuição de sentidos, instaurado pela produção de leitura que constitui o sujeito-leitor. (INDURSKY, 2001, p. 36)

Importante salientar que o processo de *re-significação* de um texto abrange uma gama muito extensa de variações dos sentidos, visto que enquanto um sujeito re-significa um texto de referência apenas lhe atribuindo outras relações de sentido que não aquelas mobilizadas pelo autor do mesmo; um outro sujeito poderia re-significá-lo de forma tão destoante que poderia ocasionar um deslizamento de sentidos para além da temática tratada no texto. Assim, poderia ocorrer, até mesmo, um deslocamento de sentidos que transformaria o texto de referência em uma nova referência que já não mantém um elo semântico necessário com o texto origem. Uma terceira forma de re-significação é a que atribui ao texto de referência sentidos absolutamente antagônicos, assim, um leitor A pode re-significar o texto para X enquanto um leitor B poderia realizar este processo chegando à Y. Logo, a partir de um mesmo texto de referência as condições de produção da leitura dos sujeitos é que irão conduzir essa construção de *efeitos-texto* distintos. A este movimento dos sentidos é que Indursky vai chamar “*prática discursiva de leitura*” (INDURSKY, 2001, p. 40), a qual “*consiste (...) em um trabalho intenso de desestruturação/estruturação do efeito-texto, ou, (...) de um tecer, destecer e retecer o texto, entrelaçando-o ao interdiscurso*” (Ibid.). Trabalho a partir do qual o sentido dominante pode ser mobilizado.

Segundo Grantham (2001, p. 70), os leitores estabelecem relações distintas com o texto que interpretam e, na elaboração de seu próprio texto, podem assumir posições-sujeito distintas daquela sustentada pela forma-sujeito da FD. Ela afirma que os sujeitos podem inscrever-se na mesma FD e assumir a mesma posição da forma-sujeito da FD; inscrever-se na mesma FD e assumir um posicionamento distinto da forma-sujeito desta FD; ou inscrever-se em uma FD distinta da FD considerada. Essa distinção entre os tipos de leitores será bastante produtiva para nossa pesquisa no momento de análise.

Considerando que a teoria do discurso ocupa-se em estudar os processos de produção de sentidos que mantêm relação com um sujeito dotado de inconsciente e ideologicamente interpelado, e com a história; podemos dizer que não há um primado da *língua* sobre outras materialidades simbólicas, já que todo o processo de interpretação inclui esses elementos provenientes da exterioridade constitutiva. Vejamos, então, como este processo se dá na interpretação do discurso cinematográfico.

3.9.1 Leitura, interpretação e discurso imagético

Tendo em vista a distinta materialidade discursiva que nos serve de *corpus empírico*, buscamos perceber este material como sendo passível de leitura. Isso porque, na Teoria do Discurso, “*a leitura é produzida*” (ORLANDI, 1983, p. 180) a partir de suas “*condições de produção*” (Ibid.). A noção de *condições de produção* possibilita a inclusão dos fatores sócio-históricos e ideológicos na produção de sentidos acerca de determinado material simbólico.

Considerando a *leitura* como *produção de sentido*, é descartada a possibilidade de atribuição de um único sentido para um material simbólico. Orlandi concebe a leitura como “*o momento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo de interação verbal: aquele em que os interlocutores (...) desencadeiam o processo de significação*” (ORLANDI, 1983, p. 180). Portanto, na constituição dos sentidos há uma estreita relação entre as condições de produção da leitura e o sujeito que interpreta, as formações imaginárias e os efeitos de memória.

Orlandi (2002) diz ser a *incompletude* “*a condição da linguagem*” (ORLANDI, 2002, p. 52), visto que os sujeitos, assim como os sentidos “*Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento*” (Ibid.). A *incompletude* afirma, pois, a abertura do *simbólico* para a produção de sentidos. Considerando que o discurso se manifesta através de distintas materialidades simbólicas, sendo a imagem uma delas, pretendemos tratar a imagem como texto, ou seja, como materialidade a partir da qual podem se dar diferentes processos de produção de sentido. E, como vimos acima, a *incompletude* e a *heterogeneidade constitutiva* do texto devem ser consideradas tanto em sua produção quanto em sua interpretação, independentemente de estarmos tratando de materialidades verbais ou não-verbais.

Orlandi (2002) afirma que o texto não é uma superfície plana, ele parte em inúmeras direções, em múltiplos planos significantes e qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação. Assim também acontece com a imagem, pois ao visualizá-la o sujeito pode se ater a um detalhe que a outro nem interessou, modificando toda a produção de sentido que irá decorrer dessa observação particular. A mesma autora já havia se referido ao fato do leitor trazer “*para a leitura, a sua experiência discursiva, que inclui sua relação com todas as formas de linguagem*” (ORLANDI, 1987, p. 38), chamando atenção para essa pluralidade de materiais simbólicos que trabalham para a produção de sentido que decorre de uma *relação* entre as diversas materialidades simbólicas, isto é, não se dá a partir de uma ou outra delas tomadas de forma isolada.

Orlandi (1996) diz ainda que o sentido está (sempre) em curso, seja pelo deslizamento que ele pode sofrer, seja pela ambigüidade causada por um termo, um enunciado, uma imagem. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significativa, a relação do homem com os sentidos pode se dar a partir de materialidades variadas: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significativa – e/ou sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá-lhe uma forma, e é em busca da forma do gesto de interpretação do discurso cinematográfico que nossa pesquisa avança.

Para trabalhar com a materialidade imagética temos que considerar as especificidades que a constituem. Segundo Monique Sicard (2000) a interpretação da imagem não é unívoca e isso nos leva a percebê-la de diferentes formas:

A imagem, na origem, é o reflexo da realidade sobre uma superfície refletora. Ela é também, ao mesmo tempo, o que parece (*mimesis*), o que se vê (*phanein*), o conhecimento que dá acesso à realidade (*eidos*), mas também o que forma a visão, a ilusão (*phantasma*) que leva a crer na existência de uma realidade. (SICARD, 2000, p. 26)

Percebemos, com base nessa citação, que em nenhum momento é possível relacionar de forma unívoca a realidade e sua representação imagética, pois a imagem *dá acesso ao real*, cria a *ilusão de realidade*, por isso, nunca podemos confundir imagem com realidade. Segundo Sicard “*O que é imagem para um pode não ser imagem para outro. Assim, a estética da recepção define a imagem*” (SICARD, 2000, p. 27), ou seja, a interpretação produzida sobre a materialidade não-verbal também conta com as condições de produção, assim como depende do sujeito que a formula. Neste trabalho, buscamos perceber como se dá o processo de interpretação do discurso cinematográfico, para isso, haveremos de considerar a pluralidade do funcionamento dessa *estética da recepção*, sem deixar de lembrar que “*É*

utópico pensar (...) imagens como se elas fossem sem subjetividade” (Ibid., p. 28), seja por parte de quem as elabora, seja por parte de quem as interpreta.

No caso específico de nossa pesquisa, é a representação do *trabalho* humano que está sendo elaborada em forma de imagens, o que já é, em si, uma determinação da analista que produziu o *recorte fílmico*, ou seja, o próprio material simbólico carrega, em si, uma marca de subjetividade. Apesar de que esta determinação das imagens que compõem o nosso *recorte fílmico* já faz parte de um processo maior de relações ideológicas, pois, voltando à reflexão de Sicard: “*Todas as imagens de ciência, quaisquer que sejam, são (...) fortemente marcadas por escolhas culturais, históricas, individuais*” (SICARD, 2000, p. 28). O que interessa, sobretudo, no dizer de Sicard é a constituição das imagens por elementos constitutivos do texto e, conseqüentemente, do discurso. Podemos dizer que essas *escolhas* às quais a autora alude também trazem conseqüências para o momento de recepção da imagem por parte do espectador, e se apresentam como mais uma justificativa para a aproximação que estamos propondo entre a materialidade verbal e a não-verbal.

De acordo com Souza: “*No cinema a imagem, em geral, é explorada em toda sua densidade como forma de linguagem e significa sem vir ancorada no verbal. É usada como imagem que é, como forma de linguagem e não como cenário*” (SOUZA, 2001, p. 70). Concordamos com esta afirmação, principalmente, pela ausência de elementos verbais em nosso *recorte fílmico*, o que torna sua recepção quase que exclusivamente visual, já que as imagens recortadas são acompanhadas apenas de uma trilha sonora, composta de música instrumental, e criada exclusivamente para os documentários pelo músico Phillip Glass.

Quanto à interpretação da materialidade imagética, Souza diz que o sujeito “*tem mais liberdade para interpretar e produzir outras imagens, outros pontos de vista, instalando-se no intervalo entre o representado e a representação*” (SOUZA, 2001, p. 72). A autora faz esta afirmação devido à variedade de saberes que podem ser atualizados pelo observador no momento em que ele interpreta a imagem. Assim, seria possível que o sujeito produzisse sentido de forma mais livre, já que ele percebe a imagem como uma representação e não como realidade empírica? Questionamos, juntamente com a autora.

A noção de *intervalo* é um importante aspecto a salientar, pois é a partir dela que Souza formula o conceito de *policromia* como:

...lugar que permite ao interpretar a imagem projetar outras imagens, cuja materialidade não é da ordem da visibilidade, mas da ordem do simbólico e do ideológico. Da ordem do discurso. (SOUZA, 2001, p. 72).

E, para explicar melhor a noção de *policromia*, Souza a relaciona à noção de *polifonia* de Bakhtin, a qual dá conta da constituição heterogênea do enunciado com relação às vozes que nele se apresentam. Nesse sentido, também deve ser considerada a constituição do texto visual que se dá a partir da união de diversas vozes, diversos discursos, representados por outras imagens e, inclusive, materialidades simbólicas distintas (verbais ou não) já postas em circulação. A ilusão de totalidade do discurso não-verbal, portanto, não se sustenta quando consideramos sua constituição heterogênea.

Souza (2001) também entende que no discurso imagético a *interpretação* se relaciona com a cultura, com o social, com o histórico e com os sujeitos. Isso porque tanto a *produção* quanto a *interpretação* da imagem se dão de acordo com tendências histórico-sociais das culturas. Desta forma, o “*resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente (...) à linguagem verbal e não-verbal*” (SOUZA, 2001, p. 73). Aqui podemos estabelecer uma aproximação com o trabalho de Indursky a respeito da leitura e da reescrita que se desenvolvem sobre o texto a partir da *interpretação*, pois o material simbólico não carrega em sua estrutura o sentido; o *efeito de sentido* só pode ser constituído a partir da interlocução com o leitor, espectador, ouvinte e suas condições de produção.

Portanto, é por meio da *incompletude*, no *intervalo*, que se produz o gesto de leitura da materialidade imagética, a partir disso podemos dizer que, assim como o texto verbal, a produção de sentido sobre o texto não-verbal depende da inserção do sujeito nas lacunas entre o *representado* e a *representação*. Nesta perspectiva, não é possível limitar os sentidos de um material simbólico, assim como as relações estabelecidas entre ele e os discursos pré-construídos e/ou transversos atualizados pelos espectadores.

Souza diz, ainda, que a *incompletude* da imagem aponta para sua *recursividade*, pois “*Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita*” (Ibid.). Portanto, a leitura de um texto, verbal ou não-verbal, engloba tanto os fatores visíveis de sua constituição, tais como: cor, forma, som, movimento, quanto os elementos que não aparecem explicitamente nela, mas também a constituem, tais como o interdiscurso e a memória discursiva. Podemos pensar, inclusive, em uma história de leituras da imagem, pois, certamente, na composição de uma imagem através da interpretação o espectador conta com já-vistos, com a memória que, além de heterogênea, é representada por materialidades simbólicas distintas.

Segundo Souza, “*uma imagem não produz o visível; torna-se visível através do trabalho de interpretação e ao efeito de sentido que se institui entre a imagem e o olhar*” (SOUZA, 2001, p. 72). Aqui a autora retoma o fato de que o sentido do texto, das palavras ou proposições só pode ser produzido se houver um interlocutor, ou seja, de que o texto sozinho não tem um sentido determinado. Logo, entre o olhar e a imagem se interpõem a *história de leituras da imagem* e a *história de leituras do leitor*, fazendo com que a interpretação seja o resultado deste intrincado processo de retorno de dizeres através do efeito de memória; e, conseqüente, atualização destes na formulação das interpretações.

Souza diz, ainda, que diferentemente da leitura da palavra, que tem uma direção fixa (da esquerda para a direita), a leitura “*da imagem é multidirecionada, dependendo do olhar de cada ‘leitor’*” (SOUZA, 2001, p. 73), isto é, esta leitura conta com o ponto de vista do espectador que pode se interessar por um ou outro elemento de uma imagem, que pode fazer sobre ela uma interpretação global ou pontual, que pode percebê-la como espelho da realidade ou pura ficção, dependendo de sua relação com “*a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos.*” (Ibid.), do lugar social ocupado pelo sujeito que interpreta.

Considerando que os efeitos de sentido são sempre vários e que sua determinação se faz através da história de leituras do texto e do leitor, podemos observar que, com a imagem, este processo também ocorre, pois o elemento imagético a partir do qual determinado espectador constrói sua interpretação não será o mesmo elemento que servirá de base para um outro espectador, e as relações que espectadores distintos poderão fazer a partir de uma só imagem também não são restritas. Isso demonstra que a imagem tem sua história de leituras, determinadas tanto pelas suas condições de produção quanto pela interdiscursividade que mantém com outras materialidades simbólicas. Faz-se importante reforçar a afirmação da autora sobre o fato da imagem não produzir o visível, mas *tornar-se visível*, pois antes do olhar a imagem é apenas um material sem sentido em si, assim como o texto e as palavras tomados em sua literalidade o são.

Com relação às noções de *leitor real* e *leitor virtual*, postuladas por Orlandi, acreditamos que elas também funcionam no processo de produção e interpretação da materialidade imagética, pois sempre haverá a construção de um *espectador virtual* por parte do autor de um filme ou documentário, assim como esta construção poderá, ou não, coincidir com o *espectador real* desses materiais simbólicos. Também percebemos, juntamente com Orlandi, a tensão, o confronto que se dá entre as expectativas do autor e as condições de produção da leitura que determinam a interpretação do leitor/espectador real. Desta mesma

forma, estaremos trabalhando com a imagem, pois sua interpretação decorre da história de leituras de cada sujeito interpretante, e da história de leituras do *recorte fílmico* apresentado.

O que vai determinar, então, a interpretação do material simbólico apresentado aos espectadores é esse confronto entre o *espectador imaginado* pelo autor do recorte e o *espectador real* que produz sentido através da retomada de discursos outros trazidos pela sua história de leituras. A partir disso, poderemos observar as tomadas de posição que delineiam a FD capitalista através dos dizeres produzidos sobre o tema *trabalho* e, também, remetê-los à *memória discursiva*, posto que dela provêm os dizeres pré-construídos sobre os quais se baseia a formulação das interpretações produzidas pelos sujeitos espectadores. Vamos estudar agora a *paráfrase* e a *polissemia* para perceber como o retorno de dizeres e a instauração de novos modos de dizer podem ocorrer a partir da interpretação.

3.10 Paráfrase e polissemia

As noções de *paráfrase* e *polissemia* são essenciais para este trabalho, pois na análise das interpretações sobre o *recorte fílmico* nosso objetivo inicial é perceber quais saberes constituem a FD capitalista atualmente. Para conhecer estes saberes, devemos observar os seguintes processos: retorno de sentidos estratificados sobre o tema *trabalho*, e elaboração de novos sentidos para o mesmo tema.

Considerando que Pêcheux e Fuchs dizem que:

... a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido. (PÊCHEUX ; FUCHS, 1997, p. 169)

Portanto, é com base na noção de família parafrástica como “*matriz do sentido*” (Ibid.) que pretendemos considerar os discursos produzidos sobre o tema *trabalho* representado no *recorte fílmico*. Assim, cada tomada de posição no interior da FD capitalista representa uma matriz de sentido diferenciada a partir da qual efeitos de sentido distintos podem ser produzidos, visto que um discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio (ou já-dito) que pode ser retomado ou reformulado pelo sujeito interpretante. Vale lembrar aqui a afirmação de Pêcheux a respeito da possibilidade que todo enunciado tem de vir a *tornar-se outro, diferente de si mesmo*.

Logo, podemos dizer que a construção dos sentidos passa sempre por um já-dito, no entanto, isso não impede que esses sentidos se transformem em outros, possibilitando a emersão de uma nova relação do sujeito com a ideologia que o interpela. Importante salientar que neste momento (AAD 1969) Pêcheux está pensando a noção de *paráfrase* como a possibilidade de *substituição de segmentos discursivos num contexto* de forma a manter o conteúdo semântico do enunciado inalterado, assim, a substituição estabelece uma relação de sinonímia entre os elementos discursivizados. Essa reflexão demonstra que o autor concebe a *paráfrase* como espaço de produção do mesmo sentido, da estabilização dos sentidos, e a observa apenas no interior de uma FD homogênea. No entanto, essa noção sofre modificações ao longo do desenvolvimento da Teoria do Discurso e para explicitar este processo de transformação da noção de *paráfrase discursiva*, estudamos alguns teóricos da AD desde a conceituação de *paráfrase* como lugar do *mesmo* para chegar a uma outra conceituação, proposta por Courtine (1981), que nos permite concebê-la, também, como lugar de convivência do *mesmo* com o *diferente*.

Para Courtine (1981) a *paráfrase* pode manifestar a contradição entre dois domínios de saber, entre FDs antagônicas e, desta forma, estaríamos diante de uma configuração particular de *paráfrase discursiva*. Nessa configuração, no interior de um mesmo enunciado, duas formulações pertencentes a domínios de saber distintos, podem ser aproximadas mesmo trazendo efeitos de sentido que se opõem, e, para que isto se dê, a *paráfrase* deve ser pensada no âmbito do interdiscurso ou de uma FD muito heterogênea. A partir desse momento, a *paráfrase* deixa de ser uma noção homogênea, o lugar do mesmo, para abrigar em si a existência do outro, e, ainda assim, isso não anula sua característica de retorno do mesmo, mas possibilita que se pense o mesmo habitado pelo outro. De acordo com Courtine:

En effet, la suite des termes: ‘*se référer* (implicitement ou non)’, ‘*répéter*’, ‘*modifier*’, ‘*adapter*’, ‘*s’y opposer*’, etc., indique que l’*énoncé* s’insère dans une série de formulations dont certaines sont dominées *par la même FD* que celle qui domine la séquence discursive d’où is est extrait. (COURTINE, 1981, p. 44)

Essa forma de pensar a *paráfrase discursiva* nos leva sempre a buscar o interdiscurso, pois é nele que convivem os dizeres antagônicos. Courtine, assim, estabelece que é a articulação do processo discursivo no interdiscurso que determina a configuração da parafrase no interior de um processo dado. Através dessa consideração de que um enunciado pode estar inserido numa série de formulações que não pertence àquela da FD dominante da seqüência discursiva da qual o enunciado foi extraído. Desta forma, Courtine está possibilitando a aproximação de diferentes FDs através da consideração da *paráfrase*

como uma noção heterogênea, visto que distintos processos de parafraseagem de uma seqüência discursiva dada demonstram que a mesma pode abrigar em seu interior enunciados antagônicos.

No Brasil, Orlandi (1987), seguindo Pêcheux e Fuchs (1975), ao considerar a família parafrástica como *matriz do sentido* propõe o deslocamento da dicotomia paradigma/sintagma para o estudo da relação entre a *paráfrase* e a *polissemia*, considerando a *paráfrase* como *matriz do sentido* e a *polissemia* como *fonte do sentido*. Assim, a repetição seria um elemento indispensável da produção de novos sentidos, já que todo o discurso se produz com base em um já-dito. Orlandi (2002) também relaciona a *polissemia* com a *criatividade* e a *paráfrase* com a *produtividade*, ressaltando que na *produção* há um “*retorno ao mesmo espaço dizível*” (ORLANDI, 2002, p. 37); enquanto na *criação* há um deslocamento do mesmo através da ruptura com o discurso institucionalizado, para que um discurso novo possa se instituir.

Portanto, se pensarmos a *paráfrase* ao lado da repetição, podemos relacioná-la com as leituras que representam a manutenção dos sentidos logicamente estabilizados; e sendo a *polissemia* o lugar do novo, podemos relacioná-la ao processo de ruptura que a interpretação provoca, com o deslocamento de sentidos. A *paráfrase* e a *polissemia* são consideradas, na AD, como duas modalidades distintas de produção de linguagem, em que uma representa o caminho do mesmo, do que já está posto, estratificado, cristalizado, estabilizado como diz Orlandi, enquanto a outra abandona as bases do mesmo para com ele romper na busca da inscrição de um novo modo de dizer, uma nova forma do sujeito do discurso se relacionar com a ideologia. Vale ainda dizer que cada um desses processos não é estanque, eles estão constantemente em jogo e ambos são responsáveis pela produção de linguagem.

Percebe-se, nas formulações de Pêcheux (1975) e Orlandi (1987 e 2002), a perspectiva de *paráfrase* apenas como lugar de repetição, e, por isso, nesta época, fazia-se necessário elaborar uma noção que respondesse àqueles processos que não apenas repetiam um sentido sedimentado, mas rompiam com ele instaurando novas formas de dizer, novas redes de significação; assim, a noção de polissemia foi bastante produtiva para os estudos realizados nesta fase da AD. No entanto, essa dicotomia não se manteve tão fecunda depois que o próprio Pêcheux rompeu com a conceituação homogeneizante da noção de paráfrase. A partir do momento (1980/1977) em que o autor afirma que a *formação ideológica é heterogênea*, e, também, quando elabora as distintas modalidades de relação do sujeito do discurso com a *Forma-sujeito* - estabelecendo a existência de *posições-sujeito* desiguais no interior da FD (PÊCHEUX, 1988, p. 214) -, realiza-se uma abertura para que se pense a *paráfrase* não apenas como lugar do mesmo, mas também como constituída de elementos

antagônicos. Essa mudança de paradigma com relação à *paráfrase discursiva*, para a qual Courtine contribuiu fortemente, possibilita que se trabalhe, na Teoria do Discurso, com a convivência do mesmo e do diferente sob um mesmo conceito. Vejamos, então, como o processo *parafrástico* e o *polissêmico* podem ser abordados no estudo da materialidade imagética.

3.10.1 Paráfrase, polissemia e discurso imagético

Refletindo sobre a noção de *paráfrase discursiva* na produção de nosso *recorte fílmico*, acreditamos que é possível estabelecer relações parafrásticas entre as imagens que o compõem, assim como entre outras formas discursivas que a ele se relacionam, através da instância interdiscursiva, pois entendemos que a imagem, tal como o texto, não é origem, mas composição heterogênea que mantém relação com outras imagens e, até mesmo, com outras materialidades simbólicas. Dito isso, percebemos que no processo de retorno a um pré-construído, ou refutação do mesmo, as imagens selecionadas se originam de duas matrizes de sentidos distintas, pois temos algumas que apontam para a *forma telúrica* e outras que representam a *forma capitalista de trabalho*. Sendo que cada uma dessas perspectivas de *trabalho* parece constituir um todo a partir de domínios de saber distintos que convivem no interior da FD dominante.

Serrani (1993) introduz a noção de *ressonância de significação* no estudo da *paráfrase discursiva*. Segundo a autora,

... há *paráfrase* quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma *ressonância* – interdiscursiva – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. *Ressonância* porque para que haja *paráfrase* a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua. (SERRANI, 1993, p. 47).

Ao falar em *ressonância de significação* a autora entende que o sujeito da linguagem está sendo incluído na conceituação de *paráfrase*, pois assim esta noção, além de tratar de um efeito de sentido que se repete, também engloba o sujeito do discurso que produz este sentido. Serrani diz ainda que as *paráfrases* “*ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas*” (Ibid.). A partir disso, podemos pensar que as imagens que constituem nosso *corpus empírico* se produzem no *espaço vertical*, no interdiscurso, como nos diz a autora.

Assim, também podemos pensar que as determinações que resultaram na escolha das imagens que formam o *recorte fílmico* pertencem ao que Courtine, seguindo Foucault, chamou de *domínio de memória*, ou seja, as imagens escolhidas fazem parte de uma exterioridade muito mais ampla que está na base da constituição das mesmas. Desta forma, temos que nosso *recorte fílmico* é composto por imagens que se atualizam no *eixo horizontal*, seguindo a linearidade de apresentação das mesmas, mas também é constituído por imagens que a ele se associam mesmo sem estarem atualizadas no *eixo horizontal*, que seriam os pré-construídos que dialogam interdiscursivamente com a seqüência produzida, e que residem no que Courtine denomina *eixo vertical*.

Tratando-se dos textos produzidos sobre o nosso material simbólico, estamos olhando para os mesmos como sendo constituídos neste *eixo vertical* de relações com dizeres pré-construídos acerca do tema *trabalho*, porque acreditamos, juntamente com Indursky (2002) “*que os saberes pré-existem ao discurso de um sujeito; mais especificamente: a existência destes saberes é vertical e sua sede é a Formação Discursiva e, antes dela, o interdiscurso*” (INDURSKY, 2002, p. 102). Portanto, partindo da perspectiva de que os sujeitos se apropriam de saberes pré-existentes para produzir sentidos sobre determinado material simbólico, o que temos no *eixo horizontal*, ou *nível da formulação* de enunciados, é a repetição. No entanto, este processo de repetição de dizeres não se dá de forma perfeita, mas através de processos de interpretação e é aqui que ressoa o *efeito de memória* (Ibid., p. 103), ou seja, quando um elemento do interdiscurso se atualiza no intradiscurso a memória discursiva, coletiva, é mobilizada.

Logo, acreditamos ser possível dizer que não é apenas através de realizações lingüísticas que a *paráfrase* funciona, pois quando temos uma série de imagens representando determinada temática existe aí, da mesma forma, uma relação parafrástica, visto que toda a produção de discurso remonta a discursos-outros e pré-construídos. Com isso, estamos entendendo a imagem como outra forma, não-lingüística, de concretização dos discursos provenientes do interdiscurso, pois na constituição da imagem, assim como em sua interpretação, é a *ressonância de significação* que trabalha na construção dos efeitos de sentido.

Serrani (1993) ainda trata de dois tipos distintos de *funcionamento parafrástico*, sendo um deles caracterizado por *ressonâncias de significação* que se dão “*em torno de unidades específicas (...) tais como itens lexicais, frases nominais etc.*” (p. 47), ou seja, que tem uma forma material de identificação. Já o outro é caracterizado por *ressonâncias de significação* que se dão “*em torno de modos de dizer*” (Ibid.), e ao falar de *modos de dizer* a autora refere-

se “*ao estudo dos efeitos de sentido produzidos pela repetição, em nível interdiscursivo, de construções sintático-enunciativas na estruturação de um discurso determinado*” (Ibid.). Assim, temos a indicação de que a *paráfrase* tanto pode ser identificada a partir de itens morfo-sintáticos quanto de aspectos semânticos do discurso analisado. A distinção, realizada por Serrani, entre os funcionamentos parafrásticos é produtiva para o momento de análise do *corpus experimental*, pois este é constituído de materialidade verbal.

Passaremos a refletir, a partir do próximo tópico, sobre o processo de *autoria* implicado na interpretação de um material simbólico.

3.11 *Autoria e discurso*

Foucault concebe o autor “*como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.*” (FOUCAULT, 1999, p. 26) e não como “*indivíduo falante*” (Ibid.), por isso, o autor cunha a expressão *função do autor* que corresponde à posição ocupada pelo sujeito do discurso que escreve e inventa. Dessa forma, Foucault se afasta das concepções de *autoria* que consideram o autor como origem do dizer, e mobiliza a *função do autor* que representa aquele que organiza um discurso de forma a expressar sua posição em relação àquilo que escreve.

Na AD, as contribuições de Foucault para a noção de *autoria* são mobilizadas contemplando, ainda, os aspectos históricos e ideológicos com os quais essa teoria trabalha. Logo, a *autoria* aqui também é entendida como uma *função* do sujeito do discurso. Nela, ele organiza vários discursos produzindo o efeito de um só sentido e o efeito de linearidade, de transparência do sentido. A função de *autoria* realiza o apagamento de outros discursos possíveis para trazer aquele discurso permitido pela formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. A *autoria* na AD, portanto, é uma *função do sujeito*, e não uma atribuição do autor, enquanto sujeito empírico.

Segundo Orlandi, a noção de sujeito, na teoria do discurso, é trabalhada não como uma subjetividade, mas sim como um lugar, uma posição discursiva. A função-autor “*é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito*” (ORLANDI, 1996, p. 69). Esta função realizar-se-á “*toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim*” (Ibid.).

Para a teoria do discurso há uma estreita relação entre a *função autor* e a *história*, pois o autor organiza discursos a partir de uma história de formulações que todo o dizer carrega. Orlandi (1996) diz que, para ser autor, o sujeito deve produzir algo interpretável, visto que “... *o sentido que não se historiciza é ininteligível, ininterpretável, incompreensível*” (ORLANDI, 1996, p. 70). Idéia que aponta a recursividade do dizer, pois retomando um já-dito historicamente determinado, o autor produz sínteses com base em efeitos de sentido produzidos por outros sujeitos do discurso em condições de produção distintas.

Indursky (2002) aborda a noção de autoria ao dizer que um texto é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma posição-sujeito inscrita em uma FD, ou seja, o sujeito produz seu texto a partir de um lugar social e ao fazê-lo exerce a função enunciativa de autor. A autora diz ainda que o sujeito-autor mobiliza diferentes relações com a exterioridade, e as organiza, dando-lhes a configuração de um texto, logo, o texto é uma heterogeneidade estruturada pelo trabalho discursivo do sujeito-autor. Assim, ela salienta que a *função-autor* pode ser exercida pelo autor, e também pelo leitor. Quando o leitor não se identifica com a posição-sujeito explicitada pelo autor, ele desconstrói o texto e o reconstrói a partir de sua própria história de leituras e de sua posição-sujeito, tornando-se “responsável” pelo efeito de sentido que produz.

Gallo (2001), por sua vez, caracteriza “o *efeito-autor, como sendo o efeito resultante do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante*” (p. 67). A autora salienta que a noção de *efeito-autor* só foi possível na medida em que ela pôde contar com a “*heterogeneidade discursiva, pois é esse nível que permite a diferenciação de formações discursivas dominantes se confrontando em um mesmo enunciado*” (Ibid.). Quando isso ocorre, o sujeito do discurso traz à tona sentidos da ordem do já-dito, constitutivos de discursos heterogêneos, e com os quais ele não se identifica plenamente, fazendo emergir, assim: “*uma nova formação ideológica (discursiva) que integra de maneira inédita esses elementos do pré-construído.*” (GALLO, 2001, p. 67). Como podemos perceber aqui, a autoria tem a ver com a organização particular dos discursos, com o processo de produção de sentidos que pode ser protagonizado por todo o sujeito social.

Portanto, no nível da *heterogeneidade discursiva* a autoria tem relação com a função de todo o sujeito: a *função-autor*, que articula os confrontos existentes entre FDs antagônicas, e tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito do discurso, ou seja, “...*tem a ver com a heterogeneidade interna a uma formação discursiva dominante, que ganha aí seu movimento e sua unidade sem perder, com isso, sua dominância.*” (Ibid.). Retomando o dito “quem conta um conto aumenta um ponto” (GALLO, 2001, p. 68), a autora explica esse fato pela função-

autor do sujeito do discurso: “*que garante o movimento dos sentidos, interno a uma ordem de discurso, mas, na contrapartida, a sua conservação.*” (Ibid.). Isto por que os elementos que caracterizam a autoria são: a singularidade, garantida pela diferença; e o fechamento, garantido pelo repetível. Desta forma, a partir de uma estrutura já dada, há a possibilidade de surgir um *acontecimento discursivo*, conceito que se caracteriza pela instauração de um novo modo de dizer, provocando uma ruptura com o que já havia sido formulado até o momento. Segundo Pêcheux (1990), o discurso resulta de uma união entre *estrutura* e *acontecimento*, e não de um ou outro desses elementos tomados de forma isolada.

A noção de *autoria* em AD é bastante profícua, como pudemos perceber através das discussões apresentadas. Entretanto, para situar os leitores, vale definir qual a linha de pensamento que vamos seguir no momento analítico de nossa pesquisa. Podemos dizer que a maioria dos teóricos citados concorda quanto à idéia de que o autor é uma *função* exercida pelo sujeito do discurso, no interior da posição-sujeito, que tem como princípio básico a organização dos dizeres que podem ser repetidos, negados, e, até mesmo, reformulados de maneira inédita pelo enunciador. Nesta última perspectiva, o sujeito faz trabalhar outras relações de sentidos, e seu dizer rompe com os pré-construídos da ideologia dominante, sedimentados pela repetição.

Resumidamente, podemos diferir dois processos que trabalham para a efetivação da autoria na Teoria do Discurso, pois temos a *função-autor* (ORLANDI, 1996, p. 69) na qual o sujeito do discurso formula seu dizer a partir de elementos pré-construídos, sem, no entanto, deslocar sentidos; e também o *efeito-autor* (GALLO, 2001, p. 67) que é mais raro, pois depende de uma tomada de posição que demonstre desidentificação por parte do sujeito quanto aos dizeres permitidos pela FD dominante. Desidentificação essa que emerge de um trabalho de ruptura, deslocamento do sentido já estabelecido para fazer emergir um sentido novo, a partir do qual outros discursos poderão surgir. Trabalharemos, portanto, com essas duas categorias explicitadas acima para caracterizar aquelas interpretações que representam apenas organização de discursos outros (*função-autor*) e outras que produzem a instauração de novos sentidos (*efeito-autor*). No entanto, não deixaremos de observar aqueles fatores que também são considerados, pela maioria dos teóricos estudados, importantes no processo autoral, tais como: as condições de produção do discurso (em sentido amplo e estrito); a interpelação ideológica; e o assujeitamento inconsciente que estarão trabalhando para que as interpretações produzidas se constituam através de uma *função-autor*, ou de um *efeito-autor*.

3.11.1 Autoria e imagem

Neste ponto da pesquisa, a relação entre *autoria* e *imagem* já pode ser percebida como uma extensão da relação entre interpretação e imagem, pois todo o processo de produção de sentidos baseia-se na organização de discursos heterogêneos. Assim, ao produzir uma materialidade simbólica não-verbal o autor conta sempre com sentidos previamente historicizados que serão mobilizados de acordo com as determinações sociais, subjetivas e ideológicas as quais ele está sujeito.

No capítulo metodológico explicamos detidamente o processo de autoria de nosso objeto de pesquisa, o *recorte filmico*, por isso, não vamos nos estender na discussão deste tópico. O processo de autoria desenvolvido pelos sujeitos que interpretaram nosso *recorte filmico* também será retomado no capítulo metodológico e nas análises, mais um motivo para não nos estendermos em comentários sobre este ponto.

Entretanto, vale dizer aqui que, ao trabalhar com as noções de *função-autor*, organização de discursos, e *efeito-autor*, produção singular de discursos de forma a pôr em oposição duas FDs; propomos um deslocamento na noção de *efeito-autor* de Gallo. Esta autora trabalha com “o *efeito-autor*, como sendo o efeito resultante do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante” (2001, p. 67), mas, em nossa pesquisa, temos apenas uma FD sendo mobilizada, o que nos impediria de pensar neste nível de autoria, já que Gallo fala em oposição entre duas ou mais FDs e surgimento de uma nova FD como resultado do trabalho do sujeito do discurso enquanto *efeito-autor*.

Nosso deslocamento, portanto, consiste em perceber que no interior de uma mesma FD também temos um confronto que se dá entre as diferentes posições-sujeito que apresentam formas distintas de relação do sujeito do discurso com os saberes regulados pela Forma-sujeito da FD. Nesta perspectiva, o que surge do confronto entre as posições-sujeito é uma nova posição que representa aquele sujeito que não se identifica com as posições já existentes no interior da FD com a qual se identifica, inaugurando, assim, uma nova forma de subjetivação que produz rupturas com os saberes internos da FD, possibilitando que outros discursos possam ser elaborados, e tornando a FD heterogênea. Assim, acreditamos que não só a *desidentificação* do sujeito com os saberes da FD é marca da heterogeneidade discursiva, mas também a *contra-identificação* é uma forma de ruptura parcial com saberes de uma FD e internalização de saberes provenientes de outras FDs.

Assim, estaremos trabalhando com a noção de *função-autor* quando estivermos concebendo um sujeito organizador de discursos, e com o *efeito-autor* quando o sujeito apresentar-se como produtor de sentidos, como fonte de ruptura dos saberes logicamente estabilizados pela FD capitalista. A partir do deslocamento apresentado no parágrafo anterior, lembramos que, em nossa pesquisa, o *efeito-autor* não será pensado apenas quando da desidentificação do sujeito do discurso com os saberes da FD capitalista, mas também quando o sujeito contra-identificar-se com estes saberes. Principalmente, porque concebemos a plena-identificação como forma genuína de organização e reprodução de discursos cristalizados.

Realizaremos, a seguir, um retorno às questões tratadas neste terceiro capítulo para, no próximo capítulo, apresentarmos a metodologia a partir da qual esta pesquisa foi elaborada.

3.12 Costurando a elaboração do aparato teórico

Neste capítulo teórico, abordamos conceitos essenciais da teoria do discurso para nossa pesquisa, concebendo a imagem como mais uma das materialidades que revestem o discurso. As materialidades simbólicas - os *objetos culturais* - circulam por toda a parte, mídia, ruas, museus, cinemas, shoppings e etc., obrigando-nos a interpretá-las, como diria Orlandi. Na era da multimídia, elas estão em nossas casas, em nossa programação ideológica diária e sutil; parece-nos, portanto, válido empreender um estudo deste processo de produção de sentidos, que está sempre acontecendo, a partir da observação da materialidade imagética, ou fílmica.

Foi o próprio Pêcheux que permitiu o trabalho com materialidades não-lingüísticas ao dizer que a AD é uma “*disciplina de interpretação*” (PÊCHEUX, 1990, p. 55), o que nos aponta que o importante em uma análise discursiva é o processo de produção de sentidos, o qual independe da materialidade simbólica observada para ocorrer. Também temos uma contribuição importante do autor quando ele diz que:

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as “coisas-a-saber” coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem. (Ibid.)

A partir desta citação podemos depreender que a filiação ideológica é o ponto essencial da produção de sentidos, e sua percepção se dá através da identificação do sujeito com saberes pertencentes a filiações históricas de sentido, representadas através de materialidades verbais e não-verbais. Pêcheux diz que as “*coisas a saber*” (Ibid.) não existem a partir de verdades incontestáveis, mas da relação constitutiva entre o discurso e suas condições de produção, produção esta que se dá sempre sob os olhos dos aparelhos que organizam as sociedades de forma que os sujeitos não reconheçam a interpelação ideológica que atinge a todos de forma silenciosa. A referência do autor às imagens nos é bastante cara, pois, se ele ainda não havia pensado em trabalhar com essa materialidade simbólica enquanto discurso, sua referência a ela demonstra que Pêcheux já tinha a percepção de que outros materiais simbólicos, além da língua, também só podem ser interpretados a partir das condições de sua produção e das condições de produção de sua interpretação.

A relação entre o *sentido* e o *sujeito do discurso* também se fez importante, pois pensar sobre a interpretação de um material simbólico no âmbito da AD pressupõe o trabalho com um sujeito interpelado ideologicamente, dotado de inconsciente e passível de cometer falhas, equívocos, assim como de ser tomado pelos esquecimentos que o impedem de ser um sujeito intencional. Esse sujeito também é histórico, pois sua existência situa-se no interior de determinada conjuntura histórica na qual o embate sempre presente entre as ideologias dominantes e dominadas também trabalha na produção de sentidos. A partir dessa noção de sujeito foi possível ancorar a reflexão acerca da *leitura*, da *interpretação* e da *autoria*, categorias essenciais para o trabalho com a materialidade discursiva, pois propõem um olhar não literalizante sobre o sentido, já que sua produção prescinde das relações entre os discursos e destes com suas condições de produção. As histórias de leituras do leitor e das materialidades simbólicas também constituem a interpretação, assim como o confronto entre o *leitor real* e o *leitor virtual*.

As noções de *formações ideológicas* e de *formações discursivas* são imprescindíveis devido à filiação dos sentidos, pois a interpelação ideológica é essencial no trabalho com a interpretação das materialidades simbólicas. O maior deslocamento proposto para essas noções no trabalho com a imagem foi o fato de que as redes de saber que constituem a instância ideológica - assim como seu recorte, a saber, a *formação discursiva* - não se constituem apenas de material lingüístico, mas também de outras materialidades, ou seja, a imagem também se encontra no interior das FIs e das FDs.

Para entendermos melhor as questões relativas à produção dos sentidos sobre o discurso cinematográfico também foi necessário rever a noção de *interdiscurso*, pois sabemos que todo o discurso é constituído de saberes já-ditos e de possibilidades de sentido silenciadas que se atravessam no discurso formulado. Esse jogo de retorno de saberes, e possível deslocamento de um sentido para outro, também inclui o trabalho da *memória discursiva*, pois é dela que a historicidade dos dizeres retorna e pode ser percebida em novas formulações.

A noção de *heterogeneidade* nos permitiu trabalhar com a constituição plural do discurso cinematográfico, pois assim como o *texto verbal* conta com conteúdos da exterioridade para sua constituição, o mesmo ocorre com a imagem. Assim, o ponto importante desta noção é que ela nos permite perceber que a diversidade da constituição do discurso imagético também produz efeitos na sua recepção.

Dentre os outros autores que também auxiliaram nossa caminhada na descoberta da materialidade imagética, Courtine foi importante, pois foi o primeiro a produzir uma análise discursiva a partir de um documento fotográfico. Assim, ele relacionou a memória discursiva com o acontecimento do desaparecimento de um personagem histórico de uma fotografia.

Orlandi, por sua vez, também atentou-nos para o fato de que a *interpretação* não se dá apenas a partir de uma materialidade simbólica isolada, pois todas elas se relacionam e, por isso, trabalham juntas na construção dos sentidos. Com base nisso, poderíamos pensar que se o pensamento estrutura-se em linguagem não seria equívoco dizermos que ele também se estrutura em imagem, bem como a partir de um vasto leque de materialidades simbólicas.

Souza foi importante neste capítulo, pois iniciou os trabalhos com as imagens de forma que elas não fossem “reduzidas” a palavras, mas consideradas em sua plenitude. Assim, ela nos chamou atenção para o fato de que a imagem tem sua forma própria de significar: muda, em movimento. Ao mesmo tempo, a autora salienta semelhanças entre a materialidade verbal e a não-verbal, e a principal delas é que ambas significam na *ordem do discurso*, ou seja, a exterioridade as constitui.

Sicard foi outra referência importante devido ao seu trabalho com as imagens de ciência que nos ensinou a pensar a imagem não apenas como aquilo que se vê, mas também como aquilo que se constrói a partir do que se vê com o auxílio do imaginário, das histórias de leituras, de discursos pré-construídos.

Considerando a Semiótica precursora do trabalho com materialidades não verbais, tomamos sua afirmação de que *um ritual, um balé, um filme* são todos textos, já que é possível construir sentidos a partir deles, para refletir sobre o discurso cinematográfico. Algumas

considerações de Greimas, Courtén e Eco também demonstraram-nos a pertinência de trabalhar com a imagem enquanto texto.

Quanto à perspectiva da AD sobre *texto*, três pontos foram essenciais para trabalhar com a imagem:

1) o de que o texto não é um material simbólico fechado em si mesmo, pois sua interpretação é determinada pelas condições de produção em que se realiza e pela sua história de leituras.

2) a questão da intertextualidade, visto que um texto sempre se constitui a partir de um já-dito e mantém relações com outros textos;

3) e o da interdiscursividade do texto que aponta para sua constituição plural, para o papel do interdiscurso na constituição do texto, tanto em relação à materialidade simbólica observada quanto à interpretação.

Considerando essas três características, podemos dizer que a imagem também recebe sentidos a partir das condições de produção de sua leitura, assim como o sujeito interpretante pode relacioná-la a outras materialidades na sua interpretação. Quanto à interdiscursividade temos uma ampliação bastante importante, já que ela aponta para a pluralidade dos materiais simbólicos que podem ser uma forma de representação do discursivo. Assim, a imagem também pode ser interpretada como um texto que, entretanto, mantém características particulares de recepção, tal como foi lembrado por Sicard e Souza: a *estética da recepção* é uma das características que definem a imagem como uma materialidade particular. Parece-nos, inclusive, que esta estética ocasiona uma alteração no que seria a exposição do texto ao leitor, pois a imagem parece não estar pronta para ser decifrada, ela vai criando uma atmosfera de significação que está representada através de formas simultâneas de linguagem, superposição de cenas, trilha sonora, e inúmeros elementos que configuram um processo plural de desencadeamento de sentidos, processo que acaba por fazer do sujeito o objeto exposto a todo este jogo de materialidades.

A noção de *paráfrase* foi importante para pensarmos na filiação do sentido, através da noção de matriz parafrástica, e sua retomada; assim como nos permitiu trabalhar com a aproximação de efeitos de sentido distintos no interior de uma mesma FD que, por ser heterogênea, pode ser constituída por saberes correspondentes a matrizes de sentidos distintas.

A *leitura* foi mobilizada no intuito de percebermos que as implicações da leitura de um texto trabalham da mesma forma no que se refere à leitura de uma imagem, visto que a noção de *interpretação* da AD considera o exterior como constitutivo e, por isso, a leitura de qualquer material simbólico passa por determinações históricas, sociais e ideológicas. Com

base nesses elementos que constituem a exterioridade de um material simbólico, também abordamos a questão da *autoria*, pois dependendo da leitura realizada um sujeito do discurso pode se constituir como uma *função-autor*, organizando discursos; ou como um *efeito-autor*, no momento em que sua interpretação apresenta uma síntese particular do tema representado, instaurando uma possibilidade de sentido a partir da qual uma nova rede de dizeres poderá ser construída.

Avançando mais um passo nesta escrita, vamos apresentar o dispositivo metodológico de nossa pesquisa, construído para apontar possibilidades de respostas aos questionamentos que nos movem.

4 METODOLOGIA DE ANÁLISE

4.1 Objeto de análise

Em AD não há uma separação rígida entre o campo da teoria e o campo da prática, o que temos é um processo de leitura e reflexão sobre a teoria, que vai auxiliar na construção do dispositivo de análise. Isso porque não há uma metodologia previamente estabelecida através da qual as análises serão realizadas, mas formulações teóricas que podem, ou não, ser aliadas a cada prática de análise conforme as necessidades de cada *corpus* específico. Sendo que o próprio analista também pode, e deve, produzir seus procedimentos metodológicos, tendo em vista a peculiaridade de seu objeto.

De acordo com Orlandi (2002), o analista deve estabelecer uma escuta que lhe possibilite perceber sentidos além das evidências, buscando compreender de que forma eles estão sendo produzidos. Para construir um dispositivo de interpretação, o analista deve considerar o sujeito que interpreta, as condições de produção desta interpretação, e a história de leituras do material simbólico considerado. O dispositivo desta pesquisa é voltado para a materialidade não-verbal, já que há bastante tempo nos interessamos pelo discurso imagético, interesse que se sustenta no fato de estarmos cercados por propagandas, *banners*, cartazes, *outdoors*, filmes, entre outros materiais simbólicos constituídos por imagem que nos são oferecidos a significar. Esse fato histórico da atualidade nos levou a questionar as formas de recepção desse apelo constante à interpretação do discurso imagético que nos é imposto.

Na construção da temática que nos interessou, partimos dos documentários *Koyaanisqatsi* (1983) e *Powaqqatsi*¹⁶ (1987), ambos de Godfrey Reggio, constituídos por imagens reais, acompanhadas por uma trilha sonora minimalista, composta por Philip Glass, exclusivamente, para cada cena que os compõem. As cenas foram captadas por Reggio e sua equipe de filmagem em viagens realizadas aos hemisférios norte e sul, do ocidente ao oriente do globo. Reggio explica seu trabalho, em uma entrevista que obtive na *internet*, da seguinte forma:

O primeiro filme "Koyaanisqatsi" lida com aspectos da indústria tecnológica hipercinética do Hemisfério Norte. O segundo filme "Powaqqatsi" lida com culturas de moralidade, de tradição e da existência artesanal - culturas da

¹⁶ Importante salientar que esses documentários fazem parte da trilogia Qatsi. Isto significa que há um terceiro documentário que não se inclui no recorte e denomina-se *Naqoyqatsi* (2002).

simplicidade no Hemisfério Sul. E "Naqoyqatsi" é claro, completa a trilogia e lida com o momento globalizante que vivemos, onde computadores, a Internet, a tecnologia, se tornam alguma coisa que nós não mais usamos, mas algo que vivemos. O objetivo da trilogia, numa maneira limitada, foi mostrar um espelho da vida assim como ela é; uma via muito rápida. (REGGIO, 1996)

Como podemos perceber, o autor dos documentários contemplou uma infinidade de temáticas em seu empreendimento cinematográfico, entretanto, para compor o material de nossa pesquisa, utilizamos apenas algumas cenas dos documentários de 1983 e 1987 que retratavam *diferentes formas de trabalho* - sendo que as artesanais foram encontradas em Powaaqatsi e as industriais em Koyaanisqatsi. Após a seleção das cenas que nos interessavam, de acordo com a temática que havia sido previamente escolhida, produzimos um recorte (literalmente falando) dessas cenas, na tentativa de compor um pequeno filme - quase um curta-metragem - com um direcionamento de sentidos distinto daquele produzido por Reggio, porque o nosso objeto foi construído com base nas relações de *trabalho* sob a *perspectiva telúrica* (relacionada a formas de *trabalho* que representam um metabolismo homem/natureza) e sob a *perspectiva capitalista* (relacionada a formas de *trabalho* que representam o *trabalho abstrato*), relações essas que pressupõem modos de produção e formas de relação distintas entre produto e trabalhador.

Nos documentários já citados, temos a denúncia de um processo de transformação, sofrido por, praticamente, todas as sociedades, o qual instaurou a relação de supremacia dos povos ditos “desenvolvidos” em relação aos povos considerados “subdesenvolvidos”. Powaaqatsi traz imagens que são a expressão da cultura dos povos de terceiro mundo, tanto do lado ocidental quanto do hemisfério oriental de nosso planeta, das quais recortamos as relações de *trabalho*. Em Koyaanisqatsi observamos os costumes e relações de *trabalho* dos povos de primeiro mundo; o que possibilitou a instauração de dois diferentes pontos de vista sobre a noção de *trabalho*. As imagens apresentadas nos dois documentários tornam possível a apreensão de aspectos universais que caracterizam a diferença radical existente entre a concepção capitalista e a telúrica de *trabalho*.

Na construção de nosso dispositivo de análise, buscamos a noção de *matriz parafrástica* para tratar da filiação dos sentidos produzidos a partir do material simbólico que denominamos *recorte fílmico*, no intuito de distingui-lo do *recorte discursivo* verbal que efetuamos no momento analítico. Assim, acreditamos ser possível definir, com base nesse material, no mínimo, duas matrizes de sentidos: uma relacionada ao *trabalho* manual, e outra ao *trabalho* industrial.

Com base no estudo que realizamos das noções teóricas de *trabalho*, mobilizadas pela Filosofia e Sociologia, entendemos que a primeira dessas formas de *trabalho* relaciona-se à forma artesanal de produzir bens de consumo, e tem como característica principal o *trabalho* do homem articulado à natureza. A partir disso, decidimos denominar esta modalidade de *trabalho* como sendo parte de uma *perspectiva telúrica* de trabalho, representada no *recorte fílmico* por cenas de agricultura, artesanato, pecuária, coleta de frutos, assim como outras tarefas que relacionam o homem com a instância natural. Relação essa na qual o trabalhador realiza todo o processo do *trabalho*, como, por exemplo, da criação do animal até seu abate e conseqüente consumo alimentar.

A segunda modalidade de *trabalho* representada no *recorte fílmico* diz respeito ao *trabalho industrial*, mecanizado, relacionado às determinações capitalistas ditadas pela sociedade do consumo. Sendo que a principal característica dessa modalidade é a segmentação do *trabalho* do homem em diferentes etapas de produção, nas quais, diferentes trabalhadores desempenham as distintas funções até chegar ao produto final, o qual segue da cadeia de produção (industrial) para a de negociação (comercial).

Elaborando estas redes de significação na própria construção do objeto que estamos estudando, objetivamos evidenciar o contraste existente entre essas duas concepções de *trabalho*, ou seja, essas duas formas de relação do sujeito com os dizeres existentes sobre esta noção. Assim, um conceito importante é o de *formação discursiva*, já que ela funciona como o lugar em que os dizeres do sujeito do discurso têm sua filiação ideológica determinada, onde o sujeito toma posição e o seu dizer passa a constituir uma rede de saberes estruturada pelo Sujeito-universal, ou passa a questionar os saberes da FD.

4.1.1 A construção do objeto de análise

Na AD, o *arquivo* é concebido como um objeto teórico a ser construído pelo analista, e não um dado empírico sobre o qual se processa a análise. A noção de *arquivo* deve ser pensada no contexto da divisão social do trabalho da leitura, pois este se inscreve numa relação de dominação política em que a alguns é dado o direito de interpretar, enquanto a outros é relegada a tarefa de manutenção das interpretações legitimadas por cientistas e autoridades, por exemplo. Portanto, a leitura do *arquivo* já parte de um ponto de vista que tem sua origem nas determinações sociais. Pêcheux (1994) afirma que o nó central da leitura de

arquivo consiste em perceber a relação entre a *língua*, entendida como sistema sintático passível de jogo, e a *discursividade*, concebida como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história.

Guilhaumou e Malidier (1994) afirmam que o *arquivo* nunca é dado *à priori*, seu funcionamento é opaco e a identificação institucional (data, nome próprio...) utilizada pelos historiadores em seus trabalhos é insuficiente para pensar o funcionamento do arquivo, sua inscrição histórica, seu direcionamento ideológico. Deve-se, então, remeter o *arquivo* ao interdiscurso, aos outros textos que com ele possam manter relações. Essa é a prática atual da AD, em que regimes múltiplos de produção, circulação e leituras de texto são convocados para a construção do *arquivo*. Os autores dizem, ainda, que o *arquivo* não é um reflexo passivo de uma realidade institucional como o querem os historiadores, ele é ordenado por sua abrangência social; não é simples documento, ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.

O *arquivo* sobre o qual nosso trabalho é composto - os documentários Powaqatsi (1988) e Koyaanisqatsi (1983) - exclusivamente por imagens e sons. Logo, a dispersão deste *arquivo* não é tão ampla quanto a de outros tantos, visto que ele próprio é uma montagem que tem como interdiscurso uma quantidade infinita de cenas, no entanto, apenas aquelas que interessavam ao objetivo do diretor foram inseridas na edição final dos filmes.

A construção do objeto de análise desta pesquisa resultou da transformação dos dois documentários acima citados, sendo que cada um deles tem duração total de 90 minutos, em um *recorte fílmico* sobre o *trabalho humano*. Neste processo, exerci o papel de organizadora dos discursos contidos nos documentários de forma a conferir-lhes uma única temática e, para isso, todas as cenas que não tratavam de relações de *trabalho* foram excluídas do projeto, enquanto as cenas que representavam diferentes formas de *trabalho* foram selecionadas. Entretanto, não seria possível incluir, no *recorte fílmico*, todas as cenas que tratavam deste tema, assim, uma nova etapa de recorte de cenas teve de ser realizada, a partir do conjunto de cenas que representavam formas de *trabalho*, com o objetivo de apresentar a *perspectiva telúrica* e a *capitalista* sobre o *trabalho* em um só *recorte fílmico*. Importante salientar aqui que essa delimitação temática resultou no que denominamos *corpus de arquivo*, ou seja, nosso *arquivo* é constituído pelos dois documentários; entretanto, não é a integralidade dos documentários que é apresentada para os sujeitos espectadores, mas um *recorte fílmico*, nosso *corpus de arquivo*, produzido com base em determinadas cenas dos referidos documentários.

Toda a pesquisa envolve condições de produção determinadas; em nosso caso, o tempo, em sentido estrito, era muito preocupante, pois o *recorte fílmico* deveria ser sucinto e,

ao mesmo tempo, representativo o suficiente para que as duas formas de trabalho contempladas fossem devidamente percebidas, pois este *recorte fílmico* seria exposto à interpretação posterior. Logo, o trabalho de recorte e montagem das cenas selecionadas resultou em um *recorte fílmico* de 10 minutos, breve o suficiente para apresentar o tema *trabalho* e para suscitar interpretação e discussão em momento posterior como será exposto na próxima seção.

4.1.2 O trabalho de interpretação do recorte fílmico

Nossa pesquisa tem três momentos distintos: no primeiro deles, temos a seleção de cenas dos documentários e montagem do *recorte fílmico*; no segundo, levamos o *recorte fílmico* para a interpretação dos alunos em sala de aula; e, no terceiro, analisamos as *seqüências discursivas de referência*, recortadas dos textos produzidos pelos alunos. Vamos nos deter aqui na explicitação dos procedimentos do terceiro momento da pesquisa.

O terceiro momento de nossa pesquisa, portanto, consistiu em analisar as interpretações produzidas a partir do *recorte fílmico* por três grupos de alunos de primeiro e quarto anos pertencentes ao curso de Letras da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Faz-se importante esclarecer que o tema do *recorte fílmico* não foi anunciado previamente aos alunos/espectadores, pois, já que eles deveriam interpretar o material que assistiriam, seria melhor não dizer nada que pudesse direcionar a produção deles. Acreditamos que este cuidado talvez possibilitasse o surgimento de discursos em que o gesto de autoria estivesse presente. Vale também ressaltar que estamos pensando a autoria no interior da teoria do discurso, ou seja, trabalhamos com a concepção de *função autor*, de *efeito-autor*, e nunca com um indivíduo produtor de sentidos originais.

Mas, quem são esses sujeitos espectadores que interpretaram nosso *recorte fílmico*? A escolha do público espectador foi feita com base na minha ligação com a universidade na qual cursei a graduação em Letras; a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E, também, por que meu desejo não era o de obter a opinião de especialistas em cinema ou estudiosos da categoria *trabalho*; mas sim de leigos, para perceber como a imagem atua no processo de produção de sentido. Um ponto que foi decisivo na escolha do público espectador para a realização desta pesquisa, foi o número de pessoas que iriam participar da pesquisa. O

número não poderia ser muito reduzido, e, ao mesmo tempo, não poderia ser muito extenso devido ao tempo que teríamos para a posterior produção das análises.

Com base, então, nessas questões, escolhemos três grupos de alunos da FURG aos quais o *recorte filmico* foi apresentado, sendo um grupo pertencente ao primeiro ano de graduação do curso de Letras da já citada instituição; e os outros dois grupos pertencem um ao turno da manhã do quarto ano de graduação do mesmo curso e da mesma universidade, e o outro, ao turno da noite também do quarto ano de graduação em Letras daquela instituição. Para isso, foram realizadas três apresentações do *recorte filmico* - que foi projetado em telões a partir de um *datashow* - uma para cada turma, com a diferença de que o grupo pertencente ao primeiro ano de graduação assistiu à apresentação visual, exclusivamente, devido a um problema na saída de som do computador utilizado para a apresentação, fato que ocasionou a impossibilidade de escutar o som que acompanha o recorte.

Esse imprevisto até poderia ter sido planejado e havíamos (eu e minha orientadora) mesmo pensado nessa possibilidade - pois a ausência ou presença de som na apresentação das cenas também é um elemento constitutivo da interpretação -, mas não cheguei a planejar a execução da mesma e ela acabou acontecendo por outros motivos. O resultado disso, nas reflexões, foi menos determinante do que esperávamos, pois o som foi percebido pelas turmas de quarto ano (que assistiram ao *recorte filmico* com áudio) juntamente com a calma ou agitação das cenas, também representadas na instância visual. Mas, um fato interessante que notei, durante a apresentação das cenas sem áudio, foi uma maior tensão da turma do primeiro ano, o que resultou numa maior seriedade dos alunos ao longo do tempo em que assistiram ao material. A meu ver, essa turma respondeu de uma maneira formal à atividade. Já as turmas de quarto ano estavam mais à vontade, e, inclusive, encararam a atividade de forma lúdica, rindo e brincando com os colegas enquanto a seqüência era apresentada. O som, portanto, produziu um clima mais descontraído às apresentações para as turmas de quarto ano, enquanto a turma de primeiro ano experimentou a tensão de assistir às cenas em meio ao silêncio que as acompanhava.

Apresentadas as condições de produção desta pesquisa, vamos, agora, passar para a explicitação da metodologia utilizada no primeiro momento da pesquisa, a construção do *corpus de arquivo*, e, também, no terceiro momento, a análise do *corpus experimental*.

4.2 Segmento e recorte

A noção de *recorte* é essencial, pois se trata de um deslocamento da noção de *segmento*, que opera na Lingüística. A peculiaridade do *recorte* é que ele compreende a materialidade lingüística e a histórica, o que faz com que o analista de discurso, ao recortar um texto, o faça a partir de determinações históricas e ideológicas, e não apenas lingüísticas. O *recorte* resulta de teoria e é uma construção, pois, através dele, se chega à representação das relações textuais referidas às condições em que estas foram produzidas.

Dessa forma, procura-se não perder de vista a constituição heterogênea do discurso, visto que o *recorte discursivo* compreende tanto a língua quanto a situação. Orlandi (1984) caracteriza o *recorte* como um *naco, pedaço, fragmento*; pois ele não é segmento mensurável em sua linearidade, sua constituição é intervalar, tal qual o sentido que não se encontra atrelado ao sujeito ou à palavra, mas ao espaço discursivo constituído entre os enunciadores. Isso também acontece com o *recorte* do texto imagético, pois sua constituição é heterogênea, e o efeito de sentido que dele deriva depende das condições de sua produção e das condições de produção de sua leitura. Podemos dizer, assim, que essa materialidade não determina apenas um sentido, mas serve de suporte a partir do qual o processo de interpretação se dá, em busca dos processos de significação e seus efeitos de sentido. Observamos que a materialidade fílmica (imagem e som) pode ser recortada e interpretada da mesma forma que uma materialidade lingüística.

Nesta pesquisa, o trabalho com o *recorte* tem dois momentos: o primeiro se refere à seleção das cenas que fazem parte de nosso *recorte fílmico*, o qual foi constituído a partir da representação imagética (e sonora) da noção de *trabalho*. Assim, há um deslocamento da noção de *recorte* que vai da materialidade lingüística à materialidade imagética, desde que se considere a característica peculiar desta, suas formas de recepção distintas. Logo, sabendo que as materialidades simbólicas não-verbais também são constituídas pela instância histórico-social, pelo sujeito-autor e pelo sujeito que as interpreta, podemos produzir recortes e mobilizá-los para o trabalho de interpretação.

O segundo momento da construção dos recortes em nossa pesquisa tem como base as interpretações produzidas pelos alunos/espectadores sobre o *recorte fílmico*, pois delas serão recortadas *seqüências discursivas* representativas das tomadas de posição desses sujeitos. Neste momento, estaremos tratando de um *recorte discursivo* constituído pela materialidade lingüística, e a definição das *seqüências discursivas* será dada pelas posições de sujeito

evidenciadas na formulação das interpretações. Nas análises vamos remeter os efeitos de sentido produzidos ao *interdiscurso*, já que ele trabalha tanto na constituição quanto na formulação dos dizeres, no intuito de demonstrar a não-coincidência dos saberes que co-habitam na formação discursiva dominante.

4.3 *Corpus* discursivo

Courtine define o *corpus* discursivo como “*um conjunto de seqüências discursivas estruturado segundo um plano definido com referência a certo estado de condições de produção do discurso*” (1981, p. 23). O *corpus* é, portanto, produto de um gesto de interpretação, pois sua seleção está relacionada aos objetivos de pesquisa do analista que, em AD, têm ligação direta com o processo de produção do discurso.

Courtine também afirma que, para delinear o *corpus discursivo*, devemos partir de um “*universal discursivo*” (Ibid.) que, segundo Dubois (1969), seria o conjunto de discursos que podem ser analisados a partir da delimitação de um “*campo discursivo de referência*”. A partir do *campo discursivo*, serão extraídas as *seqüências discursivas* que serão submetidas à análise. Segundo Courtine (1981), as noções de *seqüência discursiva* e *seqüência discursiva de referência* devem ser consideradas com relação a um sujeito de enunciação, às coordenadas espaço-temporais que as constituem, assim como às condições mais circunstanciais de sua produção. O autor ressalta que uma *seqüência discursiva* deve ser determinada pela sua pertinência no interior de uma conjuntura histórica, assim como pelas condições nas quais ela é produzida, e pelas relações que ela mantém com outras formulações. Essas relações podem ser de oposição, de aliança, de resposta e auxiliam na descrição do quadro institucional e as circunstâncias enunciativas de produção das seqüências.

A noção de *seqüência discursiva* é muito importante, pois são as seqüências analisadas que indicam o caráter *simples* ou *complexo* de um *corpus discursivo*. Nesta pesquisa, cada uma das seqüências imagéticas recortadas pode ser tomada como uma *seqüência discursiva não-verbal*, e relaciona-se com o que Courtine (1999) chama de “*nível do enunciado*” (p.18), pois cada uma dessas seqüências deve ser considerada quanto à sua existência vertical, ou seja, quanto à relação que mantém com “*enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas*” (Ibid.). Em nosso trabalho, reescrevemos ‘formas lingüísticas’ de que fala Courtine como ‘materialidades

simbólicas' para dar conta também das imagens-outras que se relacionam àquelas que estão sendo apresentadas.

Courtine (1981) diz que o *corpus* pode ser constituído a partir de um *corpus* pré-existente e, neste caso, será denominado *corpus de arquivo*; ou, a partir de respostas obtidas através de questionários ou entrevistas, obter-se-á um *corpus experimental*. O autor ainda considera que cada um destes *corpus* possa ser caracterizado como *simples* ou *complexo* de acordo com: o número de seqüências discursivas que os compõem; o número de locutores que produzem as seqüências discursivas analisadas; a homogeneidade ou heterogeneidade das posições ideológicas que constituem o *corpus*; a produção do *corpus* em relação à diacronia ou sincronia. Assim, um *corpus* constituído de material pré-existente é chamado *corpus de arquivo* e se houver apenas uma seqüência discursiva a ser analisada, produzida por um único locutor, representando a homogeneidade da posição ideológica em uma perspectiva sincrônica, este *corpus* será denominado *corpus de arquivo simples*. Enquanto um *corpus* constituído por duas ou mais seqüências discursivas, produzidas por locutores distintos, representando posições ideológicas heterogêneas em perspectiva diacrônica será chamado *corpus de arquivo complexo*.

Com base no que precede, entendemos que, as seqüências de imagens que compõem nosso *recorte filmico* foram produzidas em diacronia (1983/1987) e representam posições ideológicas heterogêneas, podemos afirmar então que nosso *corpus de arquivo* é *complexo*. Já quanto ao *corpus experimental*, constituído por *seqüências discursivas de referência* extraídas das interpretações produzidas pelos alunos/espectadores, também podemos caracterizá-lo como *complexo*, pois as seqüências analisadas foram produzidas por locutores diferentes com posições ideológicas distintas. Na verdade, o próprio fato de estarmos trabalhando com um *corpus de arquivo*, constituído por seqüências discursivas imagéticas, e um *corpus experimental*, constituído por seqüências discursivas de natureza lingüística, já caracteriza, em nosso entender, esta construção de *corpus* como complexa. Vale salientar ainda que há uma relação de interdependência entre o *corpus de arquivo* e o *experimental* nesta pesquisa, de forma que ambos não podem ser tomados como *corpora* porque constituem um objeto indissociável.

Relembramos, portanto, que o *arquivo* desta pesquisa é composto pelos dois documentários de Reggio – Koyaanisqatsi e Powaaqatsi – na sua íntegra; o *corpus de arquivo* constitui-se a partir do *recorte filmico* elaborado com base na delimitação da temática *trabalho*; e o *corpus experimental* é constituído pelas interpretações produzidas pelos sujeitos espectadores.

Segundo Courtine, há três princípios a que a constituição do *corpus* deve responder: a) *exaustividade*, ou seja, nenhum fato discursivo deve ser deixado de fora do corpus; b) *representatividade*, ou seja, não se deve depreender uma lei geral de um fato constatado apenas uma vez; c) *homogeneidade*, garantida pelas condições de produção. No entanto, alguns desses princípios destoam um pouco das concepções de outros teóricos com relação à construção do *corpus* discursivo. Orlandi discorda do critério de *exaustividade* de Courtine, pois ele aponta uma noção de *corpus* homogêneo, dotado de completude, e propõe a exaustividade vertical, que corresponde à profundidade das análises empreendidas.

Quanto ao critério de *representatividade* ele se mostra bastante profícuo nas análises em geral, pois como não é possível contemplar todos os fatos correspondentes a determinado *corpus*, é necessário que as seqüências recortadas sejam capazes de representar o todo ao qual a análise se refere. Para a composição de nosso *corpus de arquivo*, por exemplo, foram recortadas algumas cenas totalizando, aproximadamente, 10 minutos de um arquivo de mais de 180 minutos, o que significa que elas representam o todo do qual fazem parte. Já quanto às seqüências discursivas que constituem o *corpus experimental*, buscamos agrupá-las em recortes discursivos, de forma a evidenciar o caráter de representatividade de uma tomada de posição.

O critério da *homogeneidade* também é alvo de críticas, pois, ao concebermos a FD como heterogênea, as condições de produção também o são e, nesse caso, torna-se difícil tentar aplicar este critério ao *corpus*. Trabalhar com a homogeneidade implica no apagamento das condições de produção deste discurso, e a elisão da heterogeneidade constitutiva de qualquer discurso.

Maingueneau (1997) propõe para a delimitação do *corpus* três noções: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. A primeira é “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura” (p. 116), trata-se de um conjunto irrepresentável. Em nossa pesquisa podemos dizer que o *universo discursivo* corresponde à totalidade das temáticas representadas nos documentários Koyaanisqatsi e Powaaqatsi, que constituem o nosso *arquivo*.

O *campo discursivo* é definido “como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região.” (Ibid.). O autor ressalta que o *campo discursivo* deve ser recortado em decorrência de hipóteses explícitas, relacionadas ao trabalho de análise, e não de uma partição do *universo discursivo*. De acordo com Orlandi, é no interior do *campo*

discursivo que o discurso se constitui. Portanto, em nossa pesquisa, ele remete à temática *trabalho*, delimitada na produção do *recorte fílmico*, o *corpus de arquivo* desta pesquisa.

O *espaço discursivo*, por sua vez, “*delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantém relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 117). O autor diz, ainda, que este *espaço* deve ser definido pelo analista, de acordo com os objetivos de sua pesquisa, visto que as FDs se opõem diferentemente no interior do *campo discursivo*, o que leva o analista a ter de decidir quais oposições são fundamentais, e quais não têm um papel essencial para o seu trabalho.

O *espaço discursivo* que delimitei para análise do *corpus de arquivo* é composto pelas FDs que representam as duas concepções de *trabalho* distintas: o modo de produção capitalista, ou seja, a *FD capitalista*; e outra que corresponde ao modo de produção telúrico, ou *FD telúrica*. Nas interpretações produzidas pelos sujeitos espectadores, das quais extraímos as seqüências discursivas que constituem nosso *corpus experimental*, percebemos também a intervenção de outras FDs como, por exemplo, a *FD marxista*, que traz em sua base o conceito de *reificação* do homem; e uma *FD* que podemos remeter à área *da Sociologia do Trabalho* e que sustenta os conceitos de trabalho em série, padronização, homogeneização, cadeia de produção entre outros. Saliento que estas duas últimas FDs não serão analisadas isoladamente nesta pesquisa, mas na sua relação com a *FD capitalista* - única que está sendo considerada para visualizar a tomada de posição do sujeito interpretante do discurso. Isso porque entendemos que é a introdução de discursos provenientes de outras regiões de saber no interior da *FD capitalista* que lhe dá um caráter heterogêneo.

Passaremos agora para o quinto capítulo desta pesquisa, momento em que o *corpus experimental* será mobilizado para produzirmos as análises discursivas.

5 MOMENTO ANALÍTICO

A análise de um *corpus*, na teoria do discurso, trata-se não de descrição, mas de interpretação como já foi dito anteriormente; logo, todas as leituras que serão aqui construídas não passam de possibilidades. Dentre esta imensa gama de possibilidades, desejo delinear o que está no horizonte daquela que guia este trabalho, pois concordo com Pêcheux (1988) em relação ao seguinte fato: se há algo a revelar, através do estudo das relações de *reprodução/transformação* das relações de produção, é o “processo objetivo” que, embora não seja constatável, pode ser descoberto, “desvendado”.

Esse “processo objetivo” trata-se da instauração e manutenção de uma relação de *desigualdade/subordinação* entre a formação ideológica dominante e as outras formações ideológicas existentes em uma sociedade. Dessa assimetria, resulta a constatação de que tanto o sujeito quanto o sentido são evidentes, óbvios elementos de uma formação social dada, e não de uma realidade produzida/reproduzida/transformada exatamente por sujeitos e sentidos que se constituem mutuamente. Nesse jogo de esquecimentos, emerge o discurso que, com suas marcas que revelam a existência de determinações ideológicas anteriores à sua formulação, marca uma posição de classe entre as demais no seio de uma mesma formação social.

Nossa tentativa, ao longo das análises realizadas sobre as interpretações produzidas pelos sujeitos espectadores, foi a de contemplar todas as formas de relações dos sujeitos do discurso com a formação ideológica dominante no momento histórico atual, século XXI, e na formação social ocidental - representada aqui pela FD capitalista. Algumas dessas formas de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos se repetiram, mas em nossa pesquisa não vamos privilegiar apenas os casos hegemônicos, por isso, analisamos também as tomadas de posição que destoaram dos saberes sustentados pela Forma-sujeito da FD dominante. Objetivamos, assim, compreender as diferentes concepções de *trabalho* que são oferecidas, como pré-construídos, para os sujeitos sociais do mundo contemporâneo e, sabendo que o sentido não pode ser unívoco, mobilizamos os diferentes efeitos de sentidos que se instauraram sobre o tema *trabalho*, no processo de interpretação da materialidade discursiva.

Nosso objetivo, portanto, é construir diferentes redes discursivas de sentidos com base em nossas análises para compreender o funcionamento dessa noção na *práxis* social. Considerando que as duas formas de *trabalho* – *telúrica* e *capitalista* - mobilizadas no *recorte fílmico* são “objetos imaginários”, constituídos por “formações imaginárias” (Pêcheux, 1997,

p. 83) que atuam na ordem social, não podemos esquecer que, ao produzir sentidos, o sujeito interpretante do discurso estará resgatando saberes que têm sua origem nestas *formações imaginárias* produzidas na coletividade e atravessadas pelas ideologias.

Para definir as *seqüências discursivas de referência* que serão analisadas aqui consideramos as tomadas de posição dos sujeitos interpretantes quanto à noção de *trabalho*, para perceber a caracterização das duas formas que ele pode assumir, *abstrata* ou *telúrica*. A primeira delas corresponde ao modo de produção capitalista – *trabalho abstrato* - que está sendo tomado aqui como efeito de sentido dominante no interior da FD capitalista; a segunda – *trabalho telúrico* - representa um efeito de sentido que se insere na FD capitalista através da contra-identificação dos sujeitos do discurso com os saberes que constituem esta FD.

Pêcheux diz que “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela...” (1997, p. 314). Portanto, em nosso entender, o atravessamento de discursos-outros na formulação do sujeito também será considerado como um movimento de introdução de saberes, pertencentes a outros domínios de saber - como seria o caso da *FD telúrica*, *FD marxista* e *FD da Sociologia do Trabalho* -, no interior da FD dominante ou capitalista. Pêcheux também se refere a “uma relação de entrelaçamento desigual da FD com um exterior” (Ibid.) que obriga a AD “a descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD” (Ibid.). O autor, portanto, percebe que a instalação de saberes heterogêneos no interior de uma FD, e com eles uma situação de confronto, é um processo inerente à produção dos efeitos de sentido e, então, refere-se a “uma espécie de **vacilação discursiva**” (PÊCHEUX, 1997, p. 314 – grifo nosso) que afeta a FD e que, em nosso caso, seria uma noção produtiva para dar conta da incorporação de saberes pela FD dominante através do contato com “seqüências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas” (Ibid.). Essa discussão é absolutamente profícua para esta pesquisa, pois em nosso *corpus experimental* há uma posição-sujeito que não pode ser considerada a partir da inserção, ou não, do sujeito do discurso na mesma posição sustentada pela forma-sujeito da FD dominante. Estamos falando dos casos em que o sujeito interpretante do discurso não toma uma posição definida, pois produz *enunciados divididos* a partir dos quais não é possível afirmar cabalmente que seu posicionamento seja favorável ou contrário aos saberes da FD capitalista.

Neste caso, o sujeito espectador produz sentidos situado no limiar entre a *identificação* e a *contra-identificação*, pois ele ainda está à deriva, à procura de seu lugar no interior da FD capitalista ou de outra FD. Por isso, identificamos este sujeito interpretante do discurso como

o *sujeito do vacilo*. Pêcheux (1997) denomina *sujeito do vacilo* aquele sujeito que, mesmo identificado com determinada FD, não pode impedir a “irrupção imprevista de um discurso-outro” (p. 317) no fio-do-discurso, o autor ainda questiona: “O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o ‘ego-eu’ vacila?” (Ibid.), demonstrando-nos que pode haver implicações da ordem do inconsciente nos processos de interpelação ideológica e produção do sentido. A noção de *sujeito do vacilo* vem ancorada na idéia de *vacilação discursiva*, pois este processo aponta para a impossibilidade de situarmos determinada seqüência discursiva no interior de uma FD A, B ou C e, conseqüentemente, será impossível identificar a tomada de posição do sujeito do discurso que a proferiu.

Seguindo Grantham (2001), entendemos que o sujeito interpretante do discurso que não se identifica com a forma-sujeito da FD e também não se identifica com a posição-sujeito que questiona os saberes da FD capitalista a partir de seu interior, pode ser considerado como um leitor que se inscreve em uma posição-sujeito e FD distintas daquelas do sujeito-autor. Inserimos nesta possibilidade os casos em que os leitores produziram sentidos a partir de temáticas distintas daquela definida no *recorte fílmico*. Denominamos esta forma de interpretação como *polissêmica*, tomando como base a distinção entre *leitura parafrástica* e *leitura polissêmica* efetuada por Orlandi (1987, p. 200) que define a primeira como *reconhecimento do sentido* dado ao texto pelo autor e a segunda como *atribuição de múltiplos sentidos* ao texto.

Elaboramos, então, cinco recortes para analisar as seqüências discursivas de referência, as quais foram organizadas a partir das *tomadas de posição* dos sujeitos do discurso. Os três primeiros organizam-se em torno das principais formas de subjetivação, com relação ao tema *trabalho*, apresentadas pelos alunos nas formulações das suas interpretações. O *primeiro recorte* representa um sujeito plenamente identificado com a forma-sujeito da FD capitalista e o *segundo*, um sujeito que questiona os saberes dessa FD, contra-identificando-se com eles. No *terceiro recorte*, analisamos as seqüências que apresentam *enunciado dividido*; a partir delas, não é possível identificar um posicionamento específico do sujeito que interpreta, por isso, relacionamos esta forma de tomada de posição ao *sujeito do vacilo* e a impossibilidade de filiação do seu discurso a determinada FD implica na *vacilação discursiva* desse sujeito.

O *quarto* e o *quinto* recortes, apesar de constituídos por seqüências discursivas produzidas por sujeitos também inseridos na FD capitalista, não representam explicitamente a tomada de posição do sujeito do discurso quanto à noção de *trabalho*. No primeiro deles, os sujeitos do discurso caracterizam as formas de *trabalho* abordadas no *recorte fílmico*, mas

sem deixar clara sua identificação ou contra-identificação com o *trabalho telúrico* ou *capitalista*. Apesar de não proporcionarem a identificação da posição ocupada pelos sujeitos interpretantes do discurso quanto às relações de trabalho na sociedade capitalista contemporânea, ainda assim sabemos que essas seqüências discursivas são produzidas por sujeitos que se inserem, de alguma forma, na FD capitalista. Os *recortes 4 e 5* foram mobilizados para dar conta de outra questão que nos interessa, o processo de *recepção* da materialidade imagética, já que nessas seqüências os sujeitos do discurso retomam pontos que revelam a constituição heterogênea do *recorte fílmico* e, também, a influência de suas histórias de leituras na produção dos efeitos de sentido.

Nossos recortes discursivos, analisados a seguir, serão construídos com seqüências discursivas de referência identificadas como segue:

- a) turma **1** (4º ano-manhã), textos de 1 a 19. Por exemplo: **TX 5; TU 1**.
- b) turma **2** (1º ano-noite), textos de 1 a 36. Por exemplo: **TX 30; TU 2**.
- c) turma **3** (4º ano-noite), textos de 1 a 17. Por exemplo: **TX 7; TU 3**.

5.1 Plena identificação com a FD capitalista

Neste recorte, apresentamos algumas seqüências discursivas que representam uma posição-sujeito de *plena identificação* com os saberes da FD capitalista. Considerando que esta é a FD dominante e representa a relação de produção do modo capitalista - como sentido logicamente estabilizado - podemos dizer que essa tomada de posição proporciona a reprodução dos saberes mantidos pela FD dominante; assim como o apagamento dos efeitos de sentidos provenientes de outras FDs, que também poderiam ser mobilizadas para tratar da noção de *trabalho*. Tomando a concepção *abstrata* de *trabalho* como um *objeto imaginário*, podemos dizer que ela representa o efeito de sentido dominante, pois esse se encontra sedimentado através do retorno da memória discursiva.

Grantham (2001) trata dos distintos modos de relação do sujeito interpretante do discurso com a posição-sujeito do autor de um texto sobre o qual se estabelece a interpretação. Nesta pesquisa, deslocamos a relação do sujeito interpretante com o posicionamento do autor para a relação do sujeito interpretante com a forma-sujeito da FD. Assim, podemos perceber que, na constituição destes discursos, funcionam pré-construídos e discursos transversos que retornam, através de um processo de repetição, a um efeito de

sentido cristalizado. Ao formular seu discurso, o sujeito ocupa a *função-autor*, pois reproduz efeitos de sentido estabelecidos pela FD dominante, e não chega a constituir um *efeito-autor*. Vejamos como ocorre este processo.

SD1: *De acordo com as cenas tem-se a interpretação do modo como evoluíram os meios de produção. **Passou do escravo ao maquinário, num instante.*** (TX 22; TU 2)

SD2: *Com base no vídeo assistido (...) podemos analisar primeiramente um tipo de trabalho no qual as pessoas parecem ser bastante **exploradas** e trabalham num lugar **desumano e impróprio**, e no qual **certamente** os empregadores aproveitam-se da mão-de-obra barata e da baixa condição social para explorarem seus empregados. Num segundo plano podemos notar a industrialização com os trabalhadores tendo um lugar **digno** para trabalhar.* (TX 13; TU 2)

SD3: *... quanto mais o tempo passa, mais a tecnologia evolui. Hoje em dia o trabalho braçal é **ajudado** por robôs, por máquinas (...) as imagens fazem um contraponto entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores das indústrias – ambos têm um trabalho árduo – sendo que no segundo há a **ajuda da tecnologia.*** (TX 17; TU 1)

SD4: *A apresentação do vídeo mostra a **evolução humana no trabalho.** Antes, trabalhos manuais e condições precárias, quase uma vida subumana, por exemplo, nos garimpos. Hoje, desde as grandes montadoras a pequenos supermercados utilizam **recursos tecnológicos**, tornando as condições dos trabalhadores **um pouco melhores.*** (TX 16; TU 1)

SD5: *... a industrialização, as máquinas tomando conta da mão-de-obra braçal, mostram a **grande facilidade de se fazer produtos com a utilização das máquinas.** De um lado o trabalho mais difícil e do outro o mais prático.* (TX 12; TU 3)

SD6: *... as imagens apresentadas estão divididas em **duas partes**, a primeira, **em câmera lenta tenta** reproduzir o quão vagaroso é o trabalho realizado pelos homens sem o uso de máquinas. Numa segunda parte, as imagens são reproduzidas em uma **velocidade acelerada***

transmitindo a idéia de que as máquinas tornam as tarefas mais fáceis e rápidas. As imagens refletem uma situação rotineira da vida, em ritmos distintos... (TX 9; TU 3)

Na SD1, o sujeito espectador interpreta o *recorte fílmico* como a representação da evolução dos modos de produção, ou seja, sua interpretação foca a perspectiva capitalista de trabalho com base no imaginário de que a mudança da escravidão - provavelmente as cenas da forma telúrica de trabalho - para a utilização de máquinas - cenas da perspectiva industrial de trabalho - aconteceu “*num instante*”. O uso dessa expressão atualiza um pré-construído de que a evolução dos meios de produção foi rápida e sem percalços, dizer em que emerge um *efeito de memória* cristalizado pelo sentido dominante, e que esconde o discurso sobre a luta de classes que sempre foi silenciado. A retomada de um discurso da ordem do já-dito demonstra que o sujeito formula seu discurso a partir de efeitos de sentido sedimentados pela repetição, exercendo, assim, a *função-autor* sem articular saberes contraditórios ou heterogêneos.

Na SD2, o sujeito espectador caracteriza positivamente a industrialização, devido à melhoria das condições de trabalho que o modelo de produção em massa proporcionou. O uso da expressão “*lugar digno*” para definir este modelo de trabalho indica sua identificação plena com os saberes regulados pela Forma-sujeito da FD capitalista. Essa interpretação aponta-nos, também, o silenciamento de um *discurso-outro* que pode ser retomado interdiscursivamente, e representa os malefícios da evolução dos modos de produção, pois, para que um sistema social vigore, os discursos contrários a ele devem ser esquecidos, silenciados, apagados pelo efeito de sentido dominante. Essa seqüência constitui, portanto, um exemplo da eficácia do apagamento dos discursos-outros na formulação do sujeito interpretante.

Na SD3, o sujeito do discurso relaciona a forma capitalista de *trabalho* com a evolução tecnológica ao dizer que esta auxilia os trabalhadores das indústrias. A falta de questionamentos pode ser apontada como identificação do sujeito do discurso com os saberes da FD capitalista, a crença do sujeito interpretante no auxílio da evolução tecnológica para o trabalhador constitui uma forte marca de sua identificação com os saberes desta FD. Comparando as duas formas de trabalho apresentadas no *recorte fílmico*, o sujeito espectador diz que em ambas o trabalho é “*árduo*”, apesar de a segunda forma receber “*ajuda da tecnologia*”, ou seja, o sujeito interpretante enuncia a partir de uma posição-sujeito que defende a perspectiva de que a evolução tecnológica só trouxe melhorias para o trabalhador. Assim, quando este sujeito do discurso considera essas duas formas de trabalho, propondo sua

equivalência, podemos dizer que sua interpretação se insere na ordem da repetição de um dizer cristalizado e demonstra sua identificação com os saberes da ideologia dominante.

Na SD4, percebemos uma interpretação positiva da forma capitalista de trabalho, pois, no entender deste sujeito espectador, as imagens representam a “*evolução humana no trabalho*”, e a qualificação negativa da perspectiva telúrica de trabalho através das construções: “*condições precárias*” e “*vida subumana*”. Ao dizer que os recursos tecnológicos tornam “*as condições dos trabalhadores um pouco melhores*”, o sujeito interpretante marca através do advérbio “*pouco*” a existência de um discurso-outro que revela a insuficiência dos avanços tecnológicos para a melhoria da vida dos trabalhadores.

Na SD5, o sujeito espectador caracteriza a forma telúrica de trabalho como algo “*mais dificultoso*” e a capitalista como algo “*mais prático*”, ou seja, temos a qualificação negativa da primeira e a positiva da segunda. A partir disso, já podemos perceber a identificação deste sujeito com a FD capitalista; também temos a “*grande facilidade*” proporcionada pela utilização de máquinas no processo de produção, formulação em que, além da qualificação efetuada através do adjetivo “*fácil*”, temos a intensificação deste com o advérbio “*grande*”, o que aponta para uma interpretação que se baseia nos modelos através dos quais cada uma das formas de trabalho se realiza.

Na SD6, a leitura do sujeito espectador revela a percepção de que o *recorte filmico* é dividido em “*duas partes*”, com base nos *ritmos* distintos em que as cenas são apresentadas. Isso nos leva a pensar que sua interpretação foi influenciada pela característica particular da materialidade simbólica apresentar ritmo, já que algumas cenas eram aceleradas e outras não; assim como pela instância sonora que, de forma minimalista, complementa o plano visual. O funcionamento particular da materialidade não-verbal deixou marcas na interpretação desse sujeito, e a percepção das duas formas cotejadas, *trabalho* e *trabalho abstrato*, demonstra a emersão do interdiscurso no fio-do-discurso.

A idéia de que as máquinas tornam o trabalho humano mais “*fácil*” e “*rápido*” nos indica o caminho da identificação deste sujeito interpretante com a FD capitalista, assim como a definição que ele faz do trabalho: “*situação rotineira da vida*” que revela uma aceitação da realidade dada à *priori* como algo inquestionável, apesar do uso do determinante discursivo “*rotineira*” apontar a existência de um *discurso-outro* contrário ao da aceitabilidade plena do trabalho.

5.1.2 Algumas considerações sobre a plena-identificação

Neste primeiro recorte, tratamos da *interpelação do indivíduo em sujeito* pela formação ideológica dominante, processo no qual as relações sociais instauradas pelo capitalismo produzem-se como efeitos de evidência, conseqüências naturais do processo de desenvolvimento tecnológico. Saber esse que pode ser identificado como pré-construído elementar na tomada de posição de *plena identificação* do sujeito interpretante do discurso com a FD capitalista, processo do qual resulta a reprodução dos efeitos de sentidos estabelecidos pela matriz parafrástica da FD capitalista. Ao analisarmos o pré-construído de que *as máquinas têm oferecido melhorias no processo de trabalho*, percebemos que a produção de sentidos se dá, sobretudo, em torno do *trabalho abstrato* na sociedade atual e está sendo estabelecida com base em uma relação linear, unidirecional entre a imagem e seu referente.

A idéia de imagem como representação d" a" realidade atravessa formulações como um *pré-construído* a partir do qual o *trabalho* é considerado o elemento central da vida das pessoas, como o único capaz de promover o desenvolvimento das sociedades nos dias de hoje. Desse modo, ficam esquecidos os acontecimentos históricos que produziram essa linha de pensamento acerca do conceito de *trabalho*; um apagamento do processo histórico de produção do sentido que se dá em virtude da predominância de discursos tão estratificados que acabam sendo tidos como "a" realidade. No entanto, a *memória discursiva*, muitas vezes, retém os porquês dos fatos e isso acaba voltando no processo de formulação de novos sentidos sobre uma noção tão legitimada historicamente como a do *trabalho*.

O *trabalho* capitalista, qualificado como "*industrial*", "*mecânico*", "*mais rápido*", "*prático*", tem sua existência no interior de uma rede de sentidos que justifica a necessidade e os benefícios desta forma de *trabalho*, também considerada como "*evolução*", "*desenvolvimento tecnológico*". O sujeito do discurso formula estes dizeres com base em saberes constitutivos da formação ideológica que o determina e que produz um efeito de homogeneidade da FD capitalista; assim como ele reescreve, em seu discurso, pré-construídos relacionados a uma concepção de *trabalho abstrato* como a evolução da sociedade industrial e tecnológica; como o progresso das relações de produção; como a única forma de evolução da humanidade; como melhoria das condições de trabalho proporcionada pela ajuda que as máquinas prestam aos trabalhadores.

Saberes estes, constituídos pelo jogo das formações imaginárias e pela *interpelação ideológica do indivíduo em sujeito*, que fazem com que o referente, um *objeto imaginário*, tenha apenas um sentido literal, transparente. Aqui voltamos à questão: não há uma realidade propriamente dita, mas uma *formação imaginária* que projeta os sentidos que aqui denominamos realidade. Nesta pesquisa, é o discurso imagético que funciona como objeto simbólico, como dispositivo que aciona a memória discursiva, processo discursivo constituído com base em pré-construídos que podem ser, a partir de determinado ponto, retomados e reconhecidos. No entanto, a imagem não é transparente, seu funcionamento é opaco, sua gênese não é acessível ao telespectador e, por isso, aquilo que não está sendo explicitamente representado também constitui seu sentido, a partir da determinação ideológica do sujeito.

Portanto, concebendo a imagem como “a ilusão (*phantasma*) que leva a crer na existência de uma realidade” (SICARD, 2000, p. 26), podemos estabelecer, com base no recorte discursivo 1, a forma capitalista de trabalho como “a realidade” das relações de produção da sociedade atual. Esta realidade é produzida por uma *matriz de sentidos* que corresponde à formação ideológica dominante e compreende os seguintes sentidos: modo de produção que propiciou a evolução humana através do desenvolvimento tecnológico do maquinário utilizado no modo de produção industrial; forma de trabalho que facilitou a vida humana.

Com base neste primeiro recorte, entendemos que as peculiaridades inerentes às distintas materialidades simbólicas são constitutivas do sentido, pois foram observados alguns casos de referência à *aceleração/desaceleração* das cenas que constituem o recorte fílmico e, por isso, acreditamos que esta percepção também influenciou a interpretação dos sujeitos espectadores. Interpretação esta que apresentou uma tendência à manutenção de sentidos sobre o tema *trabalho*, produzidos pela FD capitalista, pois os sujeitos espectadores formularam discursos logicamente estabilizados sem romper com eles, sem questioná-los. Essa relação de simetria entre a forma-sujeito da FD e o sujeito do discurso configura o que denominamos de *função-autor*, e demonstra que o processo de interpelação ideológica, quando bem sucedido, impede que o sujeito perscrute outros efeitos de sentido.

Restam-nos, ainda, alguns questionamentos. Será que a tomada de posição de *plena identificação* com a FD capitalista não apresenta nenhum lapso? Será que nas seqüências discursivas analisadas não há, em algum momento, transformação de sentidos? Será que houve livre consentimento? E, a tempo, será que o ritual de assujeitamento foi perfeito? Para responder a estas questões, devemos reler alguns trechos das seqüências que compõem o recorte 1: “*ambos têm um trabalho árduo*” (SD3); “*tornando as condições dos trabalhadores*

um pouco melhores” (SD4); elas podem nos dizer algo que Pêcheux já constatara: *não há ritual sem falhas*, e não há processo de interpelação com cem por cento de eficácia, por fim, sempre restam as *brechas*.

5. 2 Contra-identificação com a FD capitalista

Neste recorte, está representada uma posição-sujeito que integra saberes provenientes do exterior, de outras formações ideológicas, no interior da FD capitalista, produzindo a mobilização dos sentidos constitutivos da forma-sujeito da FD e demonstrando o afastamento dos sujeitos do discurso com relação a estes saberes, sua negação ou transformação, através da *contra-identificação*. Funcionamento protagonizado por um *mau sujeito* que insiste em não reproduzir a realidade dada à *priori*, mas procura constituir um espaço de diferenciação em meio à determinação ideológica; a *contra-identificação* significa a recusa desse sujeito em aceitar plenamente e sem discussão os sentidos logicamente estabilizados em sua FD. As vozes que constituem o seu discurso são heterogêneas e cada uma delas traz algum elemento que desestabiliza os efeitos de sentido hegemônicos das relações de produção capitalistas.

Percebemos que há, no mínimo, duas diferentes formas de *contra-identificação* nas seqüências reunidas neste recorte, logo, elas foram separadas em dois blocos discursivos. Na primeira delas, contemplada no bloco discursivo 1, as seqüências são produzidas com base no pré-construído de que o *trabalho abstrato* acarreta a *reificação* do homem, abordada pelos teóricos marxistas como o processo de automatização dos gestos e comportamentos do homem devido à sua convivência com as máquinas; e a segunda, organizada no bloco 2, representa as interpretações nas quais os sujeitos do discurso delineiam a *forma telúrica de trabalho*, caracterizando-a, trazendo efeitos de sentido relacionados à concepção de trabalho como metabolismo entre homem e natureza, isto é, indicando a existência e a possibilidade de manutenção de sentidos interditados com relação à temática *trabalho*.

5.2.1 A reificação do homem

Neste primeiro bloco, reunimos um grupo de seqüências discursivas que representam uma posição-sujeito que produz um questionamento dos saberes da FD capitalista a partir de seu interior. Através da observação de uma expressiva repetição do termo “mecânico” ou de suas paráfrases, pudemos constatar que o imaginário deste sujeito do discurso em relação ao *trabalho* é habitado pelo pré-construído de que o *trabalho abstrato* estaria transformando os seres humanos em máquinas. Interdiscursivamente, podemos relacionar estas formulações com a noção de *reificação* que encontramos em Marx, ou seja, com os saberes sustentados por uma FD marxista, pois, com este conceito, o autor traduz os aspectos negativos da interação homem/máquina na esfera do trabalho.

Como vimos no capítulo referente à Sociologia do Trabalho, a modificação dos modos de produção não pode ser distanciada do elemento humano, haja vista que ele está inteiramente envolvido neste processo, dependendo do aprendizado dessas técnicas e de seu bom desempenho enquanto profissional, para se manter no lugar social que lhe provê a subsistência. Portanto, alterando-se os modos de produção, alteram-se também padrões de comportamento, tendências e novas possibilidades de relação homem/trabalho são instauradas, assim como outras se tornam obsoletas. No entanto, essas alterações não só são aceitas e instauradas no meio social como também produzem reflexões, tomadas de posição dos sujeitos que as observam e com elas se identificam ou não.

SD1: *O aparecimento de imagens que reproduzem o meio urbano, o trabalho **mecânico** nas indústrias e a vida dos trabalhadores “da cidade”, criou uma angústia (...) Também me fez pensar no meu dia-a-dia, nas minhas “obrigações”, no trato rigoroso que tenho com horários, na minha vida **mecânica**. (TX 3; TU 1)*

SD2: *as pessoas estão **parecendo máquinas**, cumprindo o seu papel (...) com a industrialização as pessoas têm menos tempo até para fazer as refeições, pois têm horários para cumprirem. E as máquinas fazem o trabalho que antes eram os seres humanos que faziam. (TX 1; TU 1)*

SD3: *O movimento das pessoas torna-se tão **mecanicista** quanto dos **produtos industrializados** (...) **Não há singularidade, há massificação** (...) Se no começo era nítida a diferença entre culturas, entre povos, agora temos uma **homogeneização** promovida pelo ritmo da modernização das técnicas de trabalho. Já não é a mão do homem que transforma a natureza, **mas a máquina que transforma o homem.** (TX 7; TU 1)*

Na SD1, a palavra “*angústia*” representa o confronto existente entre a evidência do sentido da noção de *trabalho abstrato* fornecida pela forma-sujeito da FD capitalista e o efeito de sentido produzido pelo sujeito interpretante do discurso com relação ao *trabalho abstrato*, considerando esta uma forma “*mecânica*” de relação. Assim, podemos inferir, a partir dos sentidos constituídos pelo sujeito espectador que a tomada de posição de contra-identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD instaura saberes contrários àqueles produzidos pela FD capitalista. Atentemos para as aspas na palavra “*obrigações*” e no uso da palavra “*mecânica*” para designar sua vida, esses sentidos trazidos pelo sujeito do discurso através da escolha lexical que seu texto apresenta, introduz interdiscursivamente na FD capitalista elementos negativos da forma capitalista de trabalho. Neste sentido, podemos dizer que mesmo tomando posição no interior da FD capitalista, este espectador questiona as evidências produzidas pelo efeito de homogeneidade do discurso dominante mobilizando efeitos de sentido antagônicos, pertencentes a outros domínios de saber, sobre o tema *trabalho*.

A conclusão de que a “*evolução tecnológica fez do homem escravo do trabalho*” é um pré-construído que retorna aqui sob o efeito de uma memória do dizer, pois os sujeitos têm conhecimento dele por sua própria experiência de “*vida mecânica*” como coloca este sujeito; de “*trato rigoroso com horários*” que também aponta para uma escravidão em termos cronológicos. Podemos dizer, então, que a questão do tempo representa, também, um pré-construído que guarda uma força bastante perceptível ao longo das reflexões que se seguem, através da idéia de que o trabalho representa um aprisionamento do trabalhador. Vale lembrar aqui alguns sentidos que se produzem como obviedades: “tempo é dinheiro”, “o trabalho dignifica o homem”, entre outros sustentados pela forma-sujeito da FD capitalista, para perceber o antagonismo entre os saberes que o efeito de sentido instituído pelo sujeito do discurso produz e aqueles da FD capitalista.

Analisando a formulação da SD1, consideramos que o sujeito espectador se inscreve no âmbito da FD capitalista e enuncia a partir do lugar social inserido na forma de *trabalho*

abstrato: “*minha vida mecânica*”. No entanto, ao mesmo tempo, percebe como negativos os saberes dessa FD e formula seu dizer traduzindo essa contra-identificação com os efeitos de sentido que alicerçam a formação ideológica capitalista.

Na SD2, destacado em negrito, temos o indício da existência de um saber que revela o distanciamento entre homem e natureza ocasionado pela forma capitalista de trabalho, pois nela as atitudes do trabalhador se parecem mais com os movimentos das máquinas do que com características humanas. Saliento que a mobilização de elementos negativos do modo de produção capitalista, por parte deste sujeito interpretante do discurso, aponta para uma recusa dos saberes tidos como evidentes no interior da FD capitalista e para uma contra-identificação com as relações de produção hegemônicas. A questão da tomada dos postos de trabalho pelas máquinas traz em si o atravessamento de um discurso relativo às causas do desemprego, e que foi parafraseado ao longo deste recorte, indicando uma ressonância de significação sendo formulada a partir da memória do dizer. Percebemos, assim, que a imagem faz com que determinado fato saia do “*domínio da insignificância*” (DAVALLON, 1983) evocando a memória social, para passar a constituir o discurso de um sujeito acerca de uma temática tal como o *trabalho*, no caso de nossa pesquisa.

Na SD3 o sujeito espectador percebe uma fusão entre a força de trabalho e os “*produtos industrializados*” que se tornam parecidos devido à cadência “*mecanicista*” dos movimentos das linhas de produção. Assim, ele traduz o processo de homogeneização sofrido pelos trabalhadores dessas indústrias, o que ocasiona uma perda de identidade dos mesmos, a perda da “*singularidade*” como ele aponta. Como sabemos, as relações de produção do sistema capitalista trazem conseqüências com a instauração da luta de classes, através da desigualdade social e econômica, e do pensamento consumista e individualista com o qual convivemos atualmente. Saberes que, para não abalar a evidência de naturalidade deste sistema, são silenciados, interditados no momento em que são produzidos e, para reproduzir os saberes hegemônicos que o sustentam, o homem passa por um processo de perda de sua identidade, de sua referência perante o papel que deve desempenhar no mundo, de distanciamento quanto às suas raízes, de venda de sua mão-de-obra e de seu tempo de lazer para se adequar aos padrões da “*massificação*” globalizante. No entanto, esses saberes que revelam as características negativas das relações de produção dominantes nos permitem observar a revolta do sujeito do discurso contra os efeitos de sentido constitutivos da FD capitalista, reação que instaura uma nova posição-sujeito que promove uma discussão interna à FD e um trabalho de transformação sobre a forma-sujeito.

Na terceira seqüência, temos, também, a constatação de que a característica mais “nítida” da “*modernização das técnicas de trabalho*” é a perda do elemento diferencial, tanto das culturas, quanto dos homens, o que os torna parecidos conferindo-lhes a característica da “*homogeneização*”. Essa homogeneização também pode ser interdiscursivamente remetida a um discurso-transverso sobre o processo de globalização, que impele todos os povos a abdicarem de suas características peculiares para a adoção de um padrão de comportamento reprodutor do sistema social dominante. Podemos dizer, então, que este é um discurso transverso que ressoa na formulação do sujeito do discurso, estabelecendo uma tensão no interior da FD dominante.

Considerando a família parafrástica como “matriz do sentido” (GADET; HAK, 1997, p. 169), e entendendo que é a partir dela que o efeito de sentido se institui - já que todo o discurso se conjuga sobre um discurso prévio - devemos retornar ao termo “*mecanicista*”, para pensar sobre o processo de paráfrase que se estabelece entre as seqüências, e que constitui uma tomada de posição de questionamento dos saberes da FD capitalista. No processo parafrástico há sempre “algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2002, p. 36) e é esse retorno do dizer que nos permite compor uma matriz parafrástica com base na repetição do discurso sobre a aquisição das características peculiares às máquinas por parte do sujeito. Discurso este que remonta a um domínio de saber marxista, ou seja, é reproduzido, tomado como base para as formulações do sujeito que contesta o discurso da FD dominante, mas não sem transformação, já que falamos de sujeitos inseridos nas relações de produção capitalistas e que vivem um momento histórico-social distinto daquele em que Marx formulava suas teorias.

5.2.1.1 Sobre o bloco discursivo 1

Neste primeiro bloco do segundo recorte discursivo, o *trabalho abstrato* recebe sentidos bastante distintos daqueles apresentados no primeiro recorte e que retomam saberes produzidos no exterior da FD observada, com base em uma matriz de sentidos que concebe o modo de produção capitalista como: lugar de hierarquia entre trabalhadores (força de trabalho) e capitalistas (patrões); aceleração do tempo devido ao rígido cumprimento de horários que este sistema de produção impõe - ou escravidão cronológica; perda das capacidades de raciocínio e intelectualidade, visto que os trabalhadores especializam-se no

cumprimento de uma única tarefa; forma segmentada de produção em que o trabalhador não detém o conhecimento de todo o processo produtivo; forma de trabalho que incentiva o individualismo através da concorrência, seja entre funcionários ou entre mercados; sistema de produção que provoca a assimilação das características maquínicas por parte dos trabalhadores que com elas mantêm contato constantemente, ou seja, aquilo que Marx denominou “reificação” do trabalhador; forma de trabalho que desrespeita as condições de saúde dos trabalhadores; sistema de produção que objetiva apenas o lucro, ou a reprodução da mais-valia; sistema de produção que contribui para a degradação dos recursos naturais; meio de sobrevivência; forma de expropriação dos meios de produção do controle dos trabalhadores; forma de trabalho em que o trabalhador nem sempre tem acesso aos bens que produz; entre outros que podem ser construídos a partir de condições de produção distintas.

Sentidos que retornam a partir de um efeito de memória, indicando que há discursos negados, interditados, pelos saberes estruturantes da formação ideológica capitalista, mas que podem vir a se tornar uma atualidade a partir do acontecimento que o gesto de interpretação de uma materialidade simbólica instaura.

5.2.2 O sujeito do desejo

Neste segundo bloco discursivo, temos a representação de uma posição-sujeito que insere na FD capitalista saberes que provêm da FD telúrica que corresponde à concepção *telúrica* de *trabalho*, opondo-se à *abstrata*. No bloco anterior, selecionamos formulações que, por qualificar negativamente a forma capitalista de trabalho, demonstram uma *contra-identificação* do sujeito do discurso com os saberes da FD capitalista. Já este segundo bloco é formado por seqüências discursivas que apresentam a *contra-identificação* dos sujeitos a partir da produção de um imaginário sobre o *trabalho telúrico* que remonta ao pré-construído de que o *trabalho* é um metabolismo entre homem e natureza.

SD1: ... *grupos humanos em atividades rústicas demonstram a ação do homem sobre a natureza. O trabalho das mãos transformando o espaço, o objeto, a vida.* (TX 7; TU 1)

SD2: ... *um vilarejo onde os homens trabalham com a pesca, com o preparo da terra (...)* **imagens tranqüilas, calmas.** *Onde as pessoas sobrevivem do que plantam e pescam (...)* *uma estação de metrô (...)* **quebra no sentido** *em que os dois primeiros momentos as imagens nos relatam algo mais calmo, mais tranqüilo (...)* *podemos constatar que quanto mais evoluímos, mais trabalhamos e menos tempo temos para coisas simples, para estar em contato com a natureza, etc.* (TX 1; TU 1)

SD3: *No meio rural o trabalho é feito de maneira calma, tranqüila, artesanal, com o suor do indivíduo, com amor, dedicação, enfim, parece que o trabalho reflete a vida que ele tem.* (TX 14; TU 1)

SD4: *A agilidade de um trabalho divisório e individualista não produz o saber material e intelectual que o homem adquire quando tem de produzir, construir, valorizar e passar para outras gerações, assim a produção complexa produz uma dependência de outros para desenvolver o seu trabalho. Por mais que demore, o trabalho manual trata-se de cultura e prazer. (...) Percebe-se (...) os conceitos através dos quais o trabalho foi se apresentando, passando de algo da vida a algo pela vida.* (TX 2; TU 2)

Na SD1, o sujeito espectador define o *trabalho* em si, atividade de transformação da natureza pelas mãos do homem, sendo que essa é a forma de *trabalho* considerada inextinguível por Marx e Lukács e que está sendo denominada aqui de forma de *trabalho telúrica*. Assim, temos nesta formulação uma *ressonância de sentido*, que pode ser relacionada à FD da Sociologia do Trabalho, esta memória do dizer faz com que o sujeito interpretante conceitue esta forma de trabalho como uma “*atividade rústica*”, provavelmente, devido ao seu afastamento com relação à mesma, já que enuncia a partir da FD capitalista.

Mas, esse afastamento ditado pela realidade homogeneizante desaparece quando o sujeito do discurso revela uma vontade de tornar-se mais próximo dessas atividades rústicas que promovem o encontro do homem com a natureza, ou seja, o termo *rústico* não está sendo utilizado para qualificar negativamente esta forma de atividade. Logo, a contra-identificação do sujeito do discurso decorre do “desejo inconsciente” (HENRY, 1992, p. 162) que “*é um certo real que se repete, não apenas no sonho ou no sintoma, em tudo aquilo que traz a marca patente de ponta do desejo, mas ainda através de todas as variações do imaginário, todos o remanejamentos do eu (moi) e das identificações*” (Ibid.). É o que se percebe a partir

do vislumbre poético que se inscreve na formulação: “*O trabalho das mãos transformando o espaço, o objeto, a vida*”, enunciado que nos remete a um imaginário repleto de desejo.

Na SD2, o sujeito espectador refere-se ao que denominamos a *forma telúrica de trabalho*, na qual o trabalhador detém os meios de produção (como, por exemplo: o barco, as ferramentas para arar a terra, e etc.) e se beneficia dos bens que produz. Caracterização baseada em um pré-construído, proveniente do interdiscurso, que corresponde a uma voz anônima que se atualiza no discurso do sujeito como “a ponta do desejo”. Nesse processo de parafraseagem interdiscursiva, temos a elaboração de uma rede discursiva de formulações que questiona os dizeres da FD dominante, não a partir de seus elementos negativos, mas com base em características positivas da forma de trabalho que se contrapõe à abstrata. Atentemos para a adjetivação positiva que recebem essas cenas: “*imagens tranqüilas e calmas*”; no entanto, diante da aceleração das cenas na representação de uma estação de metrô o sujeito interpretante percebe uma quebra. Essa “*quebra*” está representada no plano imagético, pois o ponto da estação de metrô apresenta uma passagem de uma para outra forma de trabalho; mas ela ainda tem raízes interdiscursivas quanto às diferentes formas de *trabalho* existentes e suas características peculiares, tais como a aceleração (na perspectiva capitalista) ou desaceleração (na perspectiva telúrica) do ritmo de trabalho que é caracterizado exatamente pela finalidade de cada um. Podemos dizer, então, que há aqui o funcionamento da memória discursiva que produz o retorno de um já-dito, e nos remete ao fator de aceleração do tempo e sua relação direta com a perspectiva de *trabalho* capitalista.

Percebemos, também, na SD2, uma valorização negativa da evolução e do *trabalho abstrato*, devido ao afastamento que ele ocasiona entre o homem e sua origem natural; também podemos dizer que há uma contradição entre a evolução e suas conseqüências, pois, ao invés de melhorar a vida das pessoas, os avanços tecnológicos as tornam cada vez mais sem sentido, e sem tempo para atividades consideradas como benéficas para o homem, tais como os exemplos: fazer “*coisas simples*”; e ter “*contato com a natureza*”. Considerando que este sujeito espectador, assim como outros espectadores já o fizeram, considera que o trabalho capitalista é a causa deste afastamento entre homem e natureza, acreditamos que ele está enunciando com base em um desejo inconsciente que busca o Outro constitutivo para suprir sua falta. Falta de uma relação mais intensa com a vida natural, de uma atitude de contemplação perante a vida, e não de ação, pois esta é a forma existente no interior da FD dominante. A emersão desse desejo subjetivo, portanto, produz uma contra-identificação do sujeito do discurso com a FD a partir da qual enuncia, e, também, o vislumbre de uma outra posição em que o Outro possa ser encontrado.

Na SD3, o sujeito interpretante trata da concepção *telúrica* de *trabalho*, apresentando-a como um modo de vida regido pelas tradições, discurso que representa o atravessamento de um *discurso-outro*. Essa voz anônima do interdiscurso traz um dizer que nos remete a um modo de vida, uma realidade em que vida e *trabalho* se fundem num todo regido pelas leis naturais. Podemos perceber que, para expressar essa forma de *trabalho*, o sujeito do discurso utiliza-se de adjetivos: “*calma, tranqüila*”, e evoca sentimentos nobres como o “*amor*” e a “*dedicação*”. Mais uma vez, temos a emersão de uma posição-sujeito que revela a busca pelo Outro, inatingível e sempre latente, que produz essa mobilização dos saberes internos à FD capitalista com o vislumbre de uma utopia. Esse é um processo que se repete, ao longo deste bloco discursivo, instaurando uma tensão na rede de formulações da formação dominante, e possibilitando a produção de um efeito de sentido particular. Podemos dizer, retomando Grantham (2001), que este sujeito, apesar de se inserir na FD capitalista, não se identifica com sua forma-sujeito.

Na SD4, o sujeito espectador interpreta o trabalho capitalista como ágil, “*individualista*”, e como uma forma de trabalho que “*não produz o saber material e intelectual...*”, enquanto a forma telúrica representa algo produzido, construído e valorizado pelo homem, sendo, ainda, uma atividade que ele tem o dever de passar para “*outras gerações*”. Com a caracterização do trabalho “*complexo*”, ou industrial, como algo que gera a dependência do homem para com outros elementos (outros homens ou máquinas), podemos cotejar um *discurso-outro* que se relaciona ao formulado, apesar de não estar intradiscursivamente explicitado. Nesse discurso, o trabalho “*manual*” seria capaz de proporcionar autonomia, a qual pode ser relacionada aos termos: “*cultura e prazer*”. Mais uma vez, emerge o *sujeito desejante* em busca do preenchimento daquele vazio que o constitui, e que os saberes da ideologia dominante não conseguem saturar totalmente, como consequência “*a ponta do desejo*” emerge na produção de sentidos, na formulação do discurso.

Ao final da seqüência, o sujeito interpretante demonstra claramente sua contra-identificação com a FD capitalista, ao produzir o efeito de sentido de que o *trabalho* sofreu uma modificação conceitual a partir da qual ele passou “*de algo da vida a algo pela vida*”. Nesta frase sucinta, são resgatadas duas redes de formulações heterogêneas e, para marcá-las, o sujeito do discurso utiliza-se das preposições *da/pela* para opor as duas formas de trabalho e marcar seu posicionamento quanto a cada uma delas. Interdiscursivamente buscando os pré-construídos mobilizados por esse jogo morfossintático, podemos cotejar um discurso que traz uma concepção de trabalho como parte integrante do homem, ou seja, aquele processo de

inter-relação entre o homem e a natureza que caracteriza a perspectiva telúrica; e outro que produz o efeito de sentido de que o trabalho passou a ser “*algo pela vida*”, conceito a partir do qual o trabalho corresponde a uma forma de satisfação das necessidades básicas de sobrevivência humana no interior da lógica monetária: para continuar existindo o sujeito deve trabalhar, ou seja, vender sua força-de-trabalho.

5.2.2.1 Costurando o bloco discursivo 2

Neste segundo bloco discursivo, a interpretação da forma *telúrica de trabalho* constitui a seguinte matriz de sentidos: forma de relação entre o homem e a natureza; meio de sobrevivência; a mais importante forma de trabalho, pois é a partir dela que os alimentos dos quais o homem prescinde são produzidos; forma de trabalho na qual o trabalhador é o primeiro beneficiário daquilo que produz, ou seja, seu objetivo não é exclusivamente o lucro; forma de trabalho na qual o trabalhador detém o conhecimento de todo o processo de produção, ou seja, ela possibilita ao trabalhador exercer sua autonomia e independência já que ele tem acesso aos meios de produção; forma na qual o trabalhador realiza atividades importantes para si e para o grupo com o qual convive; forma de trabalho na qual o ritmo é ditado pela natureza; forma de trabalho que respeita e preserva os recursos ambientais; forma de trabalho pouco valorizada pela sociedade do capital.

Essa posição de contra-identificação com a ideologia dominante aponta para a dispersão do sentido cristalizado, pois os saberes mobilizados por esses sujeitos do discurso funcionam no sentido da transformação, da não-aceitação da determinação imposta pela formação discursiva capitalista. Sabemos, de acordo com Pêcheux (1988), que todo o ritual de assujeitamento apresenta falhas, logo, a emersão de saberes heterogêneos na formulação do discurso do sujeito revela a existência de outros sentidos que podem ser relacionados à temática *trabalho* e ao desejo do sujeito pela instauração de outros efeitos de sentido no interior da ideologia dominante “tirando partido de seu desequilíbrio” (Ibid.)

5.2.3 A contra-identificação como lugar de singularidade

Entendemos que estes dois processos de *contra-identificação*, apresentados no segundo recorte discursivo, demonstram um distanciamento entre o sujeito do discurso interpretante e a forma-sujeito que organiza a FD capitalista, instaurando em seu interior a diferença. Essa modalidade de posicionamento do sujeito do discurso decorre da falta que o constitui e que resulta do seu desejo inconsciente do Outro, pois o *sujeito desejante* é um ser incompleto que, através da tentativa de dominação do sentido, de sua saturação ou silenciamento, e da fuga da determinação ideológica, busca a totalidade. A satisfação dessa falta, desse desejo, porém, é inalcançável - assim como o *real da língua* é irrepresentável - por isso, esse desejo de existência de uma realidade telúrica, de um modo de vida simples e natural, é utópico e conserva o ideal de não predominância das relações monetárias em detrimento de outros valores.

Podemos pensar também na questão da autoria que, na Teoria do Discurso, implica uma função do sujeito que mobiliza discursos provenientes do interdiscurso em que, também, é possível a formulação particular de sentidos a partir da união de saberes heterogêneos e, até mesmo, antagônicos, que são atualizados no intradiscurso de acordo com as condições de produção da leitura. Logo, quando o sujeito produz alguns deslocamentos que apontam para um sentido que não é o dominante e, sim, de crítica à FD em que se inscreve, podemos dizer que ele está ocupando uma posição de efeito-autor, de sujeito que *resiste* à determinação. Este é o caso dos espectadores que produziram as interpretações representadas neste segundo recorte que demonstra a mobilização de saberes distintos daqueles permitidos pela forma-sujeito da FD capitalista, instaurando a divergência em seu interior através do desejo do Outro.

5.3 O sujeito do vacilo

Este recorte discursivo reúne seqüências discursivas nas quais há a ocorrência de um *enunciado dividido*, tal como postulado por Courtine (1981). O interessante do funcionamento deste tipo de enunciado é a mobilização de diferentes regiões do saber delimitadas por

diferentes posições-sujeito, cujo jogo aponta para sua intrínseca relação constitutiva, o jogo dos contrários que emergem simultaneamente no discurso.

Deste processo resulta um modo peculiar de tomada de posição do sujeito do discurso, pois devido a sua *vacilação discursiva* (PÊCHEUX, 1997) torna-se impossível situar uma seqüência discursiva no interior de uma FD ou outra. O *sujeito do vacilo* (Ibid.), neste recorte, revela aqueles momentos em que o discurso oscila entre efeitos de sentido não-coincidentes, heterogêneos, e parece não aceitar uma única filiação. Desta forma, o *sujeito do vacilo* aponta para aquele sujeito que não toma uma posição específica, mas que se posta num lugar intermediário, entre duas FDs.

As seqüências discursivas apontam para saberes da FD capitalista e, também, para outros saberes relativos à perspectiva telúrica de trabalho. Sua separação em um novo recorte explica-se pela forma diferenciada de paráfrase que apresentam, pois se nos dois primeiros recortes estabelecemos relações de paráfrase com base na repetição de uma mesma direção de sentido, o terceiro recorte apresenta uma relação de paráfrase entre efeitos de sentido antagônicos.

SD1: *a vida urbana como algo que **supostamente**, tendo ao alcance tantas tecnologias, geraria uma vida mais 'fácil', porém há apenas uma **mecanização** do cotidiano.* (TX 1; TU 2)

SD2: *Apesar de o sofrimento físico ter diminuído estas pessoas também foram diminuídas, ou seja, muitas foram **substituídas** por máquinas, perdendo lugar no mercado de trabalho. (...) Tudo isso nos proporcionou – proporciona – uma excelente evolução, **porém** na parte social há várias conseqüências como, por exemplo, o grande número de **desemprego** ocasionando um grande aumento na **desigualdade social**.* (TX 22; TU 2)

SD3: *À medida que transcorre o filme revela uma **situação real de trabalho** do mundo atual, isto é, tecnológico, onde o trabalho, o esforço físico, **de certa forma é recompensado** por ter uma mão-de-obra mais especializada. **No entanto**, percebo que a correria, a agitação, a pressa, o estresse do dia-a-dia transforma o homem quase em uma **máquina** essa é a impressão que me dá.* (TX 8; TU 3)

Na SD1, o sujeito interpretante do discurso demonstra sua contra-identificação com os saberes da FD capitalista, pois caracteriza o *trabalho abstrato* a partir de suas desvantagens que são ressaltadas através do uso de aspas no adjetivo “*fácil*”, do advérbio modificador “*supostamente*”, e da palavra “*mecanização*”. Quanto ao operador discursivo “*supostamente*”, podemos dizer que ele indica a existência de um discurso transversal que articula entre si “*elementos de identificação contrastiva*” (COURTINE, 1981) e aponta para o fato de o capitalismo não ser uma forma de melhoria de vida das sociedades como um todo. Assim, para o enunciado: “*a vida urbana [seria] algo que supostamente, tendo ao alcance tantas tecnologias, geraria uma vida mais ‘fácil’*”, poderíamos construir, no mínimo, duas formas de leitura e cada uma dessas leituras representaria a perspectiva de um efeito de sentido distinto, teríamos, então, as seguintes paráfrases:

E1: a vida urbana, tendo ao alcance tantas tecnologias, gera uma vida difícil;

E2: a vida urbana, tendo ao alcance tantas tecnologias, gera uma vida mais fácil.

Há, como podemos observar nas paráfrases, um enunciador (1) que questiona os benefícios da tecnologia e não crê que a vida urbana gere facilidades; e um enunciador (2) que acredita que a vida urbana gera facilidades. Essas duas paráfrases nos apresentam formas antagônicas de posicionamento quanto ao enunciado que as originou, e esse antagonismo reflete a esfera sócio-histórica na qual está compreendida a luta de classes. Essa luta está sendo mobilizada no processo de parafraseamento pelos enunciadores 1 e 2 que representam, respectivamente, um a posição-sujeito daqueles que percebem benefícios no desenvolvimento tecnológico, e, o outro, a posição-sujeito de quem não considera que a tecnologia gera desenvolvimento urbano. Logo, temos aqui um caso de *enunciado dividido*, pois apesar de haver itens lexicais que se repetem nas paráfrases realizadas também há a possibilidade de produção de sentidos distintos para o mesmo enunciado a partir do advérbio “*supostamente*” que marca a existência de um discurso transversal.

O operador discursivo “*porém*” mostra que o sujeito do discurso mobiliza sentidos a partir de uma posição-sujeito que se identifica com os saberes da FD capitalista e sentidos de outra posição que questiona estes saberes: “*a vida urbana (...) supostamente, tendo ao alcance tantas tecnologias, geraria uma vida mais ‘fácil’, porém há apenas uma mecanização do cotidiano*”. O mesmo operador discursivo ainda precede a introdução da idéia de “*mecanização*” que remonta à noção de *reificação* postulada por Marx, portanto, temos aqui a presença de um pré-construído marxista na formulação do discurso, que aponta para a assimilação de características das máquinas por parte dos trabalhadores envolvidos no modo capitalista de produção. Dessa forma, os funcionamentos analisados apontam para um

efeito de sentido que se constitui a partir da mobilização de saberes provenientes do interdiscurso, e da FD marxista, que produz a atualização de um discurso contrário aos saberes permitidos pela forma-sujeito da FD capitalista, constituindo uma marca da resistência do sujeito interpretante do discurso no interior dessa FD.

Na SD2, é apresentada uma característica nada benéfica da evolução dos modos de produção que é a tomada do lugar dos trabalhadores pelas máquinas e, se buscarmos o interdiscurso, veremos que, realmente, com o advento do maquinário industrial milhares de pessoas ficaram desempregadas, tornando-se marginais, e se alguém se revoltasse contra as máquinas poderia até perder sua vida¹⁷. Assim, podemos perceber que o imaginário do sujeito interpretante sobre o *trabalho abstrato* produz-se com base em um pré-construído que aponta sua relação com o desemprego. A utilização do operador argumentativo “*porém*” pode ser analisada através da noção de paráfrase discursiva revelando-nos a existência de um *enunciado dividido* nesta seqüência, pois primeiramente temos uma qualificação da inclusão de máquinas no mercado de trabalho marcada pela utilização do adjetivo “*excelente*” para modificar o termo “*evolução*”, apesar de não haver citação de nenhum benefício concreto da mesma. Já quanto aos problemas que essa evolução causa “*na parte social*” o sujeito do discurso consegue enumerar argumentos como o “*desemprego*” e a “*desigualdade social*”. Logo, poderíamos construir as seguintes paráfrases para o enunciado observado:

E1: A inclusão de máquinas no mercado de trabalho proporciona uma excelente evolução social.

E2: A inclusão de máquinas no mercado de trabalho ocasiona desemprego e desigualdade social.

Atentemos para o antagonismo dos efeitos de sentido que essas paráfrases produzem, certamente estes dois enunciados não podem ser tomados como pertencentes a uma mesma posição-sujeito, e muito menos como dizeres proferidos a partir de uma mesma matriz parafrástica. Logo, mesmo admitindo os benefícios da forma capitalista de trabalho o sujeito interpretante do discurso não consegue negar os malefícios por ela causados, fato que o leva a formular sua interpretação conservando o discurso-outro que está nas entrelinhas de seu dizer, ou seja, não permitindo que sua interpelação pela ideologia dominante, a FD capitalista, seja plena. Através desta brecha na interpelação ideológica é que podemos apontar uma contra-

¹⁷ Para proteger o patrimônio dos capitalistas: “em 1812, o Parlamento inglês aprovou uma lei tornando passível de morte quem destrísse uma máquina (nunca se soube, porém, de nenhuma lei tornando passível de morte quem destrísse um operário)” (NOVAES, 1995, p.61).

identificação deste sujeito com a posição-sujeito de plena-identificação com a forma-sujeito da FD capitalista, instalando no interior da mesma a contradição.

Na SD3, o sujeito espectador interpreta a forma capitalista de trabalho como “*uma situação real*”, em que o trabalhador “*é recompensado*” pela atividade que exerce, enquanto a telúrica representa uma possibilidade em que “*o esforço físico*” realizado pelos trabalhadores não recebe recompensa. O sujeito interpretante diz também que o trabalho “*tecnológico*” tem “*uma mão-de-obra mais especializada*”, o que aponta para um pré-construído a partir do qual se pode dizer que os trabalhadores da forma telúrica, ao contrário dos da capitalista, não seriam “*especializados*” no que fazem. Pelo que analisamos até aqui, tudo aponta para uma contra-identificação do sujeito do discurso com a FD telúrica, devido à aliança que seu discurso faz com os dizeres da FD capitalista. Porém, o próximo enunciado desta seqüência demonstra que essa possível tomada de posição não é absoluta, pois apresenta brechas através das quais outro posicionamento pode ser revelado.

Partindo do operador discursivo – *no entanto* - destacado em negrito na terceira seqüência, podemos observar uma mudança na direção dos sentidos produzidos até aqui, porque o uso desse operador é uma forma de negar o dizer que o precede, e apresentar uma reformulação desse dizer num sentido contrário ao do primeiro. Isso porque o sujeito interpretante percebe que há diversos fatores negativos que acompanham esse trabalho “*tecnológico*”, tais como: “*a correria, a agitação, a pressa, o estresse do dia-a-dia*”. A transformação do homem “*quase em uma máquina*” retorna ao conceito marxista de *reificação*, pré-construído formulado a partir do retorno de uma memória do dizer, e que integra uma matriz parafrástica que retoma a noção de mecanização do humano, tal como já pudemos observar em algumas seqüências anteriores.

Tendo em vista essas diferentes direções de sentido tomadas pelo discurso do sujeito interpretante e, principalmente, pelo fechamento de seu enunciado no qual apresenta sua “*impressão*” acerca da forma capitalista de trabalho, acreditamos que seu dizer representa um caso de enunciado dividido a partir do qual duas redes de significação podem ser construídas:

E1: Em uma situação real de trabalho do mundo tecnológico, o trabalhador é recompensado pelo seu esforço.

E2: Em uma situação real de trabalho, o trabalhador sofre situações de estresse, e é transformado em máquina.

Com relação ao enunciado acima, podemos dizer que cada uma das possibilidades de formulação remete a distintos recortes do interdiscurso, aponta para redes de significação radicalmente distintas. Logo, a formulação sinaliza a divisão do sujeito do discurso entre uma

posição-sujeito identificada com a FD capitalista e uma posição de contra-identificação com os saberes sustentados por esta FD.

5.3.1 Enunciado dividido: o sujeito que vacila

As seqüências deste terceiro recorte apresentaram casos de *enunciado dividido*. Através de diferentes relações com o interdiscurso elas apontam ora para o efeito de sentido dominante através do processo de repetição do dizer, ora para discursos outros que não coincidem com aqueles permitidos pela forma-sujeito da FD capitalista, e que indicam a existência de uma realidade distinta que aparece, através das marcas discursivas, como objeto de *desejo* na formulação dos sujeitos interpretantes, assim, no discurso do sujeito há brechas através das quais outros efeitos de sentido podem emergir.

Concebemos esta forma de subjetivação como um deslizamento do sujeito do discurso, pois as seqüências aqui consideradas demonstram sua divisão, em uma mesma cena discursiva, entre uma posição de identificação com a forma-sujeito da FD capitalista e uma posição de contra-identificação com a mesma. Se o sentido está sempre em curso, compreendemos que aqui ele possibilita ao sujeito transitar entre posições estabelecidas na FD observada e posições situadas em suas fronteiras, pertencentes a outras FDs. Assim, configuramos a *posição-sujeito do vacilo* para dar conta desta resistência do sujeito do discurso à identificação com os saberes da FD capitalista ou de outra FD, já que as formulações analisadas apresentam primeiramente elementos positivos do *trabalho abstrato* e, logo depois, questionamentos sobre este caráter benéfico do modo de produção industrial. Este processo, que Pêcheux denominou *vacilação discursiva*, demonstra que a FD é “invadida” (PÊCHEUX, 1997) por saberes provenientes do seu exterior, de forma que as seqüências discursivas que apresentam enunciado dividido atestam o caráter heterogêneo da FD dominante.

5.4 Leitura parafrástica

Entendendo a paráfrase, primeiramente, como *matriz do sentido* (PÊCHEUX; FUCHS, 1975) e, também, como manifestação da contradição entre domínios de saber distintos (COURTINE, 1981), vamos analisar como se dá o processo de construção de uma matriz de sentido com base nos saberes mobilizados pelos sujeitos do discurso. Neste recorte, incluímos algumas seqüências discursivas que indicam interpretações cuja filiação aos sentidos da FD capitalista é estabelecida a partir de uma leitura parafrástica do material simbólico observado, reformulando-o. Essas seqüências baseiam-se na descrição do total de cenas sem a presença de fortes marcas de subjetivação, no entanto, devemos considerá-las como uma posição sujeito que também ocupa um espaço na FD observada.

O registro dessas seqüências exemplifica um funcionamento a partir do qual a interpretação se atém à reelaboração lingüística do conteúdo visual apresentado pelo material simbólico. Sicard diz que a imagem “é a ilusão (*phantasma*) que leva a crer na existência de uma realidade” (2000, p. 26), ou seja, há possibilidade da materialidade simbólica ser interpretada como aquilo que reflete “a realidade”. Podemos relacionar esse tipo de leitura com uma concepção de decodificação de um sentido prévio, dado pelo material simbólico em si, ou seja, como a simples identificação de um sentido “já-lá” que corresponde, geralmente, ao efeito de sentido dominante entre as relações de força, de poder e de sentidos (ALTHUSSER, 1978). Com base nesta concepção de leitura, considera-se que o texto tem um sentido único, produzido pelo autor e que deve ser decodificado pelo receptor. Logo, os sujeitos do discurso envolvidos neste processo não produzem questionamentos dos saberes da ideologia dominante, mas reproduzem aquele sentido dado como “natural” e “evidente” no imaginário social.

SD1: *No primeiro momento o filme trata do trabalho manual, mais familiar onde trabalham desde as crianças até os mais velhos. O trabalho transcorre de maneira mais rústica e o filme passa de uma maneira mais lenta como se representasse o modo de vida daquela sociedade. Já no segundo momento o filme aborda o ritmo acelerado das grandes sociedades, onde o trabalho manual é praticamente inexistente e tudo funciona num ritmo alucinante, a sociedade gira em torno do tempo e do dinheiro. (TX 25; TU 2)*

SD2: *Com uma linguagem não-verbal, através somente de imagens, o vídeo conta a história de como a humanidade chegou ao **ritmo frenético atual**. Ele mostra (...) o **começo do trabalho**, quando os humanos tiravam do solo o seu sustento, **passando pela criação do mercado** e termina com uma amostra da industrialização quando há menos uso de força do que nos momentos anteriores. O vídeo **termina com a industrialização** onde nós, humanos, somos **dependentes** das máquinas, não usamos mais a força e nos alimentamos também com **coisas industrializadas**. (TX 5; TU 3)*

SD3: *Na **primeira parte** das imagens pode-se perceber o desenvolvimento de atividades simples como mineração, pesca e agricultura, desenvolvidas por pessoas simples. (...) As imagens que compõem a **segunda parte** contrastam com as da primeira, pois aparece um ambiente citadino onde a vida é **muito corrida**, a indústria desenvolvida e as pessoas **não têm tempo para o diálogo**. (TX 12; TU 1)*

Na SD1 a interpretação do sujeito espectador baseia-se, principalmente, no *ritmo* das cenas e, nisso, percebemos que ele relaciona uma característica estrutural da materialidade fílmica, o ritmo, a cada um dos modos de vida representados. Logo, o “*modo de vida*” mais lento estava representado de forma “*mais lenta*”; e o ritmo acelerado das cenas foi relacionado ao “*ritmo alucinante*” da sociedade contemporânea. Apesar de não produzir nenhum enunciado inovador ou crítico com relação às formas de trabalho descritas, percebemos que o sujeito interpretante percebeu-as e produziu sua interpretação de acordo com esta dicotomia, justificada no plano material do discurso observado através da aceleração, ou não, das cenas.

Notemos a divisão da SD2 em três momentos: *começo do trabalho*, *criação do mercado* e *industrialização*, de acordo com esta organização há, no *recorte fílmico*, uma ordem de início, meio e fim. Isso demonstra que a interpretação foi produzida com base em uma noção de leitura, de texto e de interpretação que carregam esta necessidade de linearidade, e juntamente com ela a crença no fato de um material simbólico carregar “um sentido”. Desta forma, podemos interpretar esta seqüência como um exemplo da noção de univocidade e transparência do sentido, tanto que ao longo da mesma é possível imaginar, inclusive, a “*história de como a humanidade chegou ao ritmo frenético atual*”, pois o sujeito do discurso demarcou os capítulos desta história de forma bastante didática ao dividi-la em três partes. As distinções entre as três formas assumidas pelo trabalho são: a dependência do homem para com as máquinas ocasionada pelo processo de industrialização; a utilização da

força na forma telúrica e a não-utilização na capitalista; e a alimentação atual com “coisas industrializadas”. Atentemos para o uso da palavra “*coisa*” ao invés de “alimentos” ou “comida”, minha impressão sobre esta “escolha” é que ela decorre de um afastamento entre o que comemos atualmente e aquilo que um dia foi a natureza dos alimentos, já que há tempos tem ocorrido a industrialização e a modificação genética das mais diversas formas de vida com as quais nos alimentamos.

Como podemos perceber as alusões do sujeito espectador ao *ritmo* acelerado da vida contemporânea, à dependência do homem para com as máquinas e à alimentação com produtos industrializados carregam mais um tom de constatação do que de crítica, apesar de sua linearização ser significativa. Isso nos leva a perceber este discurso como uma tomada de posição interna à FD capitalista, que resulta na repetição daquilo que estava representado em imagens, ou seja, uma leitura decodificadora do material simbólico assistido que aponta para a estabilização dos dizeres; mas que, ao mesmo tempo, provoca um questionamento sobre as conseqüências do modo de vida capitalista.

Na SD3, percebemos que mesmo quando o sujeito do discurso aborda o contraste existente entre as duas partes do *recorte filmico* não são realizadas críticas ou elogios a uma ou outra forma de trabalho representada. Na verdade, o único momento em que é apresentado um elemento diferente dos fatos representados é a referência à falta de “*tempo para o diálogo*” no modo de vida que ele caracterizou como “*citadino*”; e à vida “*muito corrida*” que podem ser interpretados como uma característica negativa deste modo de vida. Portanto, entendemos que apesar de falar de uma posição interna à FD capitalista, o sujeito interpretante do discurso vislumbra características negativas da mesma, no entanto, sua preocupação maior parece ter sido a descrição das duas partes que compõem o recorte.

5.4.1 Leitura parafrástica: a literalidade do sentido

Na formulação de nosso dizer sempre estamos retomando um dizer anterior, pois dificilmente instauramos o novo em nossas formulações, e mesmo ao transformar sentidos há neles algo que remonta a uma memória. Ao enunciar, geralmente, o que fazemos, uma vez inseridos em determinada formação discursiva, é repetir o dizer cristalizado, seja a favor ou contra determinada idéia. Esse dizer cristalizado é aquele que é repetido inúmeras vezes no interdiscurso até chegar ao ponto de pertencer ao senso comum, e os discursos estabilizados

não o são por acaso, pois sempre estão inseridos em determinada formação discursiva que denuncia a existência da supremacia de uma ideologia em detrimento das outras. Pois o que irá articular todo o jogo discursivo, são as relações de força que fazem parte da esfera exterior ao lingüístico, mas pelas quais as relações de sentido serão determinadas.

Neste quarto recorte, configurado a partir das interpretações em que o sujeito do discurso lê literalmente o *recorte fílmico*, articulando as duas formas de *trabalho* apresentadas, há uma marca de subjetivação na atenção destes sujeitos que está centrada na materialidade simbólica observada e no conteúdo que ela apresenta. A ausência de aproximação ou distanciamento do sujeito do discurso com relação às formas de trabalho apresentadas traz uma leitura distinta daquela apresentada nos enunciados divididos, visto que naqueles havia a fragmentação do sujeito do discurso entre duas posições de sujeito enquanto aqui o sujeito parece não se identificar nem com uma, nem com outra posição.

No entanto, ao tratar de ambas as relações de trabalho, o sujeito do discurso está mobilizando saberes pertencentes a domínios distintos, visto que alguns efeitos de sentido que podem ser formulados somente a partir da FD telúrica e não da FD capitalista estão sendo tomados sem distinção no eixo sintagmático. Logo, torna-se interessante notar o efeito de estabilização que estes sentidos assumem ao serem articulados de forma paralela nos enunciados considerados neste recorte. Um exemplo é o de que os sujeitos interpretantes do discurso passam da caracterização da forma telúrica para a capitalista sem marcar distinções ideológicas entre elas, sem tecerem comentários sobre a singularidade de cada uma.

Os casos examinados deste recorte trazem uma marca de coletividade, pois os saberes que constituíram os enunciados carregam consigo toda uma memória social acerca do tema *trabalho*, sendo que essa memória afeta inconscientemente os sujeitos, fazendo com que o material simbólico lhes pareça o reflexo de uma realidade, dada como “universo logicamente estabilizado”. O que confere a esses sujeitos um caráter de mobilizadores de discursos, ou seja, eles se inscreveram na *função-autor*, sem, contudo, causar deslocamentos ou rupturas e não constituindo, portanto, um *efeito-autor*. Assim, neste tipo de leitura, os espectadores tendem a correlacionar as cenas do material simbólico assistido à realidade dada à *priori*.

A importância deste recorte, portanto, está na forma de recepção da materialidade imagética que ele apresenta, pois indica que, assim como o verbal, o não-verbal significa de acordo com as condições de produção da leitura. As interpretações aqui representadas afirmam o caráter de legibilidade da imagem e também a importância das condições de produção da leitura, pois, para esses sujeitos, o importante nesta atividade não era um posicionamento favorável ou contrário às formas de trabalho apresentadas. A organização de

saberes tomados do interdiscurso, para significar a materialidade simbólica, indica-nos que o sujeito inscreve-se em uma *função-autor* sem exercer o efeito-autor, responsável pela produção de diferentes modos de significar o *recorte fílmico*.

5.5 Leitura polissêmica

Neste recorte incluímos aquelas interpretações que apresentam formas particulares de relação do sujeito do discurso com a noção de *trabalho*. Este recorte é bastante reduzido, mas é representativo de uma concepção de leitura baseada na produção de sentidos e não na repetição destes, de forma que o sujeito deste discurso foge dos efeitos de sentidos hegemônicos, para produzir sua leitura de acordo com suas condições de produção, e não somente a partir de dizeres logicamente estabilizados.

As tomadas de posição identificadas nestas seqüências são diferenciadas e nos revelam a polissemia do material simbólico sobre o qual esta pesquisa se baseia, ou seja, revelam a possibilidade de deslocamento dos sentidos estratificados para a instauração de novos efeitos de sentido. Isso ratifica a noção de que um texto não pode ser tomado como uma unidade de sentido, mas sim como a possibilidade de produção de efeitos de sentido distintos de acordo com as condições de produção nas quais os sujeitos leitores, ou espectadores em nosso caso, estão inseridos.

Também acreditamos que neste recorte temos exemplos de autoria, ou seja, formulação particular de discursos-outros de forma que estes não são apenas repetidos, mas também reorganizados a partir de uma nova ótica que resulta do confronto de FDs, estabelecendo o surgimento de uma nova posição-sujeito na qual o *efeito-autor* (GALLO) pode ser observado. Como já explicitamos anteriormente, estamos observando este processo no interior de uma mesma FD, assim, o confronto se dá entre as distintas posições-sujeito que habitam a FD capitalista, e a nova posição que aí emerge representa a instauração de um *efeito-autor* através da mobilização de efeitos de sentido pertencentes a outras FDs, outros domínios de saber que não podem ser relacionados apenas à FD dominante.

SD1: ... *Tudo passa, o tempo, as pessoas, a vida, os dias, os meses e o ano, e mesmo assim as pessoas continuam no mesmo ritmo, rotina, movimentos e **no final muitos se dão conta que nada produziram durante o tempo em que viveram.*** (TX 21; TU 2)

SD2: *Mundo... Enorme mundo é este que permite tantas diferenças entre pessoas tão iguais e que, ao mesmo tempo, são tão diferentes em seu dia-a-dia. Cruel é o mundo que permite aos seus moradores **viverem em solidão entre milhões.*** (TX 3; TU 3)

SD3: *O ser humano é essencialmente **sócio-histórico e cultural.** Como sócio-histórico, inscreve-se numa determinada época (...) **Não consegue viver a não ser em sociedade,** estabelecendo uma existência voltada para a execução de tarefas (...) e para a resolução de problemas (...) a fim de não somente sobreviver, mas também proporcionar a si próprio bem como aos demais (...) **crescimento e progresso de toda a ordem:** racional e emocional, religiosa e científica, individual e coletiva. **Detém uma cultura não passível de mensuração,** conhece, sabe, realiza, transforma, inventa, aumenta, diminui, estraga, conserta, evolui, retrocede (...) num vai-e-vem constante, interminável, à proporção que demonstra interesses e desinteresses, aptidões e dificuldades, amor e ódio, saúde e doença, morbidez e vitalidade. **Enfim, o ser humano é ícone, índice e símbolo da vida:** ele vive para substituir, realizar, representar e representar-se. **Viver é representar,** viver é expressar-se, é pôr a alma em movimento, em ação, em crescimento, em evolução....* (TX 2; TU 3)

SD4: *As imagens iniciais mostram o quanto é **difícil ao ser humano manter sua sobrevivência** (...) O caminhar através de caminhos tortuosos faz-me lembrar o quanto **a vida no geral é tortuosa e difícil** de chegar ao objetivo desejado. Chamou-me a atenção o olhar de um homem que parecia estar vago, perdido, desconsolado, triste e **cansado das dificuldades,** e isto lembra os momentos em que nós, por muitas vezes, encontramos nos olhos de outras pessoas esse mesmo olhar ou, por vezes, o nosso próprio olhar em frente a um espelho. As imagens passando rapidamente lembra-me o **passar da vida que é tão rápido e tão difícil** ao mesmo tempo, **lembrando que devemos usá-la o mais sabiamente possível.** As linhas de montagem com precisão e perfeição lembra-me o quanto é necessário sermos, em nossos objetivos perfeitos e precisos para alcançarmos o objetivo desejado. Tudo parecia gerar o **tema principal que move a humanidade: a sobrevivência.*** (TX 1; TU 3)

Na SD1, temos a produção de um sentido que, apesar de estar baseada nas imagens não se atrela univocamente aos fatos representados, mas apresenta um ponto de vista particular do material simbólico assistido. Acreditamos que a interpretação do sujeito espectador reflete uma percepção global do *recorte fílmico*, já que ele não estabeleceu uma diferenciação entre as formas de trabalho representadas, mas focou antes conseqüências gerais: a rotina, a repetição de tarefas e a falta de produtividade que a vida centrada no trabalho impõe aos homens. Com base nisto, podemos dizer que este sujeito interpretante não percebe vantagens na esfera do trabalho, principalmente quando diz que: *no final muitos se dão conta que nada produziram durante o tempo em que viveram*. Essa constatação é bastante diferente de tudo o que analisamos até aqui e, em nosso entender, apresenta uma tomada de posição que não pode ser regulada de acordo com os saberes das diferentes formas de *trabalho* – telúrica e capitalista. Por isso, acreditamos que este dizer se situa no interior de uma outra posição- sujeito que dá conta da leitura polissêmica do material simbólico observado.

A SD2 segue a tendência da primeira, pois não revela uma percepção segmentada do *recorte fílmico* e também não apresenta identificação do sujeito do discurso com a FD telúrica ou com a FD capitalista, até mesmo porque o foco da atenção deste sujeito espectador não recai sobre a noção de trabalho, mas sobre o mundo no qual este se insere. Podemos dizer que esta interpretação parte da heterogeneidade das cenas representadas no recorte, o que leva o sujeito a perceber “*diferenças entre pessoas tão iguais*”, igualdade que aponta que independentemente da atividade exercida por cada trabalhador de acordo com seu modo de vida, que torna as pessoas tão “*diferentes em seu dia-a-dia*”, todos são seres humanos que compartilham a necessidade básica da sobrevivência. Assim, parece-nos que a interpretação deste sujeito do discurso revela uma forma particular de percepção da esfera do trabalho, pois acreditamos que o *dia-a-dia* ao qual ele se refere é uma construção parafrástica de trabalho, já que este é o único elemento da vida diária, cotidiana, representado no recorte.

Outro ponto que revela a instituição de um efeito-autor nesta interpretação é a alusão à questão da “*solidão*” em que vivem as pessoas representadas no material, ou seja, os trabalhadores que, na perspectiva deste sujeito espectador, parecem viver “*em solidão entre milhões*”. Isso revela uma visão filosófica sobre a vida, já que, ao invés de unir as pessoas, o *trabalho* acaba distanciando-as de sua família, das pessoas queridas, obrigando-as a viver diariamente uma relação superficial, convencional, com aqueles aos quais chamamos de colegas e patrões. Desta forma, é que estamos entendendo a “*solidão*” referenciada por este sujeito do discurso, uma solidão que não significa isolamento, mas um aprisionamento ao

cotidiano do ofício, a uma relação diária entre desconhecidos. A segunda seqüência representa, portanto, uma tomada de posição no interior da FD capitalista da qual os saberes constitutivos da perspectiva telúrica de trabalho ou da capitalista não dão conta, pois a identificação do sujeito deste discurso se dá com saberes outros que estão no interdiscurso.

A terceira SD pareceu-nos bastante interessante, e o primeiro fato que nos chamou atenção foi a presença do pré-construído de que o homem é “*sócio-histórico*” e “*cultural*”, constatação proveniente do materialismo histórico e que também está presente na teoria do discurso. Essa concepção de ser humano também aponta para outro dizer do interdiscurso que o sujeito espectador retoma quando, mais adiante, alude ao fato de o homem ter necessidade de viver “*em sociedade*”. Esses enunciados nos parecem interessantes por ratificarem a idéia de que a mobilização de discursos diferenciados depende das condições de produção de leitura do sujeito interpretante. Assim, acreditamos que este sujeito do discurso estaria identificado com essas concepções de homem para formular estes enunciados que representam uma forma particular de produção de sentido sobre a materialidade simbólica observada.

Também vale ressaltar aqui a peculiaridade de uma percepção que, a partir da representação da noção de trabalho, produz um efeito de sentido que se relaciona ao crescimento e progresso de toda a ordem. Isso significa que este sujeito espectador não se fixou apenas nas imagens assistidas para construir sua interpretação; ele contou com suas histórias de leitura para incluir no discurso sobre o trabalho o discurso sobre o desenvolvimento do homem, sobre o potencial que o homem tem de não só construir coisas para sua sobrevivência, mas também para seu crescimento espiritual e emocional. A partir disso, ele pôde dizer que o homem é detentor de uma “*cultura não passível de mensuração*”, pois a evolução não significa apenas a melhoria das condições materiais de existência, mas também das características subjetivas que constituem o ser humano.

Este sujeito do discurso também parte de um pré-construído proveniente da Semiótica de Pierce quando diz que o ser humano é “*ícone, índice e símbolo da vida*”, metáfora que, em nosso entender, aponta para o papel central que o homem tem no desenvolvimento de relações distintas com o meio em que vive, assim como aponta para a essência natural do homem, pois a vida de qualquer organismo animado é regulada por fatores de ordem natural. Com isso, podemos também pensar na capacidade diferencial que o homem tem de expressar seus estados de espírito, de agir em prol de sua evolução, de ser protagonista de sua própria vida.

Outro pré-construído que alicerça essa interpretação e aponta para o material simbólico assistido é o de que *viver é representar*, pois o recorte filmico é constituído pela

representação de uma noção abstrata, mas que pôde ser concretizada através de uma representação primeiramente fílmica e, secundariamente (não em importância, mas em ordem cronológica), lingüística.

Concluimos que esta interpretação representa, portanto, a formulação de dizeres provenientes de discursos heterogêneos de uma forma bastante peculiar, o que nos faz concebê-la como um resultado do contraste entre saberes distintos. Apesar de não ter se referido ao *trabalho* em si, este sujeito espectador produziu um efeito de sentido inovador para o material simbólico ao qual assistiu, o que caracteriza sua emersão como *efeito-autor* na interpretação do *recorte fílmico*.

Na SD4, temos a produção de um efeito de sentido diverso daqueles constituintes das formas telúrica e capitalista de trabalho, pois toma como base, primeiramente, a questão da sobrevivência, diretamente relacionada com a noção de trabalho, já que este tem sua origem na satisfação dessa necessidade, tal como é reiterado no último enunciado da seqüência, destacado em negrito. No entanto, o sujeito do discurso não se atrela somente a esta questão e, em seu discurso, traz a dificuldade de sobreviver como temática particular de sua percepção do material ao qual assistiu. Facilmente verificamos isso através da recorrência do termo “*difícil*” que demonstra a influência das condições de produção de sua leitura na interpretação do recorte.

A “*vida*” também se constitui em uma temática importante na percepção deste sujeito espectador, principalmente seus aspectos tortuosos e dificultosos, tanto que ele toma como ponto de partida o olhar de um homem que parecia estar “*vago*”, “*perdido*”, “*desconsolado*”, “*triste*” e “*cansado das dificuldades*”. Esse sentimento constitui, digamos, a principal condição de produção desta seqüência, tanto que, mesmo quando o ritmo das imagens passa a ser acelerado, a percepção do sujeito do discurso se volta para a rápida passagem da vida que também é, em sua perspectiva, difícil de ser assimilada; entretanto, resta uma lição disso que é o aproveitamento sábio deste momento que passa tão depressa: a vida humana.

Nesta alusão à temática da *vida* temos um deslizamento de sentido que ocorre de acordo com uma percepção bastante particular do *recorte fílmico* e representa a perspectiva de que a imagem não é só aquilo que se vê, mas também o que se constrói a partir dela com o nosso olhar, nosso ponto de vista. Com isso, também podemos buscar a noção de leitura polissêmica e de variedade dos efeitos de sentido que podem ser construídos a partir de um mesmo discurso, o que nos impede de conceber o texto (tanto verbal, quanto não-verbal) como recipiente de apenas um sentido.

A formulação do sujeito do discurso é de teor metafórico, pois ele sempre parte de um elemento representado para construir um efeito de sentido particular, este é o caso, por exemplo, do momento em que faz alusão às linhas de montagem que representavam a precisão e perfeição com a qual se deve planejar e realizar metas. Isso mostra que redes de saberes distintas estão sendo mobilizadas, o que em alguns momentos ocasiona mudança de foco, o que não anula a possibilidade desta ser uma interpretação para o material apresentado, principalmente por que nada foi dito quanto ao assunto sobre o qual este material tratava, quando solicitamos a escrita de interpretações.

Concluimos que fugindo da identificação com as posições-sujeito já constituídas no interior da FD capitalista este sujeito do discurso representa a emersão de um *efeito-autor*, de uma nova direção de sentido para o *recorte fílmico* que, certamente, resultou do confronto entre saberes distintos que “invadiram” a FD dominante.

5.5.1 Leitura polissêmica: deslizamentos de sentido

De acordo com Souza, a leitura da imagem ocorre de forma diferenciada da do texto, pois “*Enquanto a leitura da palavra pede uma direcionalidade (da esquerda para a direita), a da imagem é multidirecionada, dependendo do olhar de cada ‘leitor’*” (Ibid., p. 73). É importante pontuar que Souza explica que a leitura da palavra à qual ela se refere “está sendo utilizada no sentido de decodificação, e não no sentido de interpretação” (Ibid.), visto que esta segunda concepção não se atém à linearidade do enunciado. As interpretações que constituem o quinto recorte discursivo apontam, exatamente, para a leitura multidirecionada, a partir da qual o sujeito do discurso parte de diferentes pontos do *recorte fílmico*, para produzir efeitos de sentido que não estão atrelados à literalidade, mas sim à produtividade de um material simbólico.

A constituição do discurso cinematográfico, assim como a de todo e qualquer discurso, é heterogênea e as possibilidades de sentido que podem ser construídas a partir dele são indefiníveis, tanto no eixo vertical quanto no horizontal, pois de acordo com Pêcheux *um discurso é sempre passível de tornar-se outro*. Este princípio básico do deslizamento esteve presente no quinto recorte discursivo analisado, pois as seqüências que o constituem representam formas particulares de significação do material simbólico a partir de outros discursos.

Aqui podemos retomar a noção de *efeito-texto* (INDURSKY), para pensar na ilusão de homogeneidade e transparência da materialidade sobre a qual o leitor produz sua interpretação; no entanto, ao re-significar o texto-origem o sujeito do discurso faz surgir um novo *efeito-texto*, este construído a partir de relações intertextuais e interdiscursivas diversas daquelas mobilizadas pelo autor do texto de referência. Podemos dizer que a leitura polissêmica é uma modalidade bastante característica da possibilidade de instauração de novos modos de dizer que toda materialidade simbólica carrega. O fato de que “no cinema a imagem é usada integralmente como imagem que é. Como linguagem e não como cenário e, por isso mesmo, não há um trabalho de ofuscar o seu caráter de incompletude” (SOUZA, 2001, p. 72) nos faz entender o discurso cinematográfico como um espaço propício à produção de sentidos e à constituição de um *efeito-autor*.

5.6 Construindo uma leitura global sobre as análises

Ao longo das análises, pudemos perceber que as interpretações foram constituídas a partir de saberes pré-construídos, e discursos transversos, provenientes do interdiscurso, que representam relações diferenciadas com a ideologia dominante. Importante salientar que nestas reflexões foi promovida uma discussão acerca da visão de *trabalho* ideologicamente estratificada na *memória social*. Nessa discussão, os alunos inscreveram sua interpretação em diversas redes de saberes que se relacionam à noção de trabalho para repeti-la, questioná-la, para colocar em movimento os dizeres pré-construídos que estão na base do dizível sobre esta noção. Nas reflexões produzidas pelos alunos/espectadores foi possível perceber dois movimentos: um de apego à literalidade da imagem com relação ao fato nela representado, momento em que os alunos procuraram descrever as cenas assistidas, segmentando-as. Isso demonstra, quanto ao aspecto ideológico, a identificação com o sistema social e econômico vigente, devido à falta de questionamentos quanto à noção de trabalho apresentada nas cenas. E um outro movimento em que, a partir do todo apresentado, e não apenas da consideração de um ponto específico dele, os alunos produziram sentidos de acordo com sua identificação, ou desidentificação, com os valores ditados pela sociedade do capital, através da mobilização do que Pêcheux chamou “posições ideológicas” que atuam no processo sócio-histórico.

Nesta perspectiva, identificamos tomadas de posição distintas quanto à noção de trabalho, as quais variavam entre uma visão favorável ao mesmo - o que resultou em

discursos sobre a evolução das formas de trabalho na sociedade industrial e tecnológica, e sobre o progresso das civilizações proporcionado pelo trabalho. Essa forma de posicionamento do sujeito do discurso constituiu o RECORTE 1 formulado a partir da plena-identificação do sujeito do discurso com os saberes regulados pela forma-sujeito da FD capitalista. No interior deste recorte, percebemos uma relação direta, literal, transparente, entre o que é o trabalho na sociedade atual e sua representação apresentada no recorte de cenas. Isso pôde suscitar a produção de discursos que demonstraram uma visão de trabalho como o elemento central da vida das pessoas e o único capaz de promover o desenvolvimento das sociedades nos dias de hoje; ou seja, é um exemplo da crença do sujeito em sua liberdade de escolha, a qual é forjada pela mesma ideologia que determina as muito restritas possibilidades de escolha.

Seguindo esta possibilidade de sentido, estabelecemos uma **matriz de sentidos** da *forma capitalista* de trabalho - que estamos considerando como a forma que corresponde à ideologia dominante - os seguintes sentidos formulados ao longo das análises:

1) Favoráveis:

- a) modo de produção que propiciou a evolução humana através do desenvolvimento tecnológico do maquinário utilizado nesta forma de trabalho;
- b) forma de trabalho que facilitou a vida humana;
- c) sistema de produção que objetiva o lucro, ou a reprodução da mais-valia;
- d) meio de sobrevivência;
- e) vida cotidiana, rotina.

Naturalizando-se, portanto, esta forma de conceber o trabalho, com base na reprodução das relações de produção do sistema capitalista, ficam esquecidos os acontecimentos históricos que produziram essa linha de pensamento acerca do conceito de trabalho, assim como a existência de outros elementos que também contribuem para a evolução do ser humano como um ser completo, tais como aquelas atividades que proporcionam prazer às pessoas. As atividades prazerosas que a maioria das pessoas não tem a oportunidade de viver, geralmente são sacrificadas em prol do comprometimento integral mantido com as atividades profissionais, e, por isso, o sujeito deseja, vislumbra o impossível através das cenas que representam o modo de vida telúrico e a ponta do desejo emerge no fio-do-discurso.

2) Contrários:

- a) forma de exploração do homem pelo homem;
- b) lugar de hierarquia entre trabalhadores (força de trabalho) e capitalistas (patrões);

- c) rígido cumprimento de horários que este sistema de produção impõe, ou escravidão cronológica;
- d) perda das capacidades de raciocínio e intelectualidade, visto que os trabalhadores especializam-se no cumprimento de uma única tarefa;
- e) forma segmentada de produção que faz com que o trabalhador não detenha o conhecimento de todo o processo produtivo;
- f) modo de vida que incentiva o individualismo através da concorrência, seja entre funcionários ou entre mercados;
- g) sistema de produção que provoca a assimilação das características de máquinas por parte dos trabalhadores que com elas mantêm contato constantemente, ou seja, aquilo que Marx denominou “reificação” do trabalhador;
- h) sistema de produção que contribui para a degradação dos recursos naturais;
- i) forma de expropriação dos meios de produção do controle dos trabalhadores;
- j) forma de trabalho em que o trabalhador nem sempre tem acesso aos bens que produz;

Como é possível perceber, as possibilidades de sentidos enumeradas não são coincidentes quanto à sua determinação ideológica, ou seja, não representam sinônimos de um só ponto de vista, mas incluem elementos contraditórios; assim, estamos tentando delinear a partir das seqüências analisadas uma grande família parafrástica que pode ser dividida em diferentes recortes, se levarmos em consideração as FDs que organizam os domínios de saber e permitem, ou não, a produção de determinados sentidos. Mostramos, em decorrência disso, que a paráfrase não é apenas lugar de repetição de uma só possibilidade de sentido, pois ela pode abrigar enunciados contraditórios, divididos, e, por isso, pudemos trabalhar com efeitos de sentido divergentes convivendo no interior de uma mesma matriz de sentido.

Assim, foi construída, no interior da FD capitalista, uma visão negativa do trabalho, que gerou interpretações acerca da falta de tempo para o lazer; da mecanização do homem; e, também, da desvalorização da força de trabalho em prol da valorização dos produtos - fator que acarreta o consumismo atual das sociedades capitalistas. Essas relações apontam para a existência de uma outra região de saberes, a FD telúrica que dá conta destes discursos antagônicos, sua existência está diretamente relacionada com a emersão de um sujeito do desejo que não pode ser controlado pelo sujeito do discurso e, por isso, irrompe de forma repentina no dizer formulado. Logo, os dizeres que compõem o RECORTE 2 delimitam saberes relativos à *forma telúrica de trabalho* que migram para o interior da FD capitalista, introduzindo aí o discurso-outro que constitui uma posição-sujeito que estabelece relação com

a perspectiva telúrica de *trabalho* para produzir sentido. Com base nessa tomada de posição que se relaciona com o *trabalho telúrico*, obtivemos as seguintes interpretações:

1) Favoráveis:

- a) forma de relação entre o homem e a natureza;
- b) meio de sobrevivência;
- c) a mais importante forma de trabalho, pois é a partir dela que os alimentos dos quais o homem prescinde são produzidos;
- d) forma de trabalho na qual o trabalhador é o primeiro beneficiário daquilo que produz, ou seja, seu objetivo não é exclusivamente o lucro;
- e) forma de trabalho na qual o trabalhador detém o conhecimento de todo o processo de produção, ou seja, ela possibilita ao trabalhador exercer sua autonomia e independência já que ele tem acesso aos meios de produção;
- f) forma na qual o trabalhador realiza atividades importantes para si e para o grupo com o qual convive;
- g) forma de trabalho na qual o ritmo é ditado pela natureza;
- h) forma de trabalho que respeita e preserva os recursos ambientais;

2) Contrárias:

- a) forma de trabalho que exige o dispêndio de muita força física, fator que pode ocasionar danos à saúde do trabalhador;
- b) forma de trabalho árdua e cansativa;
- c) forma de trabalho arcaica e quase inexistente;
- d) forma de trabalho pouco valorizada pela sociedade do capital.

Mais uma vez, a diversidade das condições de produção que trabalham na determinação dos sentidos produzidos é bastante vasta, o que nos demonstra a heterogeneidade da FD a partir da qual as seqüências discursivas de referência foram produzidas. Assim, se faz importante refletir sobre o retorno, ou deslocamento, de sentidos que podem ocorrer no interior de uma mesma família parafrástica, já que estamos concebendo, juntamente com Courtine (1981), a paráfrase como lugar de convivência do *mesmo* com o *diferente*. Desta forma, podemos considerar a existência de atravessamentos de discursos outros que significam na *ordem do discurso*, ou seja, com relação às condições de sua produção. Neste trabalho de percepção dos atravessamentos interdiscursivos, buscamos, também, perceber como se dá a leitura parafrástica, ou seja, diferentes palavras sendo

utilizadas para realizar o mesmo sentido, pois é na formulação do dizer que percebemos o processo de retorno dos dizeres sedimentados. Tentamos, ainda, compreender como se dá a instauração de uma nova possibilidade de dizer a partir da repetição, isto é, como o discurso outro se estabelece na interpretação partindo do lugar do mesmo e produzindo um efeito de transformação do “universo logicamente estabilizado”.

Os recortes que compreendem os enunciados divididos, a contra-identificação e a leitura polissêmica nos levaram a pensar no processo de deslocamento de um sentido pré-estabelecido, pela forma-sujeito, para outros tantos possíveis a partir da consideração da existência de múltiplas posições de sujeito que podem ser “ocupadas” no trabalho de interpretação daquele objeto simbólico. A forma mais radical de resistência encontrada nas reflexões foi o deslizamento de sentido proporcionado pela leitura polissêmica, pois neste caso os alunos não trataram da questão trabalho para se dedicar a outras que lhe pareciam mais adequadas, tais como a reflexão acerca da vida na atualidade ou acerca do mundo moderno; temas que, apesar de estarem relacionados à temática principal, se constituíram em focos isolados de reflexão e, por isso, foram aqui considerados como deslizamento. Essas ocorrências constituem, em nosso entender, a emersão de um *efeito-autor*, já que o sujeito do discurso produz uma organização peculiar dos discursos a partir da leitura do efeito-texto - essa ilusão de homogeneidade e transparência sobre a qual o leitor irá construir sua interpretação -, re-significando o texto de referência para fazer surgir um novo *efeito-texto*, este construído a partir de relações intertextuais e interdiscursivas diversas daquelas mobilizadas pelo autor do texto de referência.

Não podemos perder de vista o fato de que a questão aqui estudada, ou seja, o *trabalho*, trata-se de um conceito logicamente estabilizado se tomado no seio da concepção capitalista, pois o modo de produção dominante na sociedade atual está centrado nas relações de trabalho, toda a circulação financeira passa por este elemento central. No entanto, sabemos que todo o sentido tido como natural pode ser desestabilizado a partir de uma tomada de posição de contra-identificação com a formação ideológica dominante, inaugurando outra direção de discursivização da noção de *trabalho*.

5.7 Quadro síntese das análises

A partir dos recortes delimitados nas análises discursivas, chegamos ao seguinte quadro de tomadas de posição e configuração da autoria na FD capitalista:

POSIÇÃO SUJEITO	AUTORIA
1- Plena identificação com FD capitalista	Função-autor
2 - Contra-identificação com FD capitalista	Efeito-autor
3 - Posição-sujeito do vacilo	Função-autor
4 - Leitura parafrástica	Função-autor
5 - Leitura polissêmica	Efeito-autor

6 FINALIZANDO A DISCUSSÃO

Iniciamos nossa pesquisa, pensando em trabalhar com uma materialidade simbólica não-lingüística no intuito de perceber como se dá o seu momento de interpretação. Com base em outros trabalhos, filiados à AD, postulamos a idéia de que a materialidade fílmica também seria passível de suscitar a produção de efeitos de sentido distintos com relação ao tema por ela representado.

Definida a materialidade com a qual trabalharíamos, foi necessário eleger um tema dentre tantos que poderiam ser representados por imagens e sons, e chegamos à noção de *trabalho*. Num primeiro momento, este pareceu-nos um tema bastante homogêneo; no entanto, quando selecionamos as cenas que iriam fazer parte de nosso *recorte fílmico*, percebemos que não havia apenas uma forma de conceber o *trabalho humano*. A partir disso, interpretamos que, no mínimo, duas concepções de trabalho estavam representadas no material que editamos, e se apresentavam de formas distintas: a primeira relacionava-se a uma perspectiva de trabalho arraigado à esfera natural, representado através de elementos como terra, mar, ar...; e a segunda decorria de uma modificação no chamado “estado natural” do desenvolvimento humano e trazia como principal característica a exploração do homem pelo homem, ou seja, o *trabalho abstrato*, característico de uma sociedade capitalista.

A seguir, submetemos nosso *recorte fílmico* à interpretação. Neste momento de nossa pesquisa, ocorreram as três sessões de apresentação do *recorte fílmico*, a partir das quais os alunos/espectadores produziram as interpretações que constituem o *corpus experimental* da presente pesquisa. A atividade de interpretação respondeu a seguinte questão: *Qual a sua interpretação sobre o material assistido?* Das respostas obtidas foram recortadas seqüências discursivas que organizamos em recortes e blocos que constituíram nosso *corpus discursivo* sobre o qual foram realizadas as análises.

Com a construção de nosso objeto, tivemos a pretensão de aproximar a imagem, o discurso cinematográfico, do discurso verbal através das interpretações produzidas sobre o *recorte fílmico*. Esses textos demonstram que a produção de sentido pode se dar a partir de materialidades simbólicas não-verbais. Objetivávamos também perceber a constituição da *formação discursiva capitalista*, no que diz respeito ao *trabalho*, e percebemos sua heterogeneidade, pois as tomadas de posição dos sujeitos demonstram a existência de saberes que mantêm o efeito de sentido dominante, e também de saberes que divergem desta

possibilidade e provocam uma tensão interna que obriga a FD capitalista a alargar suas bordas, a abrigar a diferença.

Nas reflexões produzidas pelos alunos/espectadores foi possível perceber dois movimentos: um de apego à literalidade da imagem com relação aos fatos nela representados, momento em que os alunos procuraram descrever as cenas assistidas, segmentando-as. Chamamos, com base em Orlandi, de *leitura parafrástica* a este primeiro movimento e alguns exemplos deste tipo de leitura estão no *quarto recorte*, constituído por seqüências discursivas produzidas por sujeitos do discurso que não tomam uma posição definida quanto à temática *trabalho*, mas percebem a sua ambigüidade, já que salientam a existência de duas formas de *trabalho* no recorte.

Percebemos, também, outro movimento em que, a partir do todo apresentado, e não apenas da consideração de uma cena dele, os alunos produziram sentidos de acordo com sua identificação, ou desidentificação, com os valores ditados pela sociedade do capital, através da mobilização do que Pêcheux chamou “posições ideológicas” que atuam no processo sócio-histórico. Vale lembrar aqui a afirmação de Pêcheux: “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica” (1988, p. 160), pois os sentidos hegemônicos são evidentes. Sicard diz que podemos perceber a imagem de diferentes formas e, no caso das interpretações produzidas por um sujeito que ocupa a função-autor, podemos dizer que ela foi considerada como: “o conhecimento que dá acesso à realidade” (SICARD, 2000, p. 26). Logo, em se tratando da representação de um modo de trabalho característico das relações de produção capitalistas e um modo de trabalho calcado no metabolismo homem/natureza, esta pesquisa permitiu-nos entender como se dá a produção do sentido sobre a noção de *trabalho* com base na identificação ou não dos sujeitos do discurso com os saberes que subjazem a cada um desses conceitos, ou seja, de *trabalho abstrato* e *trabalho telúrico*.

Com base nisso, podemos dizer que a posição de *plena identificação* do sujeito do discurso com a FD capitalista, que constitui o nosso *primeiro recorte*, demonstra sua identificação com a forma-sujeito da FD. Consideramos esta identificação com o sistema social e econômico vigente - *a realidade* - como retorno de um efeito de sentido logicamente estabilizado, que constitui o sentido dominante nas relações de produção atuais, devido à falta de questionamentos quanto à noção de *trabalho*. No *segundo recorte*, estabelecemos *dois blocos discursivos* para tratar dos distintos saberes que retornam interdiscursivamente nos enunciados analisados, sendo o *primeiro* relacionado à noção de *trabalho* como *reificação*, e o *segundo* relacionado à forma telúrica de *trabalho* que é caracterizada a partir de elementos

positivos, revelando a existência de um desejo inconsciente na constituição da interpretação do sujeito do discurso. Esta posição de *contra-identificação* do sujeito do discurso interpretante com os saberes da FD capitalista indica a sua inserção na mesma FD, mas em outra posição-sujeito que não aquela sustentada pela forma-sujeito da FD. Essa posição demonstra a existência de outras possibilidades de sentido sobre o *trabalho*, fazendo com que o sentido cristalizado seja questionado e instaurando até uma nova rede de significações a partir da transformação da forma-sujeito da FD dominante.

No *terceiro recorte*, analisamos as seqüências que apresentam *enunciado dividido*. A partir delas não é possível identificar um posicionamento específico do sujeito que interpreta, pois sua formulação demonstra a disputa entre a *identificação* e a *contra-identificação* com os saberes da FD capitalista, ressaltando ora questões positivas do *trabalho* ora características negativas, por isso, relacionamos esta tomada de posição ao *sujeito do vacilo*. Essa modalidade de assujeitamento resulta da fragmentação do sujeito do discurso entre duas formações ideológicas antagônicas, de forma que não é possível definir sua identificação com apenas uma ou outra FD. Estes três primeiros recortes apontam a constituição heterogênea da FD capitalista, e, a partir deles, objetivamos perceber como a noção de *trabalho* está sendo significanda atualmente pelos distintos sujeitos do discurso.

O *quarto e quinto* recortes tratam dos movimentos de leitura produzida sobre o *recorte fílmico*. Assim, o *quarto recorte* constitui-se de seqüências que exemplificam o funcionamento da *leitura parafrástica* da imagem, e o *quinto* de seqüências que representam a *leitura polissêmica* da imagem. O primeiro tipo de leitura demonstra a possibilidade de reconhecimento de um sentido dado pelo autor na interpretação da materialidade imagética. Já a forma *polissêmica* de leitura representa a tentativa de fuga do sujeito à determinação ideológica, através do uso do tema do *recorte fílmico* como ponto de partida para a formulação de outros discursos. Assim, temos a possibilidade de produção de novos discursos a partir de um texto-origem não-verbal, idéia que aponta a interdiscursividade da materialidade imagética e a deriva dos sentidos.

Quando apresenta a idéia de que a imagem não deve ser entendida como cenário, Souza (2001) está se referindo aos usos da imagem nos meios de comunicação audiovisuais e impressos em que a imagem serve para “completar” determinado efeito de sentido construído a partir do material lingüístico; fato que se apresenta de forma diferente no cinema, pois neste a imagem tem papel principal e não apenas de cenário. Isso ocorreu nos casos de *leitura polissêmica*, pois a imagem ali funcionou como ponto de partida para o deslize do sujeito, no caso do sujeito do vacilo; ou na *contra-identificação* como ponto de questionamento dos

saberes da FD capitalista. No entanto, não situamos essas tomadas de posição em outra FD, mas no interior da FD capitalista; assim, consideramos esta forma de subjetivação como um deslizamento de sentido a partir do qual o sujeito passa de uma posição-sujeito para outra na formulação de seu dizer, pois, apesar de estar inserido na FD capitalista, o sujeito do discurso deriva da temática proposta e produz sentidos outros.

A imagem, portanto, também é elo para a emersão do sujeito desejante que, a partir do que vê representado, arrisca uma fuga à determinação pelo significante e pelo efeito de sentido dominante. Nesta perspectiva, a incompletude da imagem se justifica pela possibilidade do sujeito produzir sentido a partir de sua história de leituras, do seu lugar social, de sua inserção em determinada formação discursiva; assim como pelo trabalho do interdiscurso, da memória discursiva e da heterogeneidade constitutiva. No quinto recorte discursivo, no processo de interpretação e construção de novas imagens, o sujeito interpretante deslizou e, por isso, o gesto de autoria emergiu nesta atividade.

Com base nas análises realizadas, podemos dizer que a interpretação da materialidade imagética pode ser concebida como outra forma de analisar discursos, pois a modificação da materialidade implica o trabalho de releitura de noções teóricas e percepção de suas peculiaridades. No caso do discurso cinematográfico, juntamente com a existência visual de um discurso, estamos diante de cenas em movimento, estamos inebriados pelo som que acompanha o *recorte fílmico*, ou seja, as condições de produção deste material simbólico são distintas, o que, no entanto, não apaga seu caráter de materialidade que significa na “ordem do discurso”.

Quanto às distintas modalidades de autoria apresentadas em cada uma das posições-sujeito delineadas, podemos dizer, com base nas concepções de *função-autor* e *efeito-autor*, que a *plena-identificação* com a FD capitalista e a *leitura parafrástica* sobre o recorte são formas de organização de discursos com base em sentidos já historicizados nesta FD; enquanto a *contra-identificação* com a FD capitalista, a *leitura polissêmica* do material simbólico, e o *enunciado dividido* apontam para a ruptura, o deslizamento, o confronto e a instauração de novos saberes no interior da FD observada. Dessa forma, as interpretações dos alunos demonstraram a heterogeneidade da FD capitalista e a falha na determinação ideológica, pois, mesmo sendo esta a realidade de todos os sujeitos que assistiram ao *recorte fílmico*, não há uma aceitação plena do lugar social que eles ocupam; ao contrário, há muito questionamento, muitos atos falhos que revelam o incômodo do sujeito. Podemos dizer, retomando Pêcheux, que os seres humanos continuam urrando silenciosamente: “Eu não sou

uma máquina!” (PÊCHEUX, 1988, p. 307) enquanto o sistema continua silenciosamente esmagando a natureza humana que resiste em florescer no ser humano.

Voltando à imagem, concluímos que ela é, na atualidade, um importante mecanismo de expressão dos embates ideológicos que atuam nas sociedades e sua percepção como material simbólico significativa na “ordem do discurso” atesta sua força discursiva de *ser o que é, o que parece ser*, e, ao mesmo tempo, *aquilo que o sujeito interpreta que seja*. Se a língua é incompleta e os sentidos nela não se fecham, a imagem não é menos profícua em termos de produção de sentidos heterogêneos. Esperamos ter contribuído, com esta pesquisa, para a abertura do estudo discursivo para as múltiplas materialidades simbólicas que também nos constituem enquanto sujeitos, que também participam do processo de construção da ilusão de realidade na qual estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992
- _____. Processo sem sujeito nem fim(s). In: _____. *Posições-1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, jul./dez, 1990.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.
- _____. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris, v. 62, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. *Série cadernos PUC*, São Paulo, 1988.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória?. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- DE MASI, Domenico. O ócio criativo. 5.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. Disponível em: <www.mariopersona.com.br/domenico.html.> Acesso em: 17 de set 2006.
- ECO, Umberto. *Conceito de texto*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. As regularidades discursivas. In: _____. *A arqueologia do saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- _____. O enunciado e o arquivo. In: _____. *A arqueologia do saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

GALLO, Solange Leda. Autoria: questão enunciativa ou discursiva?. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.1, n. 2, 2001.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉN, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GRANTHAM, Marilei. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. 2002. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. 340 p.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de Leitura da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994.

HAROCHE, Claudine. A desordem das estruturas econômicas e as incidências ideológicas que dela decorrem para o estatuto do sujeito. In: _____. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. Análise crítica dos fundamentos da forma sujeito (de direito). In: _____. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em Análise de Discurso. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M.C. (Org). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000.

_____. A negação externa. In: _____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. Quadro teórico de referência. In: _____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. Da heterogeneidade do texto à heterogeneidade do discurso. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana B. (org.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Organon*. Porto Alegre, n 35, 2002.

KOYAANISQATSI. Produção: Godfrey Reggio. Música: Philip Glass. EUA: IRE, 1982. 1 DVD.

LACAN, Jacques. A Jakobson. In: _____. *O Seminário: livro 20: mais ainda*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. *O Seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2 ed., 1998.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Glossário de termos do discurso: Análise de Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, Eni (org.). *A leitura e os leitores*. São Paulo: Pontes, 2003.

_____. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do *dentro/fora* da língua. *Linguagem & Ensino*, vol. 2, n 1, 1999.

LESSA, Sérgio. Centralidade do trabalho: qual centralidade, qual trabalho? In: *Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo In: _____. *Carta acerca da Tolerância: Segundo Tratado sobre o Governo; Ensaio acerca do Entendimento Humano*. 2. ed. São Paulo: 1978. (Série Os Pensadores)

MAINGUENEAU, Dominique. Universo, campo, espaço discursivos. In: _____. *Novas tendências em AD*. São Paulo: Pontes, 1997.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARX, Karl. Compra e venda da força de trabalho. In: _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, vol. I, cap. 4, nº 3, 1967. Ed. resumida dos três volumes por Julian Borchardt.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. O trabalho alienado. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Disponível em: <file:///C:/site/livros_gratis/manifesto_comunista.htm> Acesso em: 17 de set. 2006. O Manifesto do Partido Comunista que foi escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em dezembro de 1847 - janeiro de 1848 foi publicado pela primeira vez em Londres, em fevereiro de 1848. Esta versão foi publicada de acordo com o texto da edição soviética em espanhol de 1951, traduzida da edição alemã de 1848 e confrontada com a edição inglesa de 1888, editada por Friedrich Engels. Traduzido do espanhol.

_____. *A Ideologia Alemã: (I- Feuerbach)*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987. Disponível em: <<http://www.filonet.pro.br/livros/ebooks/ideologia.pdf>> Acesso em: 08 set. 2007.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: _____. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ORLANDI, Eni. Textualidade e discursividade. In: _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. Paráfrase e polissemia. In: _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. A proposta de uma tipologia. In: _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. Discurso, texto, diálogo. In: _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Uberaba, n 10, p. 9-26, 1984.

_____. O trabalho da interpretação. In: _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Autoria e interpretação. In: _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Ordem e organização na língua. In: _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *Rua*, Campinas, n. 1, 1995.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI (org.) Eni P. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994.

_____. Remontémons de Foucault a Espinoza. In: _____. *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980.

_____. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: MALDIDIER, D. (org.). *L'inquiétude du discours*. Paris: Ed. des Cendres, 1971.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1981.

POWAQQATSI. Produção: Godfrey Reggio; Mel Lawrence; Lawrence Taub. Música: Philip Glass. EUA: IRE, 1988. 1 DVD

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1945 (Clássicos Cultrix).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert. (org.). São Paulo: Cultrix, 1971.

SERRANI, Silvana. Paráfrase como ressonância interdiscursiva. In: _____. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: UNICAMP, 1993.

SICARD, Monique. Os paradoxos da imagem. *Rua*, Campinas, n 6, 2000.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. *Rua*. Campinas, n. 7, 2001.

ANEXO A – Recorte fílmico dos documentários Powaqqatsi e Koyaanisqatsi